



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1290/2013	DATA: 29/8/2013
INÍCIO: 15h16min	TÉRMINO: 20h03min	DURAÇÃO: 4h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h49min	PÁGINAS: 118	QUARTOS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA CRISTINA BORBA ALVES - Juíza membro da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Governo do Estado de Santa Catarina. Presidente do Conselho Deliberativo do Programa Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado de Santa Catarina — PROVITA.
MARCELO WEGNER - Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina.
ILDO ROSA - Delegado da Polícia Federal do Estado de Santa Catarina.
IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Coordenadora-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Representante do Conselho Tutelar da Região Insular de Florianópolis.
ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.
DEISE FARIAS - Conselheira Tutelar da Região Continental da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.
ELIETE MARIA DE LIMA - Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS.
FERNANDA MAMBRINI RUDOLFO - Defensora Pública do Estado de Santa Catarina.
CARMEM DELZIOVO - Coordenadora das Áreas Programáticas Estratégicas da Gerência de Atenção Básica da Secretaria de Saúde.
LIANA CORDEIRO - Diretora de Comunicação do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência.
JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Advogada.
SANDRA MARA PEREIRA - Delegada Regional de Polícia de São José, Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO: Apuração de denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Há expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País.

Gostaria de pontuar que estamos aqui em face do requerimento da Deputada Carmen Zanotto, que é Parlamentar, Deputada Federal deste Estado de Santa Catarina e membro desta CPI.

Gostaria de convidar, para compor a Mesa, o Sr. Deputado Federal, também do Estado de Santa Catarina, Ronaldo Benedet, que é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito a qual tenho a alegria de presidir. Queria também chamar, para compor a Mesa, a Exma. Sra. Deputada Estadual Ana Paula Lima e o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa do Estado, Exmo. Sr. Deputado Estadual Serafim Venzon.

Eu não poderia iniciar esta audiência sem prestar os meus agradecimentos ao Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Joares Ponticelli, do Partido Progressista, que disponibilizou uma acolhida absolutamente intocável para os membros desta CPI e está possibilitando, com recursos humanos e materiais, a realização desta audiência pública. Então, queria deixar absolutamente claros os nossos agradecimentos ao Deputado Joares Ponticelli, do Partido Progressista, que preside esta Casa legislativa.

Estão aqui a Deputada Liliam Sá, do PR do Rio de Janeiro, que é Relatora desta CPI, e a Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, que é autora do requerimento que nos possibilitou a estada nesta Assembleia, por meio do Requerimento nº 120, de 2003.

Nós gostaríamos de dizer que vamos escutar as pessoas, as autoridades do Estado, para que possamos traçar primeiro um diagnóstico, não apenas do ponto de vista da incidência de um quadro da exploração e turismo sexual de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina, mas também de quais os mecanismos que o Estado está desenvolvendo e estruturando para fazer este enfrentamento.

Nós temos feito audiências públicas em vários locais do Brasil, estamos lidando também com alguns casos específicos que são emblemáticos e temos



deparado, sem muito medo de errar, com duas condições que precisam ser superadas.

A primeira delas diz respeito à sensação de impunidade, em face da ausência de responsabilização. A sociedade sente-se um pouco aporética, sem poros, porque não existem respostas do Estado para que nós possamos responsabilizar os culpados ou produzir investigações que sejam robustas o suficiente para que nós possamos ter um caminho em que não haja a naturalização da exploração sexual de crianças e adolescentes, que é uma consequência da impunidade. A impunidade provoca dois fenômenos muito imediatos, e um deles é o temor. Com temor, as pessoas têm medo de denunciar, porque não acreditam que o Estado dará as respostas necessárias, e estarão protegidas ao fazer as denúncias.

A segunda refere-se à naturalização do fenômeno que é uma concentração de uma série de desumanizações literais e simbólicas. Eu diria que, quando nós nos deparamos com a exploração sexual, estamos nos deparando com uma desumanização originada de uma discriminação social, porque, via de regra, as pessoas, meninas e meninos, são de baixa renda e são empurrados pela pobreza para a situação de exploração sexual.

Nós enfrentamos a discriminação étnica, porque envolve muitas crianças e adolescentes pertencentes a etnias que foram vulnerabilizadas historicamente em nosso País. Nós enfrentamos a discriminação de gênero, porque o gênero feminino é o mais vitimizado nesse processo. E a discriminação adultocêntrica, numa concepção que o Estatuto da Criança e do Adolescente vem para enfrentar, mas que é ainda insuficiente para consolidar, de que criança e adolescente são sujeitos e são sujeitos de direitos.

E nós precisamos romper a cadeia de vitimização, porque a pobreza é a primeira vitimização; a segunda é arrancar a condição de sujeito, seus próprios direitos, inclusive direitos sexuais, de viver a sexualidade no período que corresponda a sua faixa etária; ou seja, é rompida a condição de vivência da infância e da adolescência. Depois há uma segunda revitimização, porque a fala não é escutada. E, muitas vezes, não é uma fala oralizada, mas a criança, o adolescente fala. Ela fala, ela mostra. E essa fala muitas vezes não é considerada, não é escutada numa lógica de adultocentrismo e de desumanização simbólica, ao se



negar o espaço e a acolhida para a fala. O quarto aspecto diz respeito à culpabilização, ou seja, crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, muitas vezes, são culpabilizadas, porque estão em situação de exploração sexual. Então, se tira a condição de vítima, não se reconhece essa condição e se atribui a condição de responsável pelo processo, pela vitimização e pela violação do direito.

Portanto, nós temos clareza dos desafios que estão postos num país que não conseguiu fazer o luto do colonialismo, onde os donos da terra também se sentiam donos das crianças, das mulheres, dos trabalhadores; num país que não conseguiu fazer o luto de períodos em que a desumanização foi muito evidente, como a escravidão ou como a própria ditadura. Então, nós precisamos enfrentar a exploração sexual para que possamos romper a lógica de desumanização, porque quando eu arranco a infância, eu desumanizo; quando eu arranco das crianças o direito de serem crianças, eu as desumanizo.

Nós da CPI temos trabalhado com duas outras preocupações que são contextos da atualidade. A primeira diz respeito aos grandes eventos, para os quais nós precisamos estabelecer e unificar fluxos e procedimentos a fim de enfrentá-los, particularmente, a Copa do Mundo, sem que nós tenhamos que deixar um rastro de recrudescimento da exploração sexual e do turismo sexual. A segunda diz respeito às grandes obras. Já fizemos mais de oito audiências públicas, com vários olhares, com várias falas, com vários segmentos, e não há nenhuma dúvida de que as grandes obras são uma variável para o recrudescimento da exploração sexual.

Em geral, em Santo Antônio, em Rondônia, nós tivemos um aumento de mais de 200% de casos de estupro, ainda que se considere que houve uma nova tipificação do estupro, mais larga, mais ampla, é inadmissível. O aumento substancial também de gravidez precoce é um rastro que deixam as grandes obras, em que se dota a cidade da presença de milhares de homens, sem nenhum tipo de vínculo. Duplica-se ou triplica-se o número de habitantes e isso tem um impacto na cidade.

É preciso que haja uma organização e um novo marco legal. Nós vamos realizar um seminário, neste segundo semestre, para que possamos estabelecer quais as condições para novos marcos legais para que um Município possa abrigar grandes obras. Digo isso porque é preciso que haja planos construídos



coletivamente, porque só assim são permanentes. O que é tecido ganha permanência e sustentabilidade. E nós precisamos devolver a nossa cidade, o nosso Estado, o nosso País para nós mesmos, fazendo esse luto da ditadura. Isso significa construir planos que possam ser monitorados e que sejam condicionantes para a construção das grandes obras.

Eu digo que nós precisamos ter um licenciamento ambiental e social também. Nós não podemos possibilitar que as obras sejam construídas se não tivermos segurança de que há uma proteção de nossas crianças e de nossos adolescentes, que tem de ser monitorada passo a passo. Portanto, são desafios desta CPI, que tem se debruçado... Eu diria que nós temos a alegria de participar desta CPI, mas ela carrega muita dor, porque se tem a noção exata e muito concreta de como este País utilizou-se, inclusive, do adultocentrismo, da violência sexual adultocêntrica e da violência sexual contra mulheres para estabelecer a sua lógica de colonização.

Tem razão Darcy Ribeiro. E nós constatamos os resquícios e os pedaços disso na nossa contemporaneidade, ao dizer que a violência contra mulheres, contra indígenas, contra negros, contra crianças e adolescentes foi instrumento de dominação do povo da colônia, instrumento de dominação no período da colonização brasileira. Portanto, são os desafios que estão postos e que nós temos toda a condição de enfrentá-los.

Quero, por fim, dizer que nós sentimos que há muita deficiência e que por isso é importante que nós também escutemos o CREAS e os órgãos que estão responsáveis pelo atendimento das crianças, porque nós temos um aumento da denúncia. Isso é muito bom, porque significa que a população está se sentindo responsável por nossas crianças e por nossos adolescentes e não está naturalizando; se denuncia, é porque entende que a exploração ou a violência sexual é objeto de denúncia. Então, tem aumentado o número de denúncias, mas isso não corresponde ao nível de responsabilização de que nós já falamos.

Nós vimos caso, por exemplo, no interior do Pará, de uma pessoa com muita influência política e econômica. E, quando há influência política e econômica, há a construção... Não existe funcionamento de rede de exploração sem conivência do Estado; não existe sem conivência ou leniência do Estado. Portanto, via de regra, há um diálogo com representantes do Estado ou instituições do Estado que possibilitam



que haja uma dificuldade na responsabilização. Falo do caso do interior do Pará, onde houve adulteração do exame do DNA, a partir da influência do explorador na rede de saúde daquele Município.

Nós estamos vendo também outros casos, no interior de Minas Gerais, por exemplo, onde se tem leniência, conivência e a suspeita de que o processo de preservação dos culpados ou dos possíveis culpados se deu a partir da intervenção de órgãos de segurança pública. Portanto, é preciso que nós possamos tirar essa promiscuidade. E, para além da responsabilização, nós temos uma preocupação com o atendimento.

A Polícia Rodoviária Federal, que esteve numa audiência pública nesta CPI, disse que resgatou por volta de 3 mil crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras nos últimos anos. E ela disse: *“Nós resgatamos muito as mesmas crianças e os mesmo adolescentes”*. Também nos disse o Diretor-Geral da Polícia Federal ao relatar um fato de fronteira, que é outra preocupação nossa. Era um caso em uma fronteira, em que havia as adolescentes, quase crianças, que voltavam para a mesma situação de exploração sexual, porque não há um atendimento do Estado que possibilite a interrupção da situação de exploração sexual e a ressignificação da sua vida.

Vou dar fala a uma adolescente de 13 anos. Há 2 anos, estabeleceu uma denúncia de violência sexual, em que ela nos dizia, no Nordeste do Brasil: *“A minha vida acabou, porque eu já não sou mais pura e eu não tenho mais perspectiva de que algum dia...”* Ou ela dizia: *“Eu nunca vou me casar, porque eu não sou pura e a minha vida acabou”*. É óbvio que essa menina, há 2 anos sem atendimento ou encaminhamento do processo extremamente moroso para responsabilização e sem ter tido qualquer tipo de atendimento, expressava isso: *“A minha vida acabou”*.

Sartre tem razão ao dizer que não mudamos o que fizeram conosco, mas nós temos todas as condições de mudar o olhar e a percepção do que fizeram conosco e trabalhar com o que nós somos, apesar do que fizeram conosco, para que nós possamos recompor a nossa dignidade e a nossa condição humana.

Então são as preocupações que nós queremos atestar nesta audiência: o diagnóstico, ao mesmo tempo que o diagnóstico, quais são as medidas do Estado,



que o Estado tem desenvolvido nas suas várias esferas para fazer valer inclusive o que está na nossa legislação, que é a prioridade absoluta.

Prioridade absoluta não é apenas do ponto de vista orçamentário ou do ponto de vista de políticas públicas apenas, para que possamos garantir direitos, mas qual é a prioridade que se dá no Poder Judiciário, qual é a prioridade que se dá no Ministério Público, qual é a prioridade que se dá no Poder Legislativo, para que nós possamos fazer valer os direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Eu vou me calar, e vou me calar dando voz ao que Betinho fala: *“Quando a gente não vê que uma criança é uma criança é porque ela foi vítima de tantas violações, que a gente só vê o que fizeram com elas”*. Então nós estamos aqui para dizer que é preciso ver nas crianças, crianças, nos adolescentes, adolescentes, para que nós possamos ter uma sociedade não que assegure o seu futuro, mas que assegure o seu presente, porque quando nós lidamos com crianças e adolescentes nós não estamos falando de futuro, nós estamos falando de presente.

É com isso, então, que nós abrimos esta audiência pública e que vamos chamar uma série de pessoas. E eu vou ler as pessoas que vão poder fazer uso da palavra. Nós temos dificuldades de contemplar todas à Mesa, mas farão uso do púlpito, da palavra na tribuna. E, antes de passar a palavra a elas, eu vou passar aos membros da Mesa.

Mas eu vou apenas dizer que nós queremos escutar a Juíza Ana Cristina; o Dr. Marcelo Wegner; o Sr. Cel. Fernando Rodrigues de Menezes, representando o Secretário de Segurança; o Delegado Clyton Eustáquio Xavier, que aqui é representado pelo Delegado da Polícia Federal, Ildo Rosa; o Defensor Público Geral, representado pela Defensora Fernanda Mambrini Rudolfo; a Sra. Iza Maria do Rozário de Andrade; o Sr. Aldo Pinheiro D’Ávila; a Sra. Deise Farias, Conselheira; o Sr. Luís Antônio Rodrigues, Conselheiro; o Sr. Sérgio Costa Bandeira, Conselheiro; a representante do Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis, Eliete Maria de Lima; e a representante da Secretária de Estado de Saúde de Santa Catarina, Tânia Eberhardt, Carmem Delzivo. E queremos escutar também a Diretora de Comunicação, Liana Cordeiro, que representa aqui a Presidenta do Fórum Catarinense pelo Fim de Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil.



Eu fiz questão de ler as pessoas que nós queremos chamar, porque, se tiver alguma outra pessoa que queira fazer uso da palavra, pode encaminhar a solicitação à Mesa.

Mas antes de chamar as pessoas que aqui estão para que nós possamos... Veja, se é representante do CREAS, nós queremos saber quantos CREAS, como está o atendimento, enfim. Nós queremos também ver se nós conseguimos depreender daqui a relação entre o nível de denúncias no Disque 100, que o Ministério Público deve ter como nos ajudar nesse aspecto, e, daquelas denúncias, quais foram os encaminhamentos para o próprio CREAS, para que a gente possa ver essa questão do atendimento. E, obviamente, as estruturas tanto do ponto de vista do Poder Executivo, enfim, o número de casos, para que a gente possa traçar um diagnóstico, não com a perspectiva de mergulhar no diagnóstico, mas de, a partir do diagnóstico, poder pontuar quais seriam os elementos para o enfrentamento.

O diagnóstico é importante para que nós possamos traçar o enfrentamento desse diagnóstico quando é doído, até porque, na condição de seres humanos, nós temos a capacidade de transformar a nossa própria realidade. É uma capacidade única enquanto seres vivos que somos.

Mas, enfim, eu vou então passar para os membros da Mesa, para que possam se posicionar, e, em seguida, a gente vai chamar essas pessoas que foram... As pessoas que quiserem fazer uso da palavra, eu repito, podem fazer a solicitação à própria Mesa.

Então, eu gostaria de começar com o nosso Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. É um prazer tê-lo aqui!

Parabenizo, inclusive, a Assembleia por ter uma Comissão permanente que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente.

Então, passo a palavra ao Deputado Serafim Venzon.

O SR. SERAFIM VENZON - Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam Sá, Deputada Carmen Zanotto, Deputado Ronaldo Benedet, Deputada Ana Paula Lima, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também é Vice-Presidenta, quero saudar aqui todos que já foram nominados, que vão fazer o seu depoimento e, sem dúvida nenhuma, enriquecer e dar o valor, a



eficiência final a essa audiência pública, que vem buscar dados oficiais da realidade de Santa Catarina nesse aspecto.

Cumprimento aqui também os Conselheiros Tutelares de Santa Catarina, que têm feito um trabalho muito grande nesse setor, aqui representados pela D. Deise, pelo Luís Antônio, pelo Sérgio. Inclusive, aqui, em Santa Catarina, Deputada, como a senhora bem colocou, nas ações para criança e adolescente, nós estamos ainda engatinhando. Para se ter uma ideia, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nós entendemos importante tê-la, se é que se quer centralizar, do ponto de vista de apoio legislativo e de apoio à Assembleia Legislativa. Então, não pode algo tão importante estar diluído dentro da Comissão de Direitos Humanos.

Então, aqui, nós precisamos fazer uma referência ao Deputado Joares Ponticelli e ao Deputado Gelson Merisio que, no ano passado, criaram a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. E o Deputado Joares Ponticelli, preocupado e colocando como um do tripé o combate às drogas, criou também a Comissão de Combate às Drogas, aqui dentro da Assembleia.

De forma que são ações iniciais aqui, na Assembleia, que significam que a sociedade está modificando, está querendo, de fato, modificar e agir melhor em todos os assuntos da criança e do adolescente e no caso, aqui, especificamente, no combate às agressões sexuais.

Então, destacamos que, em Santa Catarina — deve ser em todo o Brasil —, crescem, todos os dias, as denúncias de pedofilia pela Internet.

Em segundo lugar, apesar dos atos libidinosos contra criança e adolescente acontecerem muito no âmbito familiar, eles não são denunciados pela família. Normalmente são mais denunciados pela escola, pela professora, pelo conselho tutelar, pelos postos de saúde, agora pelos CREAS. Diga-se, de passagem, o próprio CREAS, o CRAS, o SUAS — Sistema Único de Assistência Social — são todas ações do Governo que estão iniciando. São todas, no máximo, adolescente, mas a maioria iniciando, e ainda não entraram no hábito administrativo do poder público essas ações. Ainda não entraram. Todos esses termos: CREAS, CRAS, SUAS são todas palavras entranhas, ainda. São estranhas. A grande maioria do Poder Executivo sequer conhece a descrição do que significa, muito menos do que faz, evidentemente.



Então, a presença aqui de vocês, Deputada, nesta audiência pública, é, sem dúvida nenhuma, um ponto muito importante para motivar as nossas ações no âmbito do Estado.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por exemplo, já fez duas audiências aqui no Estado, uma no sul do Estado, em Criciúma, outra em Itajaí. Amanhã, inclusive, a nossa comitiva da Assembleia, em torno das 16 horas, 16h30min, vai se deslocar para a cidade de Joinville, a maior cidade de Santa Catarina, onde teremos, amanhã, também uma audiência pública sobre as medidas socioeducativas no CASEP. Só para dizer para vocês que a Assembleia está agindo, apesar de serem ações principiantes, mas justamente para modificar essa realidade.

No mais, eu devo agradecer muito, então, a todos os senhores e as senhoras a presença nesta audiência. Para nós, enriquece aquilo que nós estamos tentando fazer também. A Deputada Ana Paula Lima, por exemplo, é a Relatora de um projeto de lei, cuja autoria é minha, que obriga todas as salas de cinema a publicarem, por 30 segundos, antes da exposição dos filmes, a fotografia de crianças, de jovens, de pessoas desaparecidas. Aliás, essas pessoas ditas “desaparecidas” são alvos também de agressão sexual, e muito. De forma que esta audiência pública que o Congresso faz na Assembleia vem enriquecer o trabalho que aqui também se faz na Assembleia, apesar de estar no início.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Serafim.

Eu vou passar a palavra agora para o nosso Deputado Federal de Santa Catarina, que vai ter que se ausentar, está ficando no limite do seu próprio tempo. É com muita alegria que eu passo a palavra para o Deputado Federal, membro desta Comissão, Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Quero saudar nossa Presidenta da Comissão Erika Kokay, a nossa Relatora Liliam Sá, a Carmen Zanotto, a Ana Paula Lima, sempre dedicada a essas causas aqui na Assembleia, o Serafim Venzon, as autoridades aqui representando a Secretaria de Segurança, o Coronel que aqui vem representar, portanto, a Polícia Militar, o Secretário-Adjunto da



Secretaria de Segurança, o nosso Delegado Aldo, que representa a Polícia Civil, o nosso Delegado Ildo Rosa, que representa a Polícia Federal, as entidades que aqui representam a Secretaria de Estado da Saúde. A Secretaria de Cidadania está presente? (*Pausa.*) Não sei se está presente. Saúdo também os órgãos, sejam municipais, sejam estaduais, ligados a...

Quero dizer que é um tema em que, pelo que se tem informação, felizmente, Santa Catarina ainda não está nesse... Consultava os delegados quando eu fui Secretário de Segurança, Erika. Os casos que nós tivemos não eram de redes, de organizações, mas eram casos isolados. O que existe em Santa Catarina, infelizmente, ainda é abuso sexual de crianças menores, meninas e meninos, dentro do ambiente familiar. Não há nada de organização maior, felizmente, mas, se houver, nós precisamos levar essa denúncia.

Há um caso aqui de um ex-Deputado Estadual, uma denúncia especificamente. E a Polícia já se encarregou de fazer as ações e o inquérito necessário. Falta, agora, a Justiça se pronunciar e tomar as providências necessárias.

As sociedades reprimem, com penas e ações, muitas vezes, *manu militari* e do próprio cidadão, em relação às ações contra os princípios da humanidade que são, entre eles, proteção à criança. Qualquer civilização faz proteção às suas crianças e nós não podemos ser diferentes. Nós, como um País democrático, temos que criar, de forma institucional, o que a sociedade usava, no passado, de justiça pelas suas próprias mãos. Que muitas vezes é a vontade de cada um de nós, cidadãos, homens e mulheres normais.

Eu digo normais aos que respeitam, fazem a proteção e todos nós que já tivemos filha ou temos netos e netas agora, não podemos admitir a violência contra a criança, principalmente, pior ainda, a exploração sexual, a violência... Porque o trauma que fica numa criança, numa menina e num menino, pela exploração sexual, é quase inacabado.

Conversando, outro dia, com uma pessoa conhecida minha, em Brasília, sobre o caso de uma menina que foi abusada sexualmente na infância, o trabalho que está passando a recuperação com psicólogo e tudo mais é muito grave. Imagina essas meninas e esses meninos que são explorados sexualmente, abusados



sexualmente. Mas Santa Catarina está aqui. Recebe de braços abertos, com carinho, a Comissão. E nós queremos receber — que seja divulgado pela imprensa — quem tiver denúncias, em Santa Catarina. E, pela Secretaria de Segurança, como é o Fernando que representa o Secretário, pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, a gente vai fazer questão de levá-las à CPI.

Nós temos que prevenir isso tudo, como já dizia como Secretário, pela educação, pela proteção à família, pela saúde. Mas principalmente pela proteção à família, pelo tratamento daqueles que são vítimas. Muitas vezes, como eu disse, em Santa Catarina, o caso é mais familiar, no ambiente de casa do que em outros.

Fui Secretário de Segurança. No próprio ambiente prisional, quando nós levamos abusadores sexuais, estupradores, enfim, eles tinham que ser colocados em lugares separados dos demais presos, porque senão os presos acabavam tirando a vida desses criminosos, porque a própria vida dentro do presídio, da penitenciária, não aceita esse tipo de agressor.

Mas como disse a nossa Presidenta Erika Kokay, nós temos, no Brasil a fora, autoridades — aqui já tivemos também — em redes de pedofilia. E isso nós temos que coibir nos nossos ambientes, em repartições públicas, privadas, pessoas que procuram fazer isso pela Internet e tudo mais. Nós temos que coibir. Isso é uma tara, tem que ser tratada como doença e com cadeia. E, muitas vezes, a sociedade não aguenta e age até com violência.

Dizer da satisfação das nossas visitantes que vêm de Brasília. Os funcionários da Câmara sejam bem-vindos aqui. É uma satisfação podermos estar com vocês, recebendo-os em Santa Catarina, colocando-nos à disposição.

Só apenas, quando recebi a comunicação pela Carmem, eu já tinha marcado na minha cidade, que fica, dependendo do trânsito para sair de Florianópolis, de 2 horas e meia a 3 horas daqui até lá. E tenho reuniões marcadas também já anteriormente, uma, às 18 horas, e outra, às 19h30min. Então, não poderei ficar até o final da sessão, mas estarei me colocando a par, na terça-feira que vem, lá em Brasília, na nossa reunião da Comissão.

Muito obrigado. Um bom trabalho a todos e conte sempre conosco. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputado Ronaldo Benedet. É sempre bom tê-lo aqui e contar com o senhor nos trabalhos



cotidianos da CPI. Eu passo, então, a palavra, neste momento, à Exa. Sra. Deputada Estadual Ana Paula Lima.

A SRA. ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, Sra. Deputada Erika Kokay. Também cumprimento, de forma muito carinhosa, a Deputada Carmen Zanotto, que tive o prazer de encontrar, semana passada, em Brasília, e já relatava da vinda da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Estado de Santa Catarina, nossa companheira, companheira também de profissão, enfermeira juntamente conosco, a Deputada Liliam Sá, do Estado do Rio de Janeiro, o nosso colega Deputado Benedet e o Presidente da Comissão da Assembleia Legislativa dos Direitos da Criança e Adolescente, Deputado Serafim Venzon.

Deputada Erika Kokay, senhores e senhoras, não é nada agradável falar de um tema que nos choca tanto, que é a exploração sexual infantojuvenil. É muito difícil! Inclusive, me perguntava a Deputada Carmen: *“Ana Paula, o plenarinho ou o plenário maior da Assembleia Legislativa não é melhor pra trazer mais gente?”* Eu já falava pra ela naquele momento: *“É um assunto tão importante, tão agravante, mas poucas pessoas vêm pra debater esse tema, têm a coragem de debater esse tema, infelizmente.”* Dizer que no Estado de Santa Catarina não tem exploração sexual infantojuvenil? Tem, e tem muito, mas infelizmente as pessoas não sabem onde se dirigir pra denunciar. Se já é difícil, Deputada Erika Kokay, a uma mulher que é vítima de violência no nosso Estado — não termos delegacias especializadas, elas terem que recorrer a vários locais pra fazer a denúncia e não serem atendidas —, imagina para uma criança, para um menino ou para uma menina. Então, é lamentável. Tem sim, tem muito...

E esse dado é constatado, Sras. Deputadas, nos abrigos do Estado de Santa Catarina, onde nós vivenciamos os abrigos para adoção de crianças e adolescentes. A maioria das crianças maiores que lá estão é vítima de exploração sexual infantojuvenil. Infelizmente são vítimas. E daí a minha pergunta, que não quer calar, às vezes: *“Por que está a criança no abrigo?”* Por isso que, às vezes, o Tribunal de Justiça devia estar aqui, o Ministério Público devia estar aqui, pra responder a essas causas, também. Por que essas crianças estão nos abrigos, se o agressor é que deveria estar fora da sua residência? Então, está invertida essa situação.



No Estado de Santa Catarina, nós exigimos, através aqui das Comissões, que aqui representamos, também algumas ações do Governo do Estado. A nossa assessoria, por exemplo, fez uma pesquisa, com base nos dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública, no ano passado, e apenas 44% dos Boletins de Ocorrência por estupro de meninas e de mulheres tiveram inquéritos policiais instaurados. Dos 2.334 Boletins de Ocorrência registrados por estupro, 1.721 foram estupros de meninas, crianças, o que significa 74% de registro dos estupros contra as mulheres no nosso Estado. Foram vítimas crianças e adolescentes. Então, é um assunto...

A Deputada Carmen me perguntou: *“Vai lotar?”* Eu disse: *“Deputada, pelo meu conhecimento, pela minha experiência, é um assunto que poucas pessoas têm coragem de abordar. Poucas pessoas têm coragem de se manifestar e poucas pessoas têm compromisso em acabar e romper esse silêncio das vítimas, que são as nossas crianças, que são os nossos meninos e meninas.”* Então, é muito bom que esta Comissão esteja aqui. Eu esperava que mais autoridades pudessem estar aqui pra responderem a essas indignações, a essas perguntas que nós a todo o momento estamos nos manifestando. Mas eu espero... Nós temos rotas, sim.

A Deputada Maria do Rosário, hoje Ministra dos Direitos Humanos, já esteve em nosso Estado, já fizemos algumas audiências por aqui, e nós precisamos dar solução pra esses problemas. Saber os focos nós sabemos. Nós tivemos inclusive autoridades já com esse problema no nosso Estado, mas nós precisamos sanar esse problema que infelizmente acontece, sim, e acontece muito. Mas nós precisamos também ter os mecanismos para o tratamento dessas meninas. Nós temos CREAS, CRAS, SUAS e outros, mas nós precisamos ter os profissionais adequados pra ter o atendimento a essa menina e a esse menino. E o agressor precisa estar afastado da sua família. Não é a criança que precisa ser afastada, é o agressor, porque esse agressor continua fazendo vítimas, não às vezes dentro da sua casa, mas na vizinhança, na escola, no local de trabalho, infelizmente.

Muito obrigada pela presença de vocês aqui. Eu tenho certeza de que vai ser uma tarde muito produtiva. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu passo a palavra, neste momento — antes, nos despedimos do Deputado Benedet —, à Relatora da CPI,



desta CPI de Exploração Sexual, que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, a Deputada, pelo Rio de Janeiro, a Deputada Federal Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos e a todas, autoridades presentes. Eu quero agradecer à Carmen Zanotto, ao Deputado Ronaldo Benedet, à Deputada Ana Paula, ao Deputado Serafim Venzon pela recepção.

E, ouvindo aqui a Mesa, e como falou bem a nossa Presidenta, nós estamos traçando um diagnóstico do Brasil. Por que as políticas públicas voltadas para criança e adolescente não funcionam no Brasil. E, vendo aqui o relatório da Deputada Ana Paula, eu fico vendo que não é só aqui em Santa Catarina que acontece isso, mas está acontecendo no Brasil inteiro: faltam profissionais adequados para receber crianças e adolescentes quando são vítimas de abuso sexual ou de exploração sexual; faltam abrigos para se levar uma menina quando se tira essa menina de uma situação de exploração sexual. E nós estamos esbarrando em várias denúncias da convivência do poder público com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós temos viajado o Brasil inteiro, e, em todos os lugares que nós temos passado, as reclamações são sempre as mesmas: falta estrutura; há morosidade no Judiciário para os processos; faltam delegacias especializadas em proteção da criança e do adolescente. E, aí, nós vamos culpar quem? Vamos culpar o Estado, o Município? Vamos culpar o Legislativo, que não fiscaliza? Vamos culpar a morosidade desses processos? Vamos culpar a polícia, que não faz o trabalho? Os inquéritos estão ali; e, aí, onde vão parar esses inquéritos? Por que não chega, não vira processo? Por que essas pessoas não são presas?

Então, a impunidade no Brasil chegou a um ponto tal que eles abusam com a maior cara de pau e sabem que vão pegar ali um inquérito, vão ali na delegacia, e não vai dar em nada. É isso que eles pensam na cabeça deles. Por isso que está aumentando cada vez mais a questão do abuso sexual intrafamiliar, a pedofilia e a exploração sexual de crianças e adolescentes: porque não dá cadeia. Vocês já viram alguém preso por causa disso? É preso, e é solto no outro dia.

A interpretação de juízes... Como aconteceu no caso que nós pegamos, lá, do Rio de Janeiro, as Meninas de Guarus, eu estava lendo ontem o relatório, a Relatora



chegou do inquérito e falou assim: *“Essas meninas já estavam em situação de prostituição”*... Por causa do entendimento do STF, naquele caso das meninas de 12 anos de idade, foi lá e engavetou o inquérito, deu como encerrada a investigação, não mandou para o Ministério Público nem nada. Por quê?

Crianças não se prostituem; crianças são prostituídas. E elas, que já passam por uma violência, que é o abuso sexual, às vezes, dentro de casa, fogem de casa, vão para a rua, encontram o aliciador, o cafetão, a cafetina, que vão levar essas meninas para pontos de prostituição, vão montar casas, para que elas possam trabalhar, vão dar certa cobertura, e elas não se sentem exploradas sexualmente.

Então, quando vocês fazem o trabalho, o conselheiro tutelar vai fazer o trabalho, vai levar para onde, vai levar para onde?

Eu tive isso no domingo passado, passei o dia inteiro dentro de uma delegacia, e encontrei uma menina bonita, linda, devia ter uns 13 anos de idade, com uma criança de 1 ano e 4 meses no colo. E eu falei assim: *“O que você está fazendo aqui?” “Eu vim de Minas Gerais.”* Parei a Guarda Municipal, chamei a Polícia Militar, levou 40 minutos a Polícia Militar para chegar, para saber o que eu queria, uma Deputada Federal, pedindo a Polícia Militar. Eu tive que ligar para o Batalhão. Levei todo mundo pra delegacia. Chegou na delegacia, o delegado não sabia o que fazer. Aí, eu tive que ensinar pra ele, né? Falei assim: *“O senhor vai chamar o pai... Está aqui, no Estatuto da Criança e do Adolescente, tudo o que você tem que saber sobre criança e adolescente. Está aqui.”* Eu falei pra ele: *“Você tem que chamar o pai e a mãe dessa criança. Elas estão em situação de vulnerabilidade. Tem que levar para a delegacia, tem que pegar essa mulher que estava explorando, tem que indiciá-la, no 247-A”*. Então, as pessoas não estão preparadas para isso; estão fechando os olhos, como diz a Ministra Maria do Rosário, tapando os olhos, os ouvidos e a boca: eu não sei, não falo e não quero saber.

Esse caso do Duduco, aqui, que a CPI... Está em segredo de justiça, mas, aquilo que está na imprensa, eu vou perguntar às autoridades que aqui estão: por que esse cara levou 30 anos abusando de crianças e adolescentes e não foi denunciado antes? Por que não teve uma fiscalização da Câmara de Vereadores, da Câmara dos Deputados, da Prefeitura? Uma creche, que funcionava com crianças passando fome, misturados meninos com meninas, e por que não foi visto isso



antes? Por que o inquérito foi encaminhado ao Ministério Público para ser analisado, e o Ministério Público não se posicionou? E a 6ª Delegacia, que é a delegacia, a única que tem aqui especializada, Carmen Zanotto — não é isso? —, da criança e adolescente, teve que pedir... O Ministério Público voltou de novo o processo pra lá pra pedir mais informações. Mais informações do que crianças sendo abusadas lá? Por que não foi lá? Aí, tem um parecer da juíza, aqui. É que a juíza faz um encaminhamento que é pra tirar as crianças e botar no abrigo. Ainda tem crianças lá dentro, porque não têm vagas em abrigo. Isso é um absurdo, isso é um absurdo! E nós queremos respostas pra isso.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Só um momento...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Depois vocês vão falar sobre isso, tá?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Nós representamos o Poder Judiciário em Santa Catarina. Não existe... Assim que chegou a denúncia, eu não sou a juíza, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora vai falar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, vai falar. Eu estou só me posicionando.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Para uma questão de ordem...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá, pois não.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Uma questão de ordem, eu gostaria de falar. Assim que chegou a denúncia, no mesmo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, mas tem aqui. Eu vou chegar lá... É que tem aqui uma doutora que acatou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, deixa...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o nome da senhora?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Meu nome é Ana Cristina.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É isso mesmo, está aqui. É a Rosário ou Ana Cristina?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Ana Cristina, vamos...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Só 1 minutinho, porque, senão,...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou lhe dar o direito a falar...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Há informação deturpada. Isso corre em segredo de Justiça. Mas, tudo aquilo que for deturpado, eu gostaria de me manifestar, porque eu represento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora vai se manifestar, a senhora vai se manifestar. Vamos assegurar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deixa-me terminar a minha fala?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos assegurar a palavra à Deputada e, em seguida, a senhora será a primeira a fazer uso da palavra, depois da Mesa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós viemos aqui...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - (*Ininteligível*) ...tratar de caso específico, que é segredo de Justiça.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o que não é segredo de Justiça eu tenho o direito de falar, doutora.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Eu me informei, foi (*ininteligível*), foi garantido que não iria tratar de caso específico, até porque...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não estou tratando, eu estou relatando, doutora. A senhora está nervosa à toa. Eu estou relatando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Espera um pouquinho, Deputada Liliam. Dra. Ana Cristina, Ana Cristina,...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - (*Ininteligível.*)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, isso aqui não é... aqui ó, não é segredo de Justiça, está nos jornais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Olha, Dra. Ana Cristina, nós não vamos aqui tratar de casos específicos. Não é esse o objetivo. Essa é a fala da Deputada, onde ela está tomando como exemplo um caso aqui. Eu, na minha fala, dei alguns exemplos, sem identificar inclusive os Municípios. Mas, enfim, é a fala dela. Nós não estamos aqui pra tratar do caso do ex-Deputado. Ou seja, nesta audiência pública, nós queremos traçar um diagnóstico.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, claro que não. Eu falei isso antes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É óbvio que nós... A CPI tem a noção exata de que o processo correndo em segredo de Justiça não se pode adentrar os elementos que compõem o processo. Mas existe uma série de elementos que são públicos que não se pode impedir que as pessoas possam fazer referência a ele. Então, portando... Mas a senhora vai ter o direito de falar. Nós vamos passar, concluir a fala da Mesa, e depois a senhora terá o direito de se posicionar.

Então, vou passar de novo pra Deputada Liliam Sá...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, eu, como Relatora, recebi a denúncia, e vou dizer novamente aqui, quando eu comecei a minha fala: o que está em segredo de Justiça eu não vou tocar no assunto, mas o que é público, é público, está nos jornais. Eu estou baseada no que está aqui, ó, nos jornais e é público. E o que é público que está aqui dizendo é que existem ainda crianças lá dentro e não foram retiradas as crianças. (*Palmas.*)

Então, eu, como Relatora, como uma autoridade em relação a isso, tenho que tomar providências e tenho que falar sobre o que é público. Agora, o que está correndo em segredo de Justiça, eu não estou citando o nome de ninguém, nem do delegado, nem da juíza que deu o deferimento pra tirar as crianças de lá. Não citei nome nenhum. Agora, o que está aqui, está aqui, ó: "*Ministério Público decide pedir informações no caso Duduco.*" Aqui: "*Conselho Tutelar questiona demora no caso da investigação.*" E aqui também falando, olha: "*Criança...*" Aqui ó:

"A Juíza da Infância e Juventude da capital deferiu liminar na sexta e determinou o acolhimento das crianças e dos adolescentes em instituição legalmente instituída. No sábado, foram acolhidos uma criança e dois adolescentes, sendo uma menina de 14 anos, um menino de 12 e outro de 8. Os demais foram uma menina de 13, outra de 14 e outra de 17. E não foram acolhidos ainda por falta de vagas, por ordem que está vigente."



Então, eu só relatei os fatos que esta CPI vai investigar. Só isso. Não critiquei, não acusei ninguém, mas acho um absurdo que até agora esse caso esteja assim, olha: sem ninguém falar nada, ninguém pode falar nada; e até eu aqui sendo cerceada na minha fala. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, nós iríamos passar para a Deputada Carmen Zanotto, que faz parte da Mesa, também, mas nós vamos fazer uma inversão e vamos passar para a Juíza Ana Cristina Borba Alves, que aqui representa o Desembargador Sérgio Izidoro Heil.

Então, a senhora pode fazer uso da palavra — eu vou pedir às pessoas para falarem da tribuna, porque nós precisamos gravar... nós estamos gravando toda a audiência.

Então, com a palavra a Juíza Ana Cristina Borba Alves.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Uma boa tarde a todos. Inicialmente, eu gostaria de justificar a ausência do nosso Coordenador, Desembargador Sérgio Heil, porque se encontra em Chapecó, hoje, assinando um convênio com a FIESC, que já estava agendado há bastante tempo, para a escolarização, profissionalização de adolescentes e jovens. Inicialmente, eu também gostaria de registrar que, antes de... Como eu vi a justificativa desta Comissão, eu me certifiquei, até por uma questão... A Lei Orgânica da Magistratura Nacional proíbe que o juiz se manifeste sobre processo em andamento. Mas eu vou fazer uma defesa, inclusive da minha colega, da juíza aqui da capital, que todo mundo conhece — apesar de não ter sido mencionado o nome. Mas só tem uma, todo mundo sabe quem é. Tão logo a notícia chegou aqui, ela deferiu a liminar, e não ficou nenhuma criança. Eu asseguro isso, porque eu, como juíza de São José, conversei com todos os diretores dos abrigos. Aquelas vagas que não tinham aqui em Florianópolis foram concedidas pelas instituições de acolhimento de São José. Isso, na própria sexta-feira. A notícia veiculada foi uma notícia mentirosa. E, mais uma vez, como corre em segredo de Justiça, a gente nunca consegue esclarecer justamente por isso, porque não pode se manifestar. E eu gostaria... Na verdade, a minha fala... Eu acho que não adianta nada a gente levantar, fazer uma catarse aqui, se a gente não sair com tarefas e compromentimentos. No Poder Judiciário, geralmente, só chega aquilo que já estourou. E os nossos grandes parceiros de



denúncias de todos os tipos de violência, seja física, psicológica, sexual, eu diria que mais de 90% vêm das escolas, dos professores, dos coordenadores. E eu faria... Trouxe uma proposta aqui. *(Pausa.)* E faria uma proposta para que nós, em comunhão de esforços, com o Deputado Venzon, com a Escola de Assuntos Legislativos, que já foi nossa parceira — vou fazer uma referência especial à Deputada Ana Paula, que, quando estive à frente da Comissão de Direitos Humanos, também conosco realizou diversos trabalhos —, que a gente pedisse autorização para o Estado de São Paulo para replicar aqui um *kit* que se chama Kit Respeitar, que tem três fascículos, bastante didáticos, bastante ilustrativos: um direcionado para os profissionais que lidam com crianças e adolescentes; outro para crianças e adolescentes e quem lida com eles; e um terceiro guia para pais e responsáveis. E que a gente não só replicasse, mas que a gente também pudesse fazer uma capacitação, principalmente nas escolas. Então, é a proposta que eu faço. Eu me coloco à disposição pra entrar em contato a autora, que é uma psicóloga do Tribunal de Justiça de São Paulo, pra que a gente consiga replicar. É um material bastante interessante, se chama Kit Respeitar. E eu não vou... Do caso concreto de que levou... Não vou mencionar mais nada. Só pra falar que, em relação à atuação do Poder Judiciário, várias notícias que foram veiculadas na imprensa não conferem com a realidade. Não conferem, porque eu acompanhei de perto a minha colega aqui e auxiliei-a na questão da acolhida. Tão logo chegou a denúncia, foi dada a liminar, e essas crianças e adolescentes saíram no mesmo dia. Isso eu posso assegurar, porque eu concedi vagas nas instituições de São José. Então, aqui segue a proposta, em nome da Coordenadoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para que a gente lance essa campanha, que saíamos daqui com uma tarefa, com um dever de casa, porque, se nós só levantarmos os problemas e não nos comprometermos na busca de uma solução, de nada resolve, nem uma audiência pública nem outro tipo de articulação na proteção do direito da criança e do adolescente. Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar, então, para a Deputada Carmen Zanotto, que foi proponente desta audiência pública e desta diligência que estamos fazendo aqui no Estado de Santa Catarina e que é membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Minha saudação, cumprimentando a Presidenta desta CPI, a minha colega, Deputada Erika Kokay; a nossa Relatora, Deputado Liliam Sá; o Deputado Serafim Venzon, que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa do nosso Estado de Santa Catarina; a minha colega, enfermeira, Deputada Ana Paula.

Em nome dos dois Deputados Estaduais, o Deputado Serafim Venzon e a Deputada Ana Paula, quero agradecer ao Presidente da Casa, o Deputado Joares Ponticelli, todos os Deputados desta Casa, todos os servidores pela organização. Nós acabamos de chegar, estava tudo preparado. Isso é muito importante para a gente que representa o Estado de Santa Catarina — eu, junto com o Deputado Ronaldo Benedet, em especial, como proponente desta audiência pública.

Quero cumprimentar todas as entidades governamentais e não governamentais, e dizer que, quando eu propus este requerimento, foi baseado na minha experiência com a CPMI da Violência contra a Mulher. O nosso Estado, o Estado de Santa Catarina, ocupa a 25ª posição no Mapa da Violência contra a Mulher. A Capital do Estado é a 25ª Capital. Mas nós temos dentro do Estado de Santa Catarina 5 cidades que aparecem entre as 100.

O trabalho da CPMI da Violência contra a Mulher produziu 13 projetos de lei, que deverão ir à apreciação já no Senado Federal nos próximos dias, porque, nesta semana, foi feito o encaminhamento e a entrega pessoal à Presidenta da República, que foi até uma sessão do Congresso recebê-lo.

O que isso significa? Que todos os que aqui estão, estão preocupados com a implementação das políticas públicas. E esta audiência pública tem este objetivo: o objetivo de ouvir as autoridades do nosso Estado, as organizações não governamentais para que a gente possa, através da relatoria, que será feita pela Deputada Erika Kokay, também propor melhorias na legislação.

Se nós tivermos vazios na legislação, se nós tivermos com uma legislação que não está nos permitindo espaço para a gente melhorar as políticas públicas, para que a gente não tenha em Santa Catarina nenhuma criança vítima de violência e exploração sexual... Por que eu digo isso? Porque o legislador e o Executivo sempre têm que olhar para aquele caso como o caso mais especial.



Então, muito mais do que a gente se apegar aos números, porque nós temos uma deficiência de dados, se nós olharmos o Disque-Denúncia, nós temos um conjunto de dados de informações; se nós olharmos o que é divulgado pelos veículos, nós temos outro, e nós não temos um sistema, que também deverá ser proposta da nossa Comissão na relatoria final, de informação único e preciso.

Nós percebemos, por exemplo, em um dos casos de um dos Municípios nosso de Santa Catarina, que o Boletim de Ocorrência é que fez com que aumentasse o número de casos de violência contra a mulher naquele Município. Porque foi uma mulher que estava na carona da moto... e uma bala, que veio do mato, de um homem que estava caçando, atingiu a mulher e ela caiu. É uma mistura de acidente de trânsito com uma mulher que foi ferida à bala e morreu, mas que não foi propriamente uma violência dirigida àquela mulher.

Então, nós precisamos qualificar os Boletins de Ocorrência. A equipe que está trabalhando, o Sistema de Informação Nacional precisa ser preciso. E a gente sabe o quanto isso é difícil, mas a gente sabe que esta CPI também pode propor. E, ouvindo os senhores dos mais variados órgãos e a sociedade civil, nós temos esse papel, o de implementar as políticas públicas. E nós não podemos, enquanto legisladores ou enquanto cidadão, saber que tem uma criança vítima de violência e a gente não publicizar isso.

Quando me questionaram: *“Carmem, Deputada, mas o caso já está correndo na Justiça.”* Esse caso está correndo na Justiça, sim, e nós acreditamos na Justiça do nosso Estado. Até porque — a Deputada Liliam não está aqui — nós temos um ex-Deputado Federal que, a partir do momento em que foi preso, não saiu mais do presídio. Ele não teve *habeas corpus* de maneira alguma. E não nos cabe aqui tripudiar em cima do que já aconteceu, mas nos cabe aqui acreditar que a nossa Justiça, como a Justiça do Brasil como um todo, vai, a partir dessas audiências, aprimorar as suas práticas, levando para o Município mais distante do nosso Estado... E atender a Assembleias, Deputada Erika, tem este papel...

Nós estamos aqui. Não somos muitos, como disse a Deputada Ana Paula, mas os que estão aqui estão comprometidos. Mas, se desses milhares de pessoas que estão nos seus domicílios e que vão acompanhar esta audiência pública, se desses milhares de pessoas que acompanharem esta CPI, uma única fizer uma



denúncia na delegacia ou no Conselho Tutelar do seu Município, a tarefa desta Comissão no Estado de Santa Catarina já terá valido, porque significará que nós estamos tendo a coragem de falar sobre um tema que é duro, sim, mas que acontece, numa intensidade muito maior do que os registros de ocorrência.

E aqui quero fazer um destaque ao Fórum Estadual e ao conjunto de Municípios que tem o Fórum Municipal de Combate... de Luta — só pra eu não errar —... Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infantojuvenil. Eles são as portas de entrada, são onde estão pessoas como vocês, que estão divulgando e publicizando, através dos milhares de cartazes que vocês fizeram, através dos momentos em que vocês estiveram na imprensa dizendo: *“Isso existe — e existe, inclusive, no nosso Estado”*. Pode estar acontecendo dentro da nossa casa ou na casa do nosso vizinho.

Então, Deputada Erika, eu quero aqui deixar registrado o trabalho desta Comissão, que é árduo, que é em Municípios — eu não pude estar presente, mas a senhora presidiu a sessão — onde membros da Comissão correram risco de vida; mas ele se faz necessário.

Nós precisamos que a imprensa divulgue, nós precisamos que o cidadão se aproprie das informações e tome coragem. E precisamos... Aqui eu queria fazer um apelo a todos os oradores, representantes de todos os órgãos. Se puderem, por favor, destacar em especial... Por exemplo, na saúde, quantos hospitais nós temos preparados para acolher as pessoas vítimas de violência? A gente sabe que é uma grande caminhada ainda, mas nós já temos alguns. Como estão os nossos serviços da atenção básica? Eu falo isso como enfermeira. Muitas vezes a gente vê o ferimento, a gente vê a vítima que chegou lá com o corte, e a gente não consegue imaginar que por trás daquele corte, porque a gente fica fixado no corte e no procedimento técnico para limpar aquele ferimento, para depois ser suturado, se for necessário, ou apenas fazer o curativo. A gente fica tão fixado no procedimento que a gente esquece que ali tem um homem, uma mulher, que ali tem uma criança ou um adolescente vítima de outra violência, que é muito maior do que aquela violência daquele corte. Como enfermeira, como profissional da área da saúde, não me bastava fazer a limpeza e o preparo para o profissional médico fazer a sutura.



Então, é disso que nós estamos falando, de a gente ter a coragem de falar que nós temos excelentes indicadores na mortalidade infantil, na longevidade, estamos bem posicionados no mapa da violência contra a mulher, mas nós temos subnotificação ainda de muitos casos, por preconceito ou por entendimento, inclusive, de que isto é natural. Isto é natural, muitas vezes. Olha a gravidade: uma mãe achar que comercializar a sua filha ou o seu filho, um ser humano, passou a ser fonte de renda. Eu não sei se a miséria maior é da fome ou a miséria de ter um ser humano como produto de negócio. E isso nós temos.

Então, a nossa Presidenta, Deputada Erika, foi muito feliz quando disse: “*Nós também temos grandes eventos em Santa Catarina, nós temos períodos de temporada importantes e nós também temos crianças e adolescentes sendo vitimizados dentro do seu lar ou fora dele*”. Então, é por isso que nós estamos aqui. E a participação de cada uma das senhoras e dos senhores, representando o Executivo, o Judiciário, é fundamental à sociedade civil, para que a gente possa ter, no final deste trabalho, um trabalho tão exitoso, Deputada Erika, ou mais — vou ser ousada —, ou mais exitoso que a nossa CPI da Violência e Exploração contra as Mulheres, que a gente tem 7 anos da Lei Maria da Penha e uma longa caminhada País afora ainda para que aquilo que está nas leis transforme a rotina do nosso dia a dia, e que um pequeno caso não se transforme num caso violento porque a gente não tomou a primeira ação, que é motivar quem é vítima de violência e exploração sexual a fazer a primeira denúncia, porque se ela silenciar, quantas outras vítimas terá do lado dela ou depois dela? Então, muito, mas muito obrigada a toda a equipe desta CPI, especialmente a esta Casa, e a cada uma das senhoras e dos senhores que estão aqui comprometidos, ajudando a fazer a diferença num tema, como bem disse a Deputada Ana Paula, experiente no Legislativo estadual, um tema difícil de se falar. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, nós vamos dar prosseguimento a esta audiência. Entretanto, nós recebemos aqui algumas perguntas. Nós vamos fazê-las antes que as pessoas possam se posicionar. Também há, Dra. Ana Cristina, a solicitação de fala da advogada de algumas das vítimas do caso que aqui foi citado e que gerou essa polêmica. Nós também vamos permitir que ela possa falar. E nós vamos só reafirmar que o caso está em segredo



de Justiça e que nós não podemos estar... e que esta audiência não tem como foco primeiro, mas não tem como foco, mas também não pode ignorar, ou seja, nós temos sintomas. Enfim, sintomas de um processo de negligência, ou leniência, ou quiçá qualquer ausência de respostas que precisam ser analisadas e precisam ser identificadas enquanto tal.

Eu vou aqui fazer... Primeiro passar para a... *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu vou passar pra que você possa fazer uso. Você sabe que o processo está em segredo de Justiça e que todos os processos em segredo de Justiça, quando a gente lida com eles, a gente lida de forma reservada.

Então, nós estamos numa audiência pública e estamos pra fazer uma discussão geral. Como foi citado, a senhora pediu o direito de falar, de contraditar, nós vamos concedê-la, sem prejuízo de que a própria juíza...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Eu só vim aqui que foi assegurado que não se trataria de uma audiência de um caso concreto. E sou super a favor. A Deputada Ana Paula conhece. Foi nossa parceira. Sou membro integrante. Sou uma grande lutadora junto com vários outros parceiros pela concretização, pela garantia dos direitos da criança e do adolescente e da luta contra qualquer tipo de violência, seja psicológica, seja física, seja sexual. Eu não sou a juíza do processo. A única... Não tenho conhecimento do processo. A única... Como foi falado que as crianças não haviam saído, eu asseguro que no mesmo dia eu ajudei a minha colega, tanto nas instituições acolhedoras de São José, quanto nas da vizinhança, a encontrar um local. E elas foram recebidas. Eu sei porque eu recebi a comunicação oficial dos diretores. Em relação a esse caso é só isso. E eu não vou me manifestar a respeito de mais nada porque eu nem conheço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Claro.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - E porque é segredo de Justiça. E me foi garantido que não seria tratado um caso concreto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, veja, esta audiência não é para tratar deste caso, porque se fosse...



A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim, mas ela está virando isso. Eu acho que é até um...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, ela não está virando isso.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - É até um “desvirtuo” de uma proposta que é muito maior do que um caso só, porque a gente tem vários outros casos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Ana Cristina, ela não está virando isso. Esse caso foi citado — está certo? —, e a senhora contestou. Algumas informações foram passadas, nós lhe demos o direito, mas esta audiência não está virando isso. As falas que estiveram aqui não são falas. Esse caso foi citado enquanto exemplo. Eu citei outros casos de outros Municípios. Esta audiência vai escutar as pessoas que queiram falar, está certo?

Então, vou pedir que a senhora fale. Se a senhora se sentir à vontade para falar, então...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - O que eu tinha para falar já falei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - E me reservo até... Não vou infringir uma questão que é uma ética profissional, é uma proibição que está na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, claro.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Essas questões são sempre tratadas no gabinete, com as parte envolvidas. E dessa forma eu até entendo que trazer à tona isso revitimiza essas crianças e esses adolescentes. A gente está aqui fazendo o papel de revitimizá-los. E não é essa a nossa função. E o que eu... Digo: não sou a juíza do processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, claro.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Eu contestei uma notícia veiculada pela imprensa, que foi uma notícia inverídica. Estou falando porque eu ajudei, fiquei uma tarde inteira auxiliando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, isso está claro. Eu quero deixar claro que esta audiência não é para tratar deste caso, embora este



caso seja um caso que esteja aqui e que ele... Nós não podemos impedir que as pessoas possam se referir a ele, inclusive como exemplo.

Eu vou pedir à advogada que possa falar depois que o conjunto das pessoas falarem, até porque nós vamos abrir para que as pessoas que queiram falar possam falar, as pessoas que não foram listadas em princípio.

E eu vou fazer aqui... Primeiro, eu vou lamentar que não haja representantes do Governo, do Governador do Estado aqui. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Opa! Secretário-Adjunto...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é, mas o senhor está representando a Secretaria de Estado de Segurança.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Estou representando o Governador.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, deixe-me tentar esclarecer.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - A senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor me permite, por favor? O senhor me permite?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Pois não, pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós chamamos o Governador. E além do Governador, nós chamamos também o Secretário de Segurança, porque nós entendemos que o Governador tem uma amplitude maior. Nós vamos solicitar uma audiência com o Governador.

Com todo o respeito, o senhor está aqui representando a Secretaria de Segurança Pública. Portanto, o senhor está representando uma leitura e uma política pública que é absolutamente fundamental e que nós queremos escutar. E nós estamos muito felizes de o senhor estar aqui representando a Secretaria de Segurança.

Mas veja: em todas as audiências que nós estamos fazendo em todos os Estados, nós sempre gostamos de escutar o Governador, o Governador ou um representante do Governador que possa apontar o conjunto das políticas. Como o



senhor está aqui representando uma política, então, ainda que o senhor esteja aqui e seja membro do Governo, da gestão do Estado, isso não substitui a necessidade de que estejamos falando com o Governador.

Então, nesse sentido, nós vamos solicitar uma audiência com o Governador do Estado para amanhã. Eu queria inclusive que o senhor pudesse nos ajudar a que nós tivéssemos esse encontro. Por quê? Porque tem uma série de políticas — políticas de assistência; de saúde; do próprio Estado, políticas orçamentárias, propostas orçamentárias — que saem da leitura específica de uma política pública. O senhor está aqui e vai falar pela Secretaria de Segurança. E nós vamos solicitar uma audiência com o Governador ou com o Vice-Governador, que seja, enfim, como nós temos feito em todos os Estados.

Estivemos já com a Governadora do Rio Grande do Norte, estivemos com o Vice-Governador do Estado do Ceará. Nós temos estado com os Governadores para lhes dizer como é que nós vamos ver o conjunto das políticas.

O senhor entendeu, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Não, eu, na realidade, estou aqui representando o Governo do Estado, estou representando a Secretaria de Segurança Pública. Inclusive o Secretário não está aqui presente porque ele está, neste momento, numa audiência com o próprio Governador. E eu me sinto aqui na condição de representar o Estado, embora considere legítima a tentativa de que se faça uma audiência com o Governador, que se faça um despacho com o Governador, para que ele também possa falar. Mas eu estou aqui representando o Governo de Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. O senhor se sente apto, então, para responder sobre todas as políticas?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Política de saúde, política de educação, enfim.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Olha, eu não vou polemizar sobre isso, tá?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.



O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Mas eu estou aqui representando a Secretaria de Segurança...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, é porque é o seguinte..

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - ... o Governo do Estado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, claro.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Tenho representado em outras situações...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E eu gostaria que o senhor pudesse...

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - E considero legítima e vou levar ao Governador do Estado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES -... a intenção — vou levar — da senhora em fazer uma audiência com ele.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Se houver possibilidade, amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Não sei questão de agenda, mas se houver possibilidade, que ele a receba. Não tenha a menor dúvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Eu gostaria então... Nós vamos também entrar em contato com o Governador, com o Governo, para que nós possamos ser recebidos, a CPI, por alguém do Governo que possa falar sobre o conjunto de políticas. Ou seja, Vice-Governador, Governador e tal. Enfim, nós vamos solicitar uma audiência com o Governador. Está certo?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o senhor entende, né?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Tranquilamente. Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque tem uma visão do conjunto das políticas, e não a visão específica. Nós temos aqui representantes da saúde e temos representantes... Mas é importante o Governador, porque é quem



constrói a peça, quem é responsável pela peça orçamentária, ou alguém que o seja, que possa estar respondendo pelo conjunto de políticas. Às vezes, a Casa Civil... Enfim, eu não sei como funciona a estrutura, mas o senhor entende o que nós estamos demandando do ponto de vista do conjunto de políticas no Estado.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Levarei a sua solicitação ao Governador.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Muito obrigada.

Eu vou aqui passar... Nós recebemos algumas perguntas, e eu vou fazê-las para que as pessoas que possam fazer uso da palavra busquem responder a elas nas suas respectivas áreas para que nós possamos enriquecer esta audiência.

Então, vejam: *“Senhores e senhoras, quero aproveitar este momento e deixar alguns questionamentos que penso serem importantes para construirmos, efetivamente, uma política estadual de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.”*

A primeira pergunta: *“Há, em Santa Catarina, uma sistematização de dados adotando ficha de notificação compulsória de casos de violência sexual de serviço de saúde, identificando o alcance, o impacto e as vítimas de violência?”*

Ou seja, a questão da notificação já foi falada aqui pela Deputada Carmen Zanotto, qual é o instrumento de notificação que, aliás, tem um protocolo do próprio SUS nessa perspectiva.

Segunda pergunta: *“Quando o Estado investe em ações de conscientização e de sensibilização política?” “Quanto o Estado investe em ações de conscientização e de sensibilização política? Quais as campanhas?”* O senhor, que representa o Governo, se puder responder, seria importante. *“Elas fortalecem os serviços de denúncia? Bem sabemos que o medo e a vergonha ainda são limitadores para que a denúncia aconteça.”*

Terceira pergunta: *“Quais os programas de treinamento e capacitação para enfrentar a violência sexual, principalmente nas áreas de segurança e da justiça?”*

Quarta pergunta:

“Há uma atuação integrada e articulada de instituições, sob a perspectiva multidisciplinar e transetorial, visando à prevenção e repressão à violência



sexual de crianças e adolescentes? Senhoras e senhores, se essa política não for construída com a sociedade, mais e mais denúncias nos chegarão, mais e mais meninos e meninas terão suas vidas destruídas. Obrigada.”

Essas perguntas são assinadas pela Shirlei Azevedo, pela Juci Mara Tomas, pela Luzia Cabreira, pela Valéria Carvalho e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina.

Então, faço essas perguntas porque nós temos 13 pessoas pra fazer uso da palavra. E nós vamos ter a limitação de que as pessoas venham a falar, as pessoas que se inscreveram possam falar, e a gente possa devolver com largo tempo para as devidas respostas.

Então, já estou antecipando essas perguntas para que as pessoas que venham a fazer uso da palavra possam, na medida do possível, responder a elas.

Então, dando continuidade, nós vamos chamar o Dr. Marcelo Wegner, que é Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, que aqui representa o Procurador-Geral, Lio Marcos Marin, e a Promotora Cristiane Rosália Maestri, que é da 9ª Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina.

Vamos tentar estabelecer um tempo. Se vocês estiverem de acordo, vamos tentar trabalhar com um tempo de 8 minutos. Oito minutos. Um tempo máximo de 8 minutos. Pode ser?

O SR. MARCELO WEGNER - Poder ser.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pra todos os demais que vão fazer uso da palavra nós vamos trabalhar com o tempo de 8 minutos, para que, depois, nós possamos escutar as perguntas e tentar devolvê-las. Obviamente que se nós pudermos já ter as respostas das perguntas que aqui chegam, nós economizaremos o tempo, porque são muitas pessoas que vão fazer uso da palavra.

Muito obrigada. Dr. Marcelo. Então lhe passo a palavra por um prazo de 8 minutos.

O SR. MARCELO WEGNER - Boa tarde a todos, a todas as autoridades da Mesa. O problema da violência sexual... Eu estou representando aqui o Dr. Lio, que



é o Procurador-Geral de Justiça. Ele não pôde se fazer presente, mas me parece que tem uma reunião marcada pra amanhã com os membros da CPI.

O problema da violência sexual contra crianças e adolescentes a gente enfrenta, lá dentro do Ministério Público, sob duas óticas: a questão preventiva e a questão repressiva. Eu não vou falar nenhuma novidade para os senhores aqui, mas a grande maioria dos casos de violência contra criança e adolescente nessa órbita sexual ocorre ou dentro da família ou com conhecidos daquela criança ou daquele adolescente.

Então, alguém fez uma pergunta com relação à questão de campanhas. O Ministério Público, junto com o Fórum pelo Fim da Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes e o Estado de Santa Catarina, fez uma campanha que está sendo veiculada — eu não sei se os senhores tiveram a oportunidade de ver — na televisão, nas rádios, em *outdoors* e que é muito interessante. Ela vai ao encontro, inclusive, do que foi falado aqui à Mesa. Só sintetizando o que é essa campanha: a campanha é uma menina que está num telefone e faz uma ligação para o Disque 100. Só que aparece ela com a voz de adulta dizendo assim: *“Olha, eu quero fazer uma denúncia. Tem uma menina loirinha, com cabelos cacheados, que está sendo vítima de exploração sexual”*. E aí o final da campanha é este: com relação à criança e ao adolescente, alguém precisa falar por eles. Foi o que foi dito aqui à Mesa. Elas não se sentem aptas e têm inclusive vergonha de serem vítimas de violência sexual. Então, essa campanha está sendo feita no campo preventivo. Com relação à questão da repressão, eu fiz alguns apontamentos aqui sobre o que foi falado. Uma questão que a gente verifica é falta de profissionais psicólogos nas delegacias especializadas.

Nós temos representantes aqui da Secretaria de Segurança Pública. O número de delegacias especializadas pra tratar de crianças e adolescentes em Santa Catarina é um número muito reduzido e, salvo engano, só existe profissional psicóloga nessas delegacias especializadas. E aí a gente entra naquele problema de que a doutora Ana Cristina falou, que é da revitimização. Na maioria dos casos, quando a gente verifica, a criança é perguntada sobre o que aconteceu com ela pela professora da escola, pela diretora da escola, pelo Conselho Tutelar, pelo delegado e, depois, quando chega ao nível judicial, é perguntada... O promotor, às vezes, faz



questionamentos, o advogado e o juiz. E aí eu faço um alerta: que também o Judiciário de Santa Catarina tem um problema, porque ele não vem aplicando a questão de que esses depoimentos sejam feitos com o menor dano possível, ou seja, que eles sejam feitos através de profissionais especializados. Eu sei que existe uma polêmica em relação a essa questão, inclusive do Conselho Federal de Psicologia, mas eu acho que é importante se discutir isso, e quem é do Congresso Nacional, os Deputados Federais, Senadores, pensar, inclusive, num projeto de lei para que se regule essa questão. Então, se a gente não obrigar, através de lei, que o depoimento seja feito de uma forma menos prejudicial pra essa criança ou esse adolescente, isso não vai ser feito. Tem que haver uma obrigatoriedade legal.

Até faria uma solicitação pra Deputada Carmen Zanotto, pra Deputada Erika Kokay, no sentido de mudar a lei, o Código de Processo Penal, pra obrigar o Poder Judiciário a que essa ouvida seja feita da forma menos prejudicial possível, através de psicóloga... E existem mecanismos, por exemplo, o Braço do Norte, aqui em Santa Catarina, está tendo uma experiência muito interessante nessa área. Mas a gente precisa regulamentar isso, porque, senão, o advogado vai dizer: *“Olha, está ferindo o meu direito de defender o meu cliente”*. Se você não tem isso regulamentado em lei, isso cria um problema seriíssimo, inclusive pro Judiciário, pro Ministério Público, pra uma eventual anulação de processo numa instância superior.

Outra questão que eu coloquei aqui é a questão dos Conselhos Tutelares. Nós temos problema com um Conselho Tutelar. Não sei se chegaram a ver uma reportagem que houve no Ceará, em que havia, numa determinada localidade do Ceará, uma prostituição que ocorria depois das 8 horas da noite, e o Conselho Tutelar fechava as suas portas às 6 horas da noite.

Então, os Conselhos Tutelares, apesar do esquema de sobreaviso que eles têm, é importante que se tenha um mecanismo — por exemplo, nós temos cidades turísticas, como o Balneário Camboriú, o Conselho Tutelar lá pelo menos teria que estar com as portas abertas, no período de verão, durante as 24 horas do dia. Porque, se você quer combater isso com sobreaviso, fica muito difícil, porque a gente sabe que a prostituição, inclusive de crianças e adolescentes, ela ocorre, via de regra, no período noturno.



Com relação à questão do Governo Federal, ele também tem suas falhas. Só para dar um exemplo para vocês, a Secretaria de Direitos Humanos está fazendo muita coisa em relação à criança e ao adolescente, com relação a esses eventos que vão ocorrer agora, a Copa. A Secretaria está fazendo reuniões em todos os Estados da Federação onde vai haver Copa, como se nos Estados onde não vai haver Copa não houvesse um grande fluxo de pessoas. Vocês imaginem quantas pessoas, quantos turistas vão passar por Balneário Camboriú, por Florianópolis, e por outras cidades nesse caminho entre Porto Alegre e Curitiba, e o que vai acontecer aqui com relação à questão de prostituição. Então, o Governo Federal, em relação a isso, deveria estender também para o Estado de Santa Catarina essas reuniões e essas ações que ele está tomando.

Só para não ficar criticando os outros e não nos criticando, o Ministério Público também tem falhas. Só para dar um exemplo para vocês, a gente está falando em relação à questão de acolhimento institucional, foi falado aqui na mesa. O Ministério Público tem obrigação, por força do Conselho Nacional do Ministério Público, de fazer visitas trimestrais em todos os acolhimentos, e nós não temos psicólogos, conforme está na resolução, e assistentes sociais suficientes para fazer essas visitas. O Dr. Ildo nos passou que ele está fazendo um concurso para fazer a contratação de alguns profissionais, mas tudo isso leva tempo, realmente, é uma política. Então, falhas existem em todas as instituições.

Com relação a dados que nós levantamos que eu acho que são interessantes repassar, nós temos um processo com relação à questão dos NASF. Quer dizer, como é que é feito o atendimento básico à pessoa que tem algum problema de saúde mental, e em saúde mental entra, por exemplo, a questão da vítima de violência sexual, também, qualquer pessoa que está passando por alguma necessidade de atendimento por um psicólogo, ou por um psiquiatra, ou por um terapeuta ocupacional.

Nessa questão do básico, porque no Brasil se pensa muito em CAPS, e CAPS só existe em cidade grande — agora, 15 mil habitantes —, mas, para Santa Catarina, quem conhece a realidade daqui, a maioria dos Municípios têm menos de 15 mil habitantes. Como é que acontece no NASF? Nós temos só 57,2% dos Municípios que têm esse serviço. Então, o que é que vai acontecer lá no Município



que tem 3 mil habitantes e onde acontece uma violência sexual? Como é que se resolve essa situação? Aí vão dizer “Ah, não, ela tem que ir lá para o CAPS do outro Município”. Mentira, ele não atende, porque nós não temos CAPS regionalizado aqui em Santa Catarina. Como resolver esse problema?

Aí faço uma sugestão, também, que talvez as Deputadas Federais pudessem, coloco como sugestão que houvesse a possibilidade de bloqueio de repasse de verbas para o Município que não tivesse ou CREAS ou CRAS, e todo o serviço do SUS que fosse disponibilizado em relação à rede NASF e CAPS, que poderia ser através de convênio ou consórcio. Se não existir uma possibilidade de bloqueio, embora eu tenha que dizer uma coisa: as verbas desses sistemas, por exemplo, para se instalar um CAPS, são verbas muito baixas. É aquele velho discurso, fica tudo em cima do Município; embora haja uma verba, essa verba não é suficiente para o Município estruturar e manter esse serviço.

A outra questão — eu não sei, tem 1 minuto que colocaram, vou falar rapidinho — é a demora dos inquéritos na delegacia, a gente tem que cuidar disso. Existe uma cifra negra que realmente não chega até à delegacia, mas eu trabalhei durante 8 anos e meio na infância e juventude no Município de Laguna, o que eu observava muitas vezes é que esses processos não chegam à condenação. Por quê? O que acontece? Via de regra, aquela mulher que vive com o abusador acaba pressionando a família para mudar depoimento.

Então, a gente tem um problema sério: na delegacia, as vítimas falam uma coisa, e, quando a gente chega a juízo, a pressão daquela família é muito grande no sentido de modificação. E muitas vezes a questão, porque a gente pensa na prisão preventiva como uma regra: cometeu um crime vai ser preso. Mas quem conhece o processo penal sabe que para ser preso só existem duas possibilidades, aquelas que estão previstas — não sei se mudou —, mas era o 312 do Código de Processo Penal, ou se ele for preso em flagrante.

Talvez fosse interessante — e é a minha última sugestão para acabar a fala — verificar a viabilidade de mudar esse art. 312 do Código de Processo Penal para inserir como uma das condições para que ele se mantivesse preso preventivamente, se a soltura dele colocasse em risco a integridade de crianças e adolescentes. Alguém vai dizer: “Mas isso já está abrangido pela questão da ordem pública, ou



pela reiteração de crimes”. Mas a questão é cultural também para juízes e promotores. Quando a coisa está bem explícita na lei, os juízes e promotores se sentem um pouco mais pressionados no sentido de manter a prisão.

Então, seriam essas as minhas sugestões e colocamos o Ministério Público à disposição para o que for necessário. Eu tenho outros dados aqui. Depois, eu os repasso para os senhores.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Marcelo, nós vamos solicitar não só ao senhor, mas também ao Poder Judiciário que seja encaminhado um relatório, ou seja, primeiro do que se tem, quantos processos, quantos chegam e tal. A gente já solicitou isso para cá, mas a gente não teve resposta de Santa Catarina. Solicitamos para todos os...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas eu estou falando para a senhora... Nós já solicitamos formalmente para o Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público e para o Poder Judiciário de todas as Unidades da Federação. A grande maioria respondeu, mas Santa Catarina não respondeu. Então, nós estamos reiterando. Mas a grande maioria das Unidades da Federação — a gente está fazendo um relatório em cima disso, inclusive — já respondeu.

O SR. MARCELO WEGNER - Eu tive acesso a essa informação que foi repassada, porque o Procurador me pediu para ver se a gente tinha alguma informação, e, salvo engano, a solicitação era com relação à exploração sexual em nível internacional, o objeto era um pouco mais amplo e envolvia inclusive dados, talvez, da Polícia Federal, porque nós temos uma diferenciação de atribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não. Eu vou deixar claro aqui, porque vocês podem repassar depois com os órgãos, com os setores devidos...

O SR. MARCELO WEGNER - A senhora lembra qual era o questionamento feito?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós queremos saber quais são as ações — o senhor falou de algumas campanhas —, quais são as ações que aquela instância está desenvolvendo, se há ou se não há, enfim.



Segundo, quais são os casos. O Ministério Público tem um controle um pouco do Disque 100, também, não é?

O SR. MARCELO WEGNER - É, nós temos os números, se a senhora quiser.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se o senhor quiser passá-los agora, melhor.

O SR. MARCELO WEGNER - Nós temos cerca de 800, eu anotei aqui, só um momento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se o senhor puder passar por escrito é bom também, mas pode falar, não tem problema.

O SR. MARCELO WEGNER - Nós temos — eu não estou achando agora —, mas são 800 e poucos casos entre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, isso no Disque 100. Lembrando que essas denúncias podem ser feitas também para a polícia, e não passam pelo Disque 100, podem ser feitas para o Ministério Público e até eventualmente para o próprio Judiciário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esses dados do Disque 100, nós temos. Mas, assim, os dados de todos os processos que chegam; o que é que se transformou. O que nós estamos perguntando? Quais são as ocorrências que existem? Quais são as denúncias que existem? Quantas se transformam em inquérito? Quantas se transformam em denúncias? São feitas denúncias? E qual é o nível de responsabilização?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - A Sandra, Delegada.. (*inaudível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro. Claro. Nós sabemos disso.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - (*Inaudível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. O que nós precisamos saber é exatamente qual são os níveis — não do Disque 100, nós temos o Disque 100 — de denúncias, de notificações, enfim, que chegam à delegacia. Quantas se transformam em inquérito? Quantos desses inquéritos se transformam em denúncias no Ministério Público? E quantas se transformam em uma sentença de responsabilização?

Agora, é óbvio que nós sabemos que isso tudo tem filtro. Muitas denúncias do Disque 100 não correspondem, enfim.



O SR. MARCELO WEGNER - Deputada, só para lhe alertar, assim, essa questão de estatística no Brasil realmente é um complicador.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Eu sei.

O SR. MARCELO WEGNER - O Conselho Nacional de Justiça fez um instrumento chamado inqueritômetro. Os representantes da polícia aqui sabem a dificuldade que se teve para ajustar os dados das diversas instituições.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode responder isso também.

O SR. MARCELO WEGNER - Tá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Responder que tem dificuldade...

O SR. MARCELO WEGNER - Mas os dados, assim, nós podemos passar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que nós queremos é fazer o levantamento dos dados, que são muito precários. Nós sabemos disso. E nós podemos até — isso é um diagnóstico — dizer que tem dificuldade de estabelecer os dados e tal. É um diagnóstico importante para a CPI, para que nós possamos sugerir mecanismos para superar as deficiências. Certo?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Eu pediria só para fazer uma outra proposta (*inaudível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós sabemos disso. Nós sabemos disso. Nós sabemos que o número de abusos... E nós sabemos também, pelos dados que nós temos, que a responsabilização da violência em relações interpessoais é muito mais intensa do que em estruturas de exploração sexual, particularmente comercial. Então, nós sabemos disso. Porque também é mais... Há um nível de responsabilização que cresceu em todas as esferas, seja da polícia, seja do Poder Judiciário, seja do Ministério Público, no que diz respeito a relações interpessoais, que, via de regra, são intrafamiliares ou que envolvem relações afetivas. Nisso há um número maior. Mas, assim, as pessoas, ou seja, as estruturas de rede, a essas a responsabilização é muito precária ainda.

Mas nós queremos exatamente levantar inclusive as dificuldades. Nós não queremos fazer julgamento. Nós queremos ter os dados, para que nós possamos ter um diagnóstico mais preciso possível e possamos... (*inaudível*).



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou pedir à senhora que fale ao microfone. Eu vou lhe dar 1 minuto. Mas, assim, nós temos uma lista de pessoas... Eu a inscrevo para a senhora falar no final. Está certo? As pessoas que quiserem se inscrever também podem fazê-lo.

Vou passar a palavra para a próxima pessoa inscrita.

Eu vou fazer da seguinte forma: eu vou passar para o representante da Secretaria de Segurança. Depois, eu vou intercalar com os representantes de órgãos de defesa e de direitos, porque, senão, nós ficamos só com a fala do Estado e, depois, a gente concentra em um ou no outro. Então, a gente vai tentando intercalar para fazer o debate mais rico.

Então, vou chamar o representante da Secretaria de Segurança e, em seguida, eu chamo a Coordenadora-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. E, depois, eu vou intercalando as falas do Estado com as falas do...

O SR. ILDO ROSA - Eu fui indicado como representante da Polícia Federal...
(*inaudível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o seu nome?

O SR. ILDO ROSA - O que eu quero dizer é que me programei para
(*inaudível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o senhor está inscrito.

O SR. ILDO ROSA - (*Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós vamos fazer o seguinte: vamos passar para o representante da Secretaria de Segurança e depois passamos para o senhor. Está certo? Por uma questão de horário, não é isso?

Então, vou passar para o senhor, Coronel Fernando Rodrigues de Menezes, que aqui representa o Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, César Augusto Grubba. E o senhor é Secretário Adjunto da Secretaria. Então, passo- lhe a palavra por um período de 8 minutos e, em seguida, passo para o Sr. Ildo Rosa e passo para a representante do Conselho de Defesa dos Direitos.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Bem, eu gostaria de cumprimentar a todos e a todas, de cumprimentar a Deputada Federal Erika Kokay e a todos os membros da Mesa, e de dizer da importância de estar aqui como



representante da Secretaria de Segurança Pública, na ausência do nosso Secretário, Dr. César Augusto Grubba, que não está aqui presente nesta tarde, nesta importante audiência, em razão de compromissos já assumidos com o Governador do Estado.

Eu gostaria de dizer aos senhores que na Secretaria de Segurança Pública nós temos diversos programas e, dentre eles, nós temos o Programa PROVITA, que é o Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas de Vida. Esse Programa PROVITA tem uma ligação muito grande com o Instituto Vilson Groh, do nosso Padre Vilson Groh aqui de Florianópolis.

E eu me recordo que, nas nossas reuniões junto ao Centro Cultural Escrava Anastácia com o Padre Vilson, ele sempre diz, no início de sua fala, que celebrar a vida é um ato de fé. Eu acredito plenamente que é isso que nós estamos fazendo aqui: celebrando a vida como um ato de fé.

Dizer aos senhores que de repente falem ali que eu sou o Coronel Fernando — de repente, até para algumas pessoas, não sei, de uma forma até pejorativa, o fato de ser Coronel —, mas eu tenho uma tradição e uma formação muito grande nas questões de Direitos Humanos e tenho uma participação ativa na Capelania Militar Cristo Rei, onde nós temos um programa também, além do programa de proteção a testemunhas da Secretaria, nós temos um programa que atende comunidades carentes e atende moradores de rua aqui na grande Florianópolis.

Então, os senhores vão me encontrar um domingo sim, um domingo não, ali na Catedral Metropolitana, junto com o Padre Vilson, onde o Padre Vilson faz um programa de atendimento a moradores de rua. E nós nos encontramos ali um domingo sim, um domingo não, com dentistas, com médicos, com corte de cabelo, enfim, atendendo aquelas pessoas que realmente necessitam também da nossa presença e da presença do Estado.

Dizer aos senhores que eu tenho percorrido. Por diversas vezes eu fui a Brasília, na Secretaria de Direitos Humanos, e lá, nas vezes em que lá estive, eu fui muito bem atendido. Fui muito bem atendido até porque o nosso programa de proteção a testemunhas de Santa Catarina, no ano passado, 2012, foi considerado o melhor programa de proteção a testemunhas deste País. Dos 27 Estados da



Federação, Santa Catarina ficou em primeiro lugar. E nós participamos desse programa.

A nossa preocupação com essas questões de Direitos Humanos, no que se refere, por exemplo, à proteção da criança e do adolescente ameaçado de morte, eu estive em Brasília e nós procuramos trazer o PPCAN para Santa Catarina. Infelizmente, não houve possibilidade porque, naquele momento pelo menos, os dados referentes ao Estado de Santa Catarina não eram tão relevantes com relação aos demais Estados da Federação, e nós acabamos não conseguindo trazer o PPCAN para Santa Catarina.

Tive a oportunidade, também em Brasília, de participar este ano de reuniões onde nós estamos procurando montar — e eu estou participando ativamente desse programa — o que seria o sistema brasileiro de proteção a testemunhas. Nós consideramos de suma importância, e eu peço até encarecidamente à senhora, Presidente desta audiência, que realmente esse projeto de lei vá em frente e que Santa Catarina tenha condições de ter não só o Programa PROVITA, de proteção a pessoas, a testemunhas ameaçadas de morte, mas também tenha a oportunidade de ter o sistema PPCAN e também o sistema defensores para o nosso Estado, porque achamos e consideramos de extrema importância.

Com relação a Santa Catarina e a toda essa questão que envolve o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, nós vamos apresentar, de acordo com a solicitação da Presidente desta audiência pública, os dados de Santa Catarina, os relatórios que existem em Santa Catarina com relação à temática ora abordada.

Gostaria, muito rapidamente, de trazer de repente outro assunto: que nós recebemos, ainda esta semana, da Polícia Militar, uma análise das prisões efetuadas só na polícia de Florianópolis. Então, nós temos, no Município de Florianópolis, a Polícia Militar prendeu no primeiro semestre 519 pessoas; dessas, 63% estão soltas. Apenas 17% permanecem no sistema prisional. Então, é uma preocupação nossa também essa questão do prende e solta, prende e solta, principalmente envolvendo alguns adolescentes, que deveriam ter o encaminhamento devido, mas, por questões outras — eu não vou relatar aqui —, por questões outras acaba a Polícia Militar, a Polícia Civil não tendo o



encaminhamento necessário para a continuação do atendimento dessas ocorrências.

Com relação ao relatório e com relação à parte técnica desse assunto ora abordado, nós vamos passar depois para o Dr. Aldo, que é o Delegado Geral da Polícia Civil, porque ele tem informações mais detalhadas, com relatórios do serviço de Polícia Judiciária prestado pela Polícia Civil em todo o Estado, onde nós achamos plenamente que não é o ideal, mas nós temos 27 Municípios que têm a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, as DPCAMIs, em todo o Estado, ao idoso também. São 27 delegacias, aproximadamente 35 psicólogos e 255 policiais civis envolvidos diretamente nessas ações. E todos esses relatórios, nós vamos submeter à apreciação da Comissão. E vamos também levar ao Secretário e ao Governador do Estado a intenção e a importância de ele ter essa audiência com os senhores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Sr. Fernando.

Conforme o combinado, nós vamos então fazer uma inversão que estava programada, e o chamar o Sr. Ildo Rosa, que aqui representa o Delegado Clynton Eustáquio Xavier, Superintendente da Polícia Federal do Estado de Santa Catarina.

Então, o Delegado da Polícia Federal de Santa Catarina, Ildo Rosa. O senhor tem o prazo de até 8 minutos. Nós avisamos quando faltar 1 minuto.

O SR. ILDO ROSA - Inicialmente, uma boa tarde a todos.

Queria, em nome da Polícia Federal, agradecer o convite que nos foi formulado de hoje aqui comparecermos para tratar de uma questão que vem sendo considerada, no âmbito da instituição, como algo extremamente preocupante.

Nós entendemos que a mera conceituação do nosso encontro já nos demonstra duas questões preocupantes: uma que diz respeito ao conceito de exploração. Exploração, muitas vezes no que diz respeito à questão infantojuvenil, é colocada como uma mera questão de natureza cultural, difícil de ser enfrentada, e, quando surge qualquer possibilidade de assim fazê-lo, é numa perspectiva de médio e longo prazo.

Por outro lado, nós entendemos que esse conceito de exploração vem permeando nossas diferentes investigações e surgindo cada vez mais de forma



robusta, organizada e multidisciplinar. Por isso nós nos propusemos a vir falar pouco, porque entendemos que talvez tenha muita gente que tenha muito mais a dizer do que qualquer um de nós.

Mas vou descrever-lhes só uma operação recente, no sul do Estado de Santa Catarina, para tratarmos questões graves também, que são questões de exploração, tráfico internacional, no caso de mulheres, porque se colocou essa questão de gênero, que era muito próprio dessa operação.

A investigação foi batizada de Sísifo, que é justamente um personagem da mitologia grega, associado a quem se propôs ou se propunha, no então, a erguer uma pedra, levá-la até o cume e ela voltava. E, assim, passava o tempo, a vida e sua história, fazendo algo inócuo, como nós dizemos no jargão policial, um mero enxuga gelo. Tal operação foi desencadeada da forma mais bizarra possível, ou seja, um proxeneta simplesmente foi na Delegacia de Polícia fazer um registro que tinha encomendado duas prostitutas, que ele chamava como prostitutas do Paraguai, e tinham vindo duas menores. E ele registrava a ocorrência, porque ele tinha sido enganado: que o bordel, como tinha duas menores e ele era uma pessoa que respeita a lei, então ele ia reclamar porque justamente tinham vindo, nas 18 que vieram, duas de menor, e ele apresentava esse registro.

Os senhores entendam o que ele imaginou, que, pelo fato de serem menores, ele só teria prejuízo, mas seria de tão pouca monta que provavelmente as pessoas... E aí nós conseguimos identificar como é que se deu e como é que se dava esse recrutamento. E o que se vê claramente é que essas questões afetam aos menores e principalmente no que diz respeito a mulher, que, por vezes, nas nossas operações se apresentam como moeda de troca. Então, são feitos acordos em que está incluída uma menor de 14, para satisfazer a pessoa que está fazendo encomenda de uma partida de drogas, por exemplo.

Então, essa forma como está sendo incluída, como valor, ela fica muito restrita à questão que nós tratamos num primeiro momento como exploração. Então, a exploração não se resume à questão do sexo, mas ela já é um apêndice cada vez mais significativo na moeda de troca da alta criminalidade.

Aliás, teve outra operação aqui no Estado que também teve intensa repercussão, porque envolveu autoridades, em que justamente entre essas pessoas



era tratada a entrega de uma menor de 14. E realmente houve uma posição que, num dado momento, essa pessoa que tinha feito a encomenda já estava recebendo a encomenda e estava com ela em casa.

Então, quer dizer, essa forma banalizada, essa forma criminosa como se coloca essa questão, ela está a nos mostrar claramente que nós temos que, de uma vez por todas, deixar de ficar acreditando que as questões afetas à exploração infantojuvenil são questões que ocorrem só dentro de casa. Infelizmente, nós estamos com essa erotização crescente, então todo mundo deita junto e ali as coisas acontecem.

Eu acho que isso tudo, mesmo sendo grave como nós sabemos que é, primeiro: têm que ser adotadas medidas de curto prazo. É inegável que nós temos que melhorar a legislação num ponto em que haja, sim, toda uma gama de situação jurídica que, prevendo isso, isso venha de forma mais clara, mais célere, mais imediata. Porque, do contrário, nós vamos colorir isso dentro de um monte de outras coisas, isso se dilui e acaba que nós agora estamos aqui...

Agradecemos a iniciativa da Deputada Carmen, que trouxe esta audiência para Santa Catarina. Isso demonstra que a senhora tem um diagnóstico preciso de que aqui as coisas estão, sim, acontecendo, e com extrema gravidade. Às vezes, e claro, é emblemado por uma questão que tem mais repercussão de mídia, mas isso não ilide que realmente as coisas aconteçam e cada vez em maior proporção.

Então, a ideia básica nossa é colocarmos a nossa instituição a esse serviço e, no momento em que entendemos que é multidisciplinar, nós entendemos que também podemos contribuir, podemos colaborar. E, ao mesmo tempo, lamentamos que nós tenhamos tantas dificuldades no cumprimento das chamadas medidas socioeducativas, o que faz com que o menor infrator não tenha como ter a menor chance de ser tratado, e as pessoas ficam criticando que nunca teve. Ou seja, nós, com 23 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda estamos discutindo como deve ser feito o cumprimento das medidas socioeducativas e assacamos ao Poder Judiciário ou à polícia uma culpa por algo. Se algo existe de grave, é o profundo dilema com que o magistrado tem que se deparar, de não ter como fazer. E Florianópolis talvez seja uma das poucas capitais brasileiras em que as medidas socioeducativas estão sendo feitas só Deus sabe como, porque afinal de contas



nós... Mesmo fazendo a nossa *mea-culpa*, que não tínhamos como fazer, num momento dado não se fez mais. E nós tínhamos até informações de menores que eram recambiados para o oeste, por exemplo, numa ação totalmente inusitada, totalmente descabida. E depois ficamos cobrando o quê? Os altos graus de reincidência e tudo que acontece? Cobrarmos como, se não estamos dando condições de se implementar uma política mais banal que seja? Então, eu acho que nós temos, sim, nossas mazelas, temos nossos erros, e a ideia é de que nos unamos no sentido de viabilizá-los e enfrentá-los de forma honesta, para que a gente, toda vez que tiver chance, como estamos tendo agora, possa falar de forma franca e buscar as alternativas. Eu já vi o cartãozinho de 1 minuto. Não precisa nem tanto. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Ildo.

Eu queria registrar e agradecer a presença da Presidenta do Conselho Tutelar do Município de Penha, Dulcilene do Nascimento; da Assessora Parlamentar Luzia Cabreira, que representa a Deputada Luciane Carminatti; da Assessora Parlamentar Juci Mara Tomás, que representa o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; do Sr. Gerente Regional de Saúde Bucal da Associação dos Municípios da Região de Laguna, Mauri Bernardes, que representa aqui o Gerente Regional de Saúde da 20ª Gerência de Saúde do Estado de Santa Catarina, o Sr. Dalton Luiz Marcon; do Sr. Diretor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde, Fábio Gaudenzi de Farias. Quero agradecer muito a presença de todas e todos.

E passo a palavra, então, à Coordenadora do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Iza Maria do Rozário de Andrade. Em seguida, passo para o articulador do Conselho Tutelar da Região Insular de Florianópolis, em Santa Catarina, Luiz Antônio Rodrigues.

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Boa tarde a todos presentes. Quero cumprimentar as Deputadas que organizaram esta audiência e parabenizar aqueles que continuam insistindo em ficar. Quero falar que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de vários órgãos governamentais e não governamentais. E, nesse Conselho, nós temos pessoas do Fórum, nós temos pessoas de organização governamental, tem da Secretaria de Turismo, que faz campanha. E eu tenho participado de algumas campanhas contra o



combate à violência e à exploração sexual da criança e do adolescente. Em certo momento, nós sentamos e pensamos justamente na situação que foi colocada por alguém aqui, sobre a Copa de 2014. Mas nós não nos esquecemos do Estado de Santa Catarina, que é um Estado turístico. Nós pensamos nas festas que têm — Oktoberfest —, nós pensamos nas praias, nós pensamos nessas festas que têm em vários Municípios por aí, nós pensamos nas cidades portuárias. E qual é a maneira que a gente tinha de mobilizar todo esse pessoal? Ir até os taxistas, ir até motel, hotel, ir por aí, espalhar cartazes que era contra, que eles poderiam sofrer sanções por deixarem entrar adolescente e criança nesses lugares, que a gente sabe que tem muito por aí.

E o Conselho também tem realizado alguns eventos. Nós agora temos organizado alguns eventos realizados, inclusive, em vários Municípios do Estado. A gente está usando as mesorregiões. E a gente tem reunido toda a rede, todos os operadores do sistema de garantias de direito, principalmente conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, todos que fazem parte dessa rede de garantia de direitos. Por quê? Porque nós precisaríamos alertar.

Como alguém citou aqui, tem família que se deita com todos. Então, a gente está pensando na elaboração do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária, onde a gente sabe que a família é mal assistida. As crianças vão para o abrigo, porque as famílias estão sendo mal assistidas. A gente precisa pegar lá na base essa família.

Então, nós temos alertado todos os Conselhos Tutelares, todos os Conselhos Municipais. A gente sabe que, hierarquicamente, um não é subordinado ao outro, mas temos procurado trabalhar em conjunto para ver se a gente, se não combate, pelo menos alivia essa situação de tanta denúncia que tem.

O caso citado aqui anteriormente foi-nos cobrado, no Conselho, para que nós tivéssemos que ouvir a advogada que está nesse caso. A gente, como conselheiros, não somos investigatórios, nós não temos esse papel, nós não temos que tomar partido. Nós precisamos, na verdade, é ficar atentos para ver até que ponto está encaminhando esse processo, porque é nosso dever lutar pela defesa e pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. E quando chegar esse processo, ao final, o Conselho vai tomar ciência do final dessa situação e tomar nossa posição.



Enquanto isso, não podemos invadir um trabalho que é do Judiciário, e que a gente não pode invadir esse trabalho. Esse não é o nosso papel enquanto conselheiros.

Mas aí outra preocupação que eu tenho também é que, quando ouço muita gente falando assim: *“Precisamos de psicólogos preparados, precisamos de assistentes sociais preparados, precisamos de profissionais preparados”*. Gente, na verdade, nós temos que ser humildes e reconhecer assim: nós, na verdade, estamos despreparados para lidar com essa situação.

A gente sabe de casos e casos. Não vamos citar e nós não estamos preparados. Têm muito mais pessoas curiosas com as situações do que preocupadas.

Quando eu escuto hoje ainda que o menor infrator, o menor de 14 anos, isso quer dizer que muitos de nós, muitos das redes ainda desconhecem que essas nomenclaturas foram mudadas. Ainda da criança do combate à exploração sexual contra a criança e adolescente, daí já vai outro assunto... Então, nós não estamos preparados, nós temos que ser humildes em reconhecer isso e sentarmos juntos e trabalhar nisso. E cuidar dessas crianças, porque essas crianças vão ser o futuro desses que estão aqui trabalhando em prol desses adolescentes e dessa criança.

E como é que nós queremos chegar ainda perto de criança e de adolescente, quer dizer "menor de 14 anos", "menor infrator", "menor isso"? Mudou tanta coisa e nem as palavras certas as pessoas sabem usar, gente! Isso me preocupa. Quando se fala em centro educacional como se fala em escola! Que a escola ainda é o lugar, pra mim, na minha opinião, onde as coisas de casa se revelam. Na escola é o lugar que maior se revela, porque a gente sabe que a criança vai bem na escola quando ela tem uma educação afetuosa. Quando existe um vínculo afetivo na escola, a criança se abre sim. Mas a gente não vê ninguém falando assim: *“Precisamos de psicopedagogos, de pedagogos”*. A gente não ouve falar nisso. A gente não ouve, se tudo vai pelo viés da educação!

Então, assim, eu escutei várias falas muito pertinentes e muito impertinentes. Vocês me desculpem, assim, do que estou até falando, mas, enquanto conselheira — claro, represento a Secretaria no Conselho, mas não vou falar sobre isso. Vontade eu tenho, mas não vou falar. Eu vim pelo Conselho... Mas o Conselho Estadual ele tem-se reestruturado. Ficou um tempo que a gente ficou assim mesmo



no vazio, que a gente não sabia onde que estava, o FIA e o Conselho. A gente fez até uma audiência pública chamada pelo Fórum da Criança e do Adolescente, da qual eu participei. E eu fui punida por aquela participação — eu fui punida por aquela participação —, porque eu pedi que a Deputada Ana Paula, que outras Deputadas que estavam ali fizessem um apelo aos órgãos governamentais para eles participarem, para terem representantes no Conselho, porque não tinham. Só tinha duas secretarias representando. E aí, quase 1 mês, começou a aparecer... E agora está começando tudo de novo. E a gente tem que ir atrás de novo. Então, assim, o que eu quero dizer é que o Conselho está aberto, está ciente do que está acontecendo, e a gente está buscando, através de eventos, chamar a atenção dos Municípios; dos conselheiros, sejam tutelares, sejam de direito; dos CRAS, todos esses que trabalham com o sistema de garantia de direito da criança e do adolescente, para que se antenem a esse fato, porque a gente sabe que é um trabalho árduo, e a gente não pode cansar. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Iza, por favor, só gostaria que você me respondesse o seguinte: vocês têm um plano de enfrentamento à exploração sexual? O Estado tem?

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Na verdade, nós temos o Fórum, que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não. Um plano, um plano.

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Não, não. Nós não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nem tem plano de convivência familiar. Você disse que vai-se construir agora?

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Sim, nós tivemos um evento em Brasília, em que muito assim me espantou, quando eu ouvi de alguém assim: *“Não existe família desestruturada, existe família mal assistida”*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês também não têm um plano de convivência familiar?

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Não, nós estamos esperando o nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.



A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Está?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São quantos Conselhos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Conselhos tutelares?

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - O número assim certo, a quantidade de conselhos tutelares, eu não tenho assim de cabeça. Mas nós temos todos lá registrados em nosso sistema. Agora, o Conselho Estadual...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São 310 conselhos.

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Tutelares. E cada Município tem o seu conselho. E naqueles novos, a gente está tentando implantar, porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos os Municípios têm Conselho Tutelar?

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Sim. E, assim, há alguns conselhos, porque eles têm que seguir a legislação do Município, os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, que estão sendo implantados, porque foram criados outros Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Obrigada então.

A SRA. IZA MARIA DO ROZÁRIO DE ANDRADE - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Parabéns pela sinceridade.

Eu vou passar então, agora, para o Luís Antônio Rodrigues, que é Articulador do Conselho Tutelar da Região Insular de Florianópolis. E, em seguida, passo a palavra ao Dr. Aldo Pinheiro D'Ávila, que é Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Sr. Luís Antônio, o senhor dispõe de um prazo de até 8 minutos.

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Boa tarde a todas, a todos. Eu vou dispensar a intervenção que nós fazemos sempre de cumprimentos, pela questão do tempo. Mas eu gostaria de iniciar falando da fala humanizada e inclusiva que a Deputada Erika fez e, com essa intervenção, colocar aqui alguns apontamentos que eu fiz. Dando continuidade à intervenção que a Coordenadora do CEDCA fez, algumas palavras realmente me deixam completamente nervoso, como: "menor infrator"; "de menor"; uma que não foi ainda dita, mas que possivelmente, "denegrir",



deixa-me muito nervoso, é deturpar. E eu vou colocar mais uma na minha lista, “cifra negra”. Infelizmente. Vou buscar três pontos, na realidade quatro pontos, espero que o tempo dê. É a criminalização do sujeito, que não é atribuição do conselho tutelar; o ressarcimento do direito violado; a precarização da estrutura do SUAS — aí não estou falando dos profissionais e, sim, da precarização da estrutura —; e a fala do nosso promotor, que alguns chamam de depoimentos sem danos, outros de escutas sem danos; e a própria situação de abertura de 24 horas do conselho tutelar. Referente à criminalização do sujeito, e é algo que realmente não é atribuição do conselho tutelar, mas nós realmente somos muito cobrados, e é uma das frustrações do conselho tutelar, e esta fala que vou estar fazendo é referente a Florianópolis.

Criminalização do sujeito. Hoje nós tivemos, foi mídia na RBS e outras mídias televisivas referente à falta de investigação na 6ª Delegacia de Polícia, que é a delegacia especializada na área da criança e do adolescente. Nós somos conselheiros tutelares e nós temos conhecimento que realmente está faltando investigadores na 6ª Delegacia de Polícia.

Nós temos uma outra situação que é a falta de uma vara específica pra violência das crianças e adolescentes. A criança, quando ela é vítima de um adulto, se ela for vítima de um adulto, ela vai ir para a vara comum. Se for menina, vai para a vara de violência doméstica. Então, novamente, nós vamos ter o problema da criminalização e o abandono do direito da criança e do adolescente.

Ressarcimento de direitos violados. Nós temos... E daí eu vou pedir, falar com a colega sobre a questão do ressarcimento dos direitos violados. Quando você fez a fala de que não temos... Que a senhora fica nervosa hoje, quando fala sobre a questão de não termos assistentes sociais competentes ou psicólogos competentes, uma das frustrações do conselho tutelar hoje é a falta de atendimento específico, a falta de psicólogos para fazer a terapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Não existem hoje profissionais que sejam direcionados, trabalhando nessa área.

A precarização da estrutura do SUAS. Nós temos hoje dentro dos CREAS, dentro da LA, e isso não estou falando dos profissionais, porque nós temos ótimos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você sabe quantos CREAS tem aqui?



O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Dois, que é o Continente e o Ilha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dois CREAS em Florianópolis?

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Isso. Nós somos dois aqui em Florianópolis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Estado tem três.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não... Espere, desculpe-me.

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Não, sem problema. Então, uma das grandes dificuldades... E até o responsável que falava pela Polícia Federal fazia intervenção sobre a questão dos autores, adolescentes autores de ato infracional. A primeira medida, já sendo uma LA ou uma PSC, esses adolescentes, eles ficam em fila de demanda reprimida.

Como nós vamos fazer um trabalho com esses adolescentes que já estão com seus direitos violados? E mesmo para que eles possam estar tendo uma continuidade da medida que foi aplicada, os técnicos não conseguem dar continuidade.

O próprio PAEFI. Nós temos hoje crianças, o mundo modificou muito, mas nós temos crianças e adolescentes que aguardaram até 2 anos dentro de uma fila de demanda reprimida para serem atendidos, sendo vítima de violência sexual.

O CRAS. O CRAS: as famílias que procuram o CRAS, elas não conseguem hoje, a grande maioria retorna ao conselho tutelar dizendo que o equipamento não conseguiu dar conta da sua demanda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os CREAS?

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Os CRAS.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Os CRAs? São dois, que você falou.

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Não, não. CRAS, nós temos dez.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - CREAS, dois e CRAS, dez.

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está falando de vítimas de violência sexual?



O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Exatamente. E estou falando de Florianópolis, por ser Conselheiro Tutelar de Florianópolis. Estou falando que hoje nós já tivemos, e ainda permanecem alguns casos, de não atendimento de vítima de violência sexual encaminhada pelo Conselho Tutelar, por 2 anos, e, às vezes, muito mais de 2 anos na fila, na fila de espera.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas vítimas mais ou menos vocês têm nesses últimos 2 anos, que vocês encaminharam, na Capital?

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Então, Deputada, eu não vou poder precisar para a senhora, porque seria muito complicado. Nós já... A Conselheira até que está aqui hoje, a Deise, sofreu um processo, queriam até retirá-la do Conselho Tutelar exatamente por não precisar o número correto de vítimas de violência sexual. Então, não vou correr esse risco de falar um número equivocado para vocês.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vamos pedir para a Secretaria da Ação. Tem alguém aqui? Não tem, da Secretaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem, tem.

(Não identificado) - De Assistência Social?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou solicitar o seguinte: nós vamos deixar para fazer as perguntas para você depois que você termine, para não interromper a sua fala e não prejudicar.

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - Eu estou no último apontamento. Então, o último apontamento é referente à intervenção do Dr. Marcelo, dentro da escuta ou depoimento sem dano. E eu trago, mais uma vez, a preocupação da precarização da estrutura. E desta vez não é da estrutura do SUAS e sim da Delegacia hoje que nos atende, que é a Delegacia da Criança e do Adolescente. Em uma antiga gestão, nós tínhamos um atendimento que realmente era de excelência. As crianças e adolescentes que eram vítimas de violência sexual, elas chegavam com, com... o Conselheiro ou a Conselheira levava e a criança ela era ouvida na hora. E, infelizmente, hoje a criança vai para casa e pode ficar às vezes 15, 20 dias até ser chamada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aí, esquece!

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - E o que nós vamos ter? A memória implantada.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vão implantar na memória dela. É verdade.

O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES - O que que eu posso dizer daí para o Dr. Marcelo? Que se hoje... E até para o próprio Secretário de Segurança Pública. Se hoje nós não temos um sistema de depoimentos sem danos, por que não a ampliação do quadro dos policiais psicólogos? Por que não hoje não montarmos uma forma de atendimento pra essas crianças e esses adolescentes, para que eles realmente sejam atendidos e pelos menos os depoimentos deles sejam pegos no momento em que o conselheiro ou a conselheira tutelar está levando ele ou ela à Delegacia?

O Dr. Marcelo colocou uma outra situação, a abertura de 24 horas do Conselho Tutelar. É uma situação muito polêmica. O Conselho Tutelar ele trabalha das 8 horas da manhã às 18 horas da tarde. Nós estamos hoje com uma batalha — Município de Florianópolis novamente —, nós estamos hoje com uma batalha da valorização salarial. O Conselheiro Tutelar ele trabalha em regime de dedicação exclusiva, nos Municípios de Florianópolis hoje os Conselheiros Tutelares não recebem pela dedicação exclusiva. O Conselheiro Tutelar hoje ele não recebe também pela periculosidade e o risco de morte. O Município de Florianópolis, ele tem um serviço de disque-denúncia de 0800, que realmente existe e tem uma porta de entrada com bom funcionamento. Mas, quando nós falamos em um Conselho Tutelar com uma abertura de 24 horas, e respeitosamente falando ao promotor de Justiça, nós também teríamos que ter um Judiciário com funcionamento de 24 horas. Será que o Judiciário está disposto a isso? Eu nem vou ir tão longe, eu vou pedir para que os juízes ou as juízas plantonistas tenham conhecimento realmente da área da criança e do adolescente. Doutora, não é o seu caso, porque a senhora é uma especialista hoje dentro da área da criança e do adolescente, mas nós temos que trazer, que por muitas vezes, não foi só o meu caso isolado, mas por muitas vezes os Conselheiros Tutelares, em regime de plantão, acionar o juiz plantonista e o juiz, por não ser da área dele, ser área tributária ou outra área, ele não saber o que ele poderia estar fazendo naquele momento. Pode até pedir um contato com um colega, só que ele não é um juiz específico da área da criança e do adolescente. Então, acho extremamente perigoso. Ou não sei qual a é a palavra que eu estaria



usando, desculpa até se eu usei a palavra equivocada, mas um Conselho Tutelar abrindo 24 horas com um Judiciário que não vai estar abrindo também 24 horas e não ter juízes e juízas específicos para a área da Criança e do Adolescente, não vai ajudar em nada. Acredito que já passei do meu tempo, mas depois posso estar respondendo as perguntas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Luís Antônio.

Vou passar agora para o Sr. Aldo Pinheiro D'Ávila, que é Delegado Geral de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Em seguida passo para a Deise Farias, que é articuladora do Conselho Tutelar da Região Continental de Florianópolis.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Quero cumprimentar a Deputada Erika, em vosso nome todos os Deputados Federais e Estaduais presentes, o nosso Secretário Fernando, colega Sandra, membros do Judiciário e do Ministério Público, as pessoas que estão aqui para abrilhantar esta sessão, que considero extremamente importante. Como já tratamos em outras oportunidades no plenário do Congresso Nacional, junto com a Deputada Carmen Zanotto, a questão da violência contra mulher, e hoje estamos aqui num tema de extrema importância, que é a questão dos crimes, da violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente aquela voltada à formação de quadrilhas, de grupos criminosos articulados para essa finalidade, me parece que esse seja o objetivo específico. Então, parabenizo a iniciativa, porque nós que somos pais, mães, temos filhos, filhas, sabemos que para esse tipo de conduta criminosa pena perpétua é muito pouco. Nós que temos o atendimento diário, que vivenciamos essa lida diária do atendimento primário desse tipo de criminalidade e que temos que conter o nosso ímpeto e a nossa emoção como ser humano para fazermos o nosso trabalho da forma, de uma forma profissional, nós sabemos o quão difícil é separar a emoção da razão quando, numa Delegacia de Polícia, nos é trazido uma circunstância dessa natureza, que nos causa repulsa, ódio, enfim... Desculpe o desabafo, mas é o pensamento de quem trabalha diariamente nesse tipo de ocorrência policial.

Deputada, nós não temos dentro de Santa Catarina uma vasta bibliografia de organizações criminosas voltadas a esse tipo de criminalidade. O que nós temos em Santa Catarina, e salvo alguns casos isolados, um já foi citado, temos outros



também de grupos que se organizam para exploração sexual de crianças e adolescentes, o que nós temos são atos isolados que costumam ocorrer normalmente dentro do meio familiar. E que o conhecimento desse tipo de ocorrência acaba chegando ao conhecimento da Polícia Judiciária. E aqui é bom que se já coloque a missão da Polícia Civil nesse tipo de modalidade criminosa, que é a apuração da infração penal levantando autoria, materialidade e circunstâncias. Como disse o Delegado Ildo, que já teve que sair por motivos profissionais, nós da Polícia Judiciária vivemos o nosso dia de enxugar gelo, ou de secar o chão com a torneira aberta, como se costuma dizer. Santa Catarina não há o que se esconder. Nós temos milhares de casos de exploração sexual de crianças, adolescentes, a grande maioria dentro do ambiente doméstico. Mas são milhares. Apenas para citar alguns números para referência, porque o problema ele existe, nós não podemos absolutamente fechar os olhos para eles. Em 2010 nós tivemos 1.698 crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual. Coloco exploração sexual como aquelas condutas criminais que estão elencadas no capítulo dos crimes contra a dignidade sexual. Eu vou repetir o número porque ele realmente é alarmante: são 1.698. Se nós passarmos para 2011, e isto aqui sem considerar — não vou falar em cifra negra, absolutamente; concordo, há que se chamar a atenção realmente, mas vou falar em subnotificação —, sem contar esses números, até porque de muitos desses crimes todos nós estamos cansados de saber — e eu não gosto de ficar falando o óbvio, Deputada, mas às vezes o óbvio também precisa ser dito, senão nem isso é compreendido —, nós tivemos, em 2011, 1.891 ocorrências de crimes contra a dignidade sexual só de crianças e adolescentes; em 2.012, 2.415 e, em 2013 — volto a dizer: são números que impressionam —, 1.638 até o dia de ontem. Então, são dados que demonstram que Santa Catarina, embora nós tenhamos os melhores índices de criminalidade... Eu não gosto de falar de números, porque o texto frio da lei muitas vezes fica desvinculado da realidade da vida.

Então, quando você diz que Santa Catarina tem a menor taxa de homicídio, nós não podemos nos vangloriar disso porque, se tivermos um homicídio, pra quem foi a vítima não se fala, mas pra família de quem foi vitimado pelo crime de homicídio não há estatística que justifique. Então, eu não gosto muito de falar de estatística,



mas, dentro de uma estrutura de polícia científica, fica muito difícil a gente fugir dos números.

Em relação ao que a Polícia Judiciária de Santa Catarina tem feito pra contenção dessa modalidade criminal... E Santa Catarina tem circunstâncias que são muito peculiares. Nós temos organismos policiais que atendem às pessoas em condição de vulnerabilidade. E aqui se incluem adolescentes, crianças, idosos e as mulheres. Dentro do Estado de Santa Catarina, nós temos hoje 27 delegacias de polícia especializada no atendimento dessas pessoas em condição de vulnerabilidade. Semana que vem, se tudo correr bem — senão, mais tardar na próxima —, vamos inaugurar a 28ª Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente na cidade de Joaçaba. Passaremos, então, a contar com 28 — 28. Este número é muito pequeno, mas nós precisamos contextualizá-lo dentro de uma realidade nacional, Deputada.

Apenas para referência: São Paulo possui 120 unidades especializadas — 120, não é Dra. Sandra? —, 120 unidades especializadas. Santa Catarina tem 6 milhões de habitantes. Bom, mas 120 pra 28? Que diferença grande! Pois quero dizer a vocês que Santa Catarina é o segundo Estado do Brasil que possui a maior quantidade de delegacias especializadas — apesar da pequena população, apesar da pequena extensão territorial. É pouco. Não estou dizendo que é muito, mas estou dizendo que precisamos contextualizar a nossa realidade dentro de um cenário nacional.

As estruturas das delegacias de proteção à mulher, criança e adolescente trabalham com um protocolo de atuação. Nós temos profissionais que são treinados. Todas as delegacias possuem um psicólogo. Estamos implantando já o Depoimento sem Dano, que já tem ocorrido em algumas delegacias, e pretendemos estender pras demais. A única delegacia que não possui psicólogo hoje é a Delegacia de Proteção à Mulher de Brusque, mas por uma situação transitória, que já está em fase de solução. Então, em relação à Polícia Civil... E nós temos vários dados. A Polícia Civil — é bom que se diga, Deputada — de Santa Catarina é 100% informatizada. Nós temos dados de cada crime, de cada ocorrência à mão. Em poucos minutos se consegue fazer um levantamento, de forma que, se quiserem ter o conhecimento não digo da realidade da vida, mas da realidade dos números,



esses números das notificações, em relação a todos os crimes contra a dignidade sexual, em relação a todos os crimes que compõem o nosso ordenamento jurídico, nós temos condição de, em pouco tempo, fazer um levantamento, em poucos minutos, graças a esse sistema de informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor sabe quantos tem nesses últimos 2 anos que a delegacia...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Qual crime?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De abuso sexual, de exploração sexual.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Sei.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor tem alguma estatística para passar para a gente?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Sei, sei, sei. Acabei de falar. Vou repetir.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu não ouvi. O senhor me desculpe.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Em 2010, Deputada, nós tivemos... Crimes contra a dignidade sexual especificamente, né?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá. Crianças e adolescentes. Divisão por espécie.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Eu não fiz a divisão por espécie. Eu vou falar no gênero.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - O gênero "crimes contra a dignidade sexual". Tivemos 1.698 comunicações de ocorrência. Os crimes contra a dignidade sexual nós sabemos que são...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De crianças e adolescentes?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Crianças e adolescentes. Só crianças e adolescentes, já fizemos essa crítica. Os crimes contra a dignidade sexual, se menor de 18 anos, são todos de ação pública incondicionada. Então, chega ao conhecimento da autoridade policial, ela tem por dever de ofício deflagrar o procedimento. Nós não temos a fuga das ocorrências do ambiente do inquérito policial. Ou seja, para aquilo que é notificado é deflagrado inquérito policial. Isso em



2010. Em 2011 — só preciso folhear aqui —, 1.891 ocorrências. Em 2012, 2.415. E em...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está aumentando, né?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA -... em 2013, 1.638. Está diminuindo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É... Por que deu uma aumentada e diminuiu? Fez alguma campanha?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Não, não, não tem uma...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, não tem uma... Ainda nem terminou o ano, né?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - É, mas mesmo assim, se se fizer uma projeção, vai ocorrer uma diminuição.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, ainda não terminou o ano.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Isso não significa, isso não significa, Deputada, que a criminalidade está aumentando ou diminuindo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas fez alguma campanha?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Não, significa que mais ou menos registros de ocorrências estão sendo realizados. Essa visão científica dos dados estatísticos nós precisamos ter.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, são mais denúncias? Vocês estão fazendo alguma campanha para denunciar, por isso aumentou, ou é porque aumentaram mesmo os casos?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Eu não saberia lhe dizer de forma científica, Deputada.

(Não identificado) - Eu sei, professor.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - É?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por favor, eu vou...

(Não identificado) - Vou dizer na minha fala.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora está inscrita, a senhora fala depois. Eu queria que o senhor pudesse...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Terminar.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Então, fico à disposição. Acho que os pontos foram mencionados. Fico à disposição pra qualquer questionamento a que



eu possa responder. Como eu disse, a Polícia Judiciária tem muitos dados, mas são tantos dados que infelizmente não cabem todos na cabeça do Delegado-Geral. Precisa de uma rápida consulta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria que o senhor remetesse pra CPI esses dados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esses dados...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esses dados estão registrados nas notas taquigráficas...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Estão. Estão no banco de dados da Polícia Civil...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, estão registrados pra CPI nas notas taquigráficas, mas, se o senhor pudesse especificar, enfim, todos viraram inquérito, pelo que o senhor está falando, todos viraram inquérito e...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Isto é o que a lei determina, Deputada, que todos se transformem em inquérito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, mas deu processos. Quantos processos?

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Não saberia lhe dar o número exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, isso ele não tem como saber. Mas assim, o que se trata de violência, de abuso, se o senhor pudesse...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Temos, temos os dados, sim, Deputada. Podemos encaminhar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, particularmente, a ocorrência, o registro de redes. Redes.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Perdão, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o que é de relação interpessoal...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Ah, perfeito. Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...está certo? E o que significa rede. Ou seja, exploração sexual...

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Está compreendido. Já compreendi.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se o senhor pudesse remeter, nós agradeceríamos, Dr. Aldo.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Sem dúvida. Sem dúvida, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo.

O SR. ALDO PINHEIRO D'ÁVILA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Dr. Aldo.
(Palmas.)

E queria registrar a presença da nossa Deputada aqui do Estado de Santa Catarina — é um prazer tê-la aqui —, a Deputada Luci Choinacki, que veio nos honrar com a sua presença. A hora em que a senhora quiser, a gente lhe...

Então, eu vou passar a palavra para a Deputada Luci para que ela possa fazer um cumprimento e depois eu passo para a Deise Farias.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Certo. Só cumprimentar. Nem todas podemos ficar na mesma Comissão, nem todas podemos ser Reladoras, nem todas podemos coordenar, mas todas estamos juntas na mesma sintonia de combate a qualquer forma de violência, tanto contra as crianças, a violência sexual, contra as mulheres, porque a gente sabe que as vítimas, o que é um sofrimento. E quem é mãe, quem vive a vida sabe o que é. E a gente batalha junto. Então, eu queria receber as minhas amigas, parceiras da bancada federal, a Liliam,...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - ...a Erika, a Carmen. Porque a gente trabalha junto. Nós somos poucas Deputadas Federais, mas a gente tem uma solidariedade muito grande nas atividades. Em todas as questões humanistas, pode ter certeza de que a gente se unifica, não é? Somos de partidos muitas vezes diferentes, mas, na hora de defender as mulheres, as crianças, as causas sociais e humanas, nós estamos juntas.

E a minha amiga Ana Paula, aqui, Líder da bancada do PT, que acompanha, quero dizer que a nossa solidariedade... Bem-vindas para um assunto que talvez a gente um dia não precise tratar, porque a violência deve ser banida. Que a violência sexual, seja qual tipo de violência, nós vamos trabalhar para a gente ter seres humanos que se relacionem de outra forma. Que o respeito, a dignidade humana, o



amor se sobressaiam à violência. Porque eu acho que está faltando muito construir valores.

Volta e meia fazem pergunta lá, os pesquisadores na Câmara, porque todo dia tem alguém pesquisando a gente: *“Ah, o que pensam sobre isso? Qual é o maior problema do País?”* Eu sempre falo: *“Solidariedade humana.”* Quando a solidariedade humana for o nosso ponto forte, daí há o amor, a compreensão, o respeito. E a gente vê tanta brutalidade que a gente não consegue entender como um ser humano pode praticá-la contra outro indefeso.

Mas é por isso que as CMPIs existem, por isso a CPI existe, por isso que há Justiça, por isso que há que existirem leis, até um dia a gente precisar diminuir, diminuir as ações que estejam na mente e no coração das pessoas. Que as leis sejam um pouquinho diferentes, escritas diferentes, cada um querendo um mundo diferente.

Bem-vindas aqui. Espero que um dia vocês venham, não só pra uma CPI, mas que venham pra passar mais tempo, a Erika e a Liliam, em nosso Estado, que é um Estado bonito, um Estado maravilhoso e acolhedor.

Bem-vindas. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputada Luci, apenas para registro, nós somos apenas 8,7% de mulheres. Temos menos mulheres na Câmara do que em países em que as mulheres usam burcas. Portanto, nós temos as ditas burcas invisíveis. E é preciso serem visibilizadas para serem desconstruídas. Por isso nós lutamos na reforma política para que tenhamos asseguradas a participação e a equidade de homens e mulheres no Parlamento, em todas as suas esferas e instâncias.

Enfim, eu passo a palavra para Deise Farias e, em seguida, eu vou passar para a Eliete Maria de Lima, que está aqui representando o Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis. Deise Farias é articuladora do Conselho Tutelar da Região Continental de Florianópolis.

V.Sa. tem um prazo de até 8 minutos.

A SRA. DEISE FARIAS - Obrigada. Parabéns para os que ficaram, para os que estão até agora.



Sou conselheira tutelar de Florianópolis desde o ano de 2009 e quero aqui contemplar a fala do meu colega, conselheiro tutelar Luís Rodrigues. Só para justificar que, não sei, ali houve uns burburinhos, um mal-entendido, mas, diante da falta de estrutura, quando nós assumimos em 2009, houve uma briga — uma briga, não digo —, mas um embate grande para melhoramos a estrutura do Conselho Tutelar de Florianópolis. Por isso eu e mais dois colegas sofremos, sim, um inquérito administrativo no ano de 2010, mas não foi um processo civil. Ficou meio ali confuso.

Gostaria de também contemplar a fala dele em relação aos dados estatísticos do Município de Florianópolis. Gostaria aqui, em audiência pública, de sugerir que esses dados sejam solicitados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por quê? Porque o procedimento em Florianópolis, tendo em vista que Florianópolis possui três Conselhos Tutelares, cada um faz a sua estatística mensal e a remete ao Conselho Municipal. Desse modo, o Conselho Municipal unifica os dados das três sedes. E, portanto, seria o local ideal pra coletar esses dados estatísticos, inclusive, do direito violado, de todos os tipos de direitos violados. Eles poderiam repassar.

Pra finalizar, eu gostaria de explicitar aqui uma boa prática do Município de Florianópolis, que não sei se é do conhecimento de todos: Florianópolis, no início do mês de agosto, completou 13 anos do Protocolo de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual. O Protocolo da RAIVVs também é um local no qual poderiam ser solicitadas estatísticas nesse sentido, através da Secretaria Municipal de Saúde, no Setor de Atendimento à Mulher, com a enfermeira Nilta. Caso alguém queira, posso passar o telefone de contato. Lá eles têm os dados estatísticos específicos na questão da violência sexual, e estão separadas as questões que tratam da criança e do adolescentes da violência sexual de homens, mulheres e, enfim, outros gêneros. Também seria também o local ideal. A título de sugestão, fica aqui o registro de que o Município de Florianópolis tem o Protocolo da RAIVVs para o atendimento de vítimas em até 72 horas após o fato.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você pode deixar conosco esse material?



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Pode encaminhar? (*Risos.*) A gente vai fazer uma cópia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você, por favor, passe ao Francisco, Secretário da CPI. Bom, nós vamos passar, então, agora. Depois, eu gostaria que vocês pudessem responder se... Deise, vocês trabalham com SIPIA?

A SRA. DEISE FARIAS - O SIPIA — até a Valéria já me olhou, olha só, que lindo... Nós estamos em processo de implantação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês não trabalham com o SIPIA?

A SRA. DEISE FARIAS - Atualmente, não. Nós estamos em processo de implantação. Fomos recém-capacitados novamente e recebemos agora os computadores da Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E vocês têm um banco de dados, então?

A SRA. DEISE FARIAS - Então, nós temos essa nossa estatística, que é feita manualmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas é feita em Florianópolis?

A SRA. DEISE FARIAS - Em Florianópolis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com os conselheiros de Florianópolis.

A SRA. DEISE FARIAS - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não é através do SIPIA.

A SRA. DEISE FARIAS - Ainda não. Mas a partir de setembro já vai começar a ser.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, porque quando você falou que tinha as estatísticas, ocorreu-me que poderia ser através do SIPIA. Não tem SIPIA no Estado?

A SRA. DEISE FARIAS - Não, no Estado não! Vários Municípios já utilizam o SIPIA, e a capital vai começar a utilizar a partir do mês de setembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas em Florianópolis não tem SIPIA?



A SRA. DEISE FARIAS - Ainda não. Mas a partir da semana que vem, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Mas é só para saber, porque o SIPIA existe há mais de 10 anos.

A SRA. DEISE FARIAS - O marco inicial do SIPIA em Florianópolis será dia 2 de setembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, porque ele existe há mais de 10 anos. Isso é importante saber porque... Mas, enfim, vou passar, então, para a Sra. Eliete Maria de Lima, que é Coordenadora do Centro de Assistência Social do CREAS. Não sei que CREAS é, mas ela representa aqui o Secretário de Assistência Social do Município de Florianópolis, Alessandro Balbi Abreu.

Em seguida, passarei a palavra ao Sérgio Costa Bandeira.

A SRA. ELIETE MARIA DE LIMA - Eu sou Coordenadora do CREAS Continente. Como já foi falado pelos conselheiros, nós temos dois CREAS em Florianópolis: o CREAS que atende a Região da Ilha e o CREAS do Continente, desde o fim de 2011, mais precisamente.

Em Florianópolis, a gente vem procurando cada vez mais implementar, aprimorar e efetivar o SUAS, dentro da Secretaria de Assistência Social. E nós temos os CRAS, os CREAS. A gente está com um trabalho assim de implementação da política e também em relação à alta complexidade, aos abrigos. Então, estamos trabalhando para que o Município assuma cada vez mais essa parte, como também o trabalho com os abrigos não governamentais.

Dentro do CREAS Continente hoje a gente tem o serviço PAEFI, que é o Programa de Atenção Especializada a Famílias e Indivíduos em situação de direitos vulnerados. E nós temos no CREAS Ilha os outros serviços, que são a LA e a Prestação de Serviços à Comunidade. Temos também o SEPREDI, que é o Serviço de Atendimento aos Idosos e Pessoas Deficientes, além do PAEFI. E temos também em Florianópolis o CREMVI, que é um Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência.

Então, dentro do PAEFI, hoje, a gente está atendendo cerca de 450 famílias... Eu fiz uma colinha aqui... São 267 famílias no PAEFI Ilha — porque é a maior região também — e 134 famílias no PAEFI Continente. Além disso, a gente tem as famílias do PETI, que, seguindo o reordenamento da política do SUAS, passarão a fazer



parte do PAEFI. São cerca de 40 famílias, entre 40 e 50 famílias que também farão parte do PAEFI. A gente soma um número de quase 450 famílias em atendimento. Essas famílias são, na sua maioria, vítimas de violência sexual, famílias que têm as suas crianças vítimas de violência sexual, não só, porque a gente atende também as outras violências, todas as violações de direitos, mas a gente dá prioridade ao atendimento a vítimas de violência sexual. Se a gente pensar na questão do abuso e da exploração sexual, a grande maioria que a gente atende são famílias de crianças que sofreram o abuso sexual, a violência sexual. A exploração sexual não nos chega ou ela chega muito pouco. A gente tem algum... Não sei precisar quantos, mas talvez seja um número entre 10% ou 20% das famílias que a gente atende, talvez nem isso, em relação à questão da exploração sexual. Mas elas não aparecem. Não que elas não existam, que a gente sabe que a exploração sexual existe, só que ela não é revelada. Então, a gente não tem... Elas não vêm por isso. A gente acaba atendendo o abuso quando ainda essas crianças normalmente estão dentro do ambiente doméstico; elas ainda não extrapolaram para a rua.

Em suma, em relação ao tema, seria isso o que eu teria a falar. Estou aberta para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, então eu passo para o... Chamo agora o Sérgio Costa Bandeira, que é articulador do Conselho Tutelar da Região Norte de Florianópolis. *(Pausa.)* Ele se ausentou?

Então, eu passo para a Defensora Pública Fernanda Mambrini Rudolfo, que aqui representa o Defensor Público Geral Ivan Cesar Ranzolin.

Em seguida, eu vou chamar a representante da Secretaria de Saúde. E, por fim, chamo a representante do Fórum Catarinense. Depois, passo para as pessoas que se inscreveram.

A SRA. FERNANDA MAMBRINI RUDOLFO - Obrigada. Eu gostaria de cumprimentar rapidamente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - V.Sa. tem até 8 minutos.

A SRA. FERNANDA MAMBRINI RUDOLFO - Obrigada. Eu pretendo ser mais breve. Eu gostaria de agradecer rapidamente à Presidente desta Comissão, aos demais membros, todos aqueles aqui presentes, autoridades, membros da comunidade.



Acredito que eu tenho muito mais a aprender hoje do que a acrescentar, tendo em vista que a Defensoria existe aqui em Santa Catarina, infelizmente, apenas desde abril; portanto, ainda não tem uma atuação que possa ser muito relevante para contribuir com essa discussão, especialmente porque, diante do pequeno quadro, do pequeno número de defensores — somos apenas 60 desde a semana passada, antes éramos 44 —, não há nenhum defensor público atuando na área da infância aqui em Santa Catarina, o que é uma questão lamentável para a própria Defensoria, mas eu sou obrigada a registrá-la.

De todo modo, duas situações são enfrentadas, são constatadas pela Defensoria Pública, que eu acredito que sejam pertinentes neste momento, que são os vários atendimentos na área de família em que se registra violência dentro do próprio núcleo familiar; mas existem também os casos em que a gente tem certa dificuldade em verificar se se trata de alienação parental ou de violência sexual dentro do núcleo, o que demanda, lógico, a atuação de psicólogos, assistentes sociais e profissionais capacitados para esse diagnóstico. Porque, realmente, como já foi dito, eu — e acredito que meu colegas — não me sinto apta a fazer essa análise e a conversar com as crianças e adolescentes a respeito desse tema e extrair — até é uma palavra um pouco forte —, mas obter as informações necessárias para tratar desse casos.

Outra situação são vítimas ou testemunhas de outros crimes, principalmente o crime de tráfico e violência doméstica, violência praticada contra a mulher. Ao participarem das audiências ou ao procurarem a Defensoria, nós percebemos que estão sofrendo também violência ou exploração sexual, exploração especialmente por... Como já foi dito, é uma capital, é uma cidade turística, é um Estado bastante visitado, mas especialmente Florianópolis, especialmente na temporada, no verão... Nós temos enfrentado algumas situações de exploração sexual, de prostituição de luxo — de luxo só para os clientes. Para as vítimas dessa exploração... Inclusive de casas famosas na cidade, cujas propagandas nós vemos em *outdoors* pela cidade inteira. Existem adolescentes de 16, 17 anos, vindas geralmente do interior do Estado, que trabalham nessas casas. E vemos isso especialmente porque elas, muitas vezes, são pegadas com drogas, participando do tráfico — e participam das audiências até como testemunhas, porque, enfim, não respondem pelo crime de



tráfico —, ou quando elas sofrem algum tipo de violência física. Elas não contam. Por mais que confiem nos defensores públicos, elas têm receio, porque elas sabem da impunidade. Então, não adianta muitas vezes contar, mas a gente sabe o que está acontecendo. E essa impunidade...

Enfim, além de tudo o que já se falou — dos depoimentos que são dados várias vezes nas delegacias, perante o promotor de justiça, e outras perguntas que o juiz faz, o Conselho Tutelar, e as perguntas na escola, mas eu acho que a maior vitimização dessas pessoas é o julgamento feito pelos próprios magistrados nas sentenças, porque eu observo que se julga mais a vítima, mesmo sendo adolescente ou criança, pelo seu comportamento, pela sua postura, pela sua vestimenta, porque provocou, pela sua atitude, do que o próprio acusado, do que o próprio réu nesses processos.

Há até um livro um pouco antigo que relata um caso, se não me engano, do Rio de Janeiro. O livro se chama *Estupro. Crime ou Cortesia?* E o juiz falava que a vítima daquele estupro era tão feia que não tinha sido crime, mas uma cortesia.

Infelizmente, esse caso é um pouco mais antigo, mas infelizmente isso ainda acontece. É cultural, talvez, uma ausência de conscientização. E muitas vezes essas mulheres — que, de fato, são meninas e adolescentes ainda, 16, 17 anos, que se prostituem por uma hipossuficiência —, além da sua vulnerabilidade como adolescentes, mas por hipossuficiência também financeira, vão sentar como vítimas, mas vão se sentir acusadas.

E essa é a maior conscientização que acredito deva ser feita. E é uma campanha, que a Defensoria está estudando a melhor maneira de fazer essa abordagem. Só que a Defensoria Pública — como eu já disse — é uma instituição nova, ainda é fraca, e precisa de parceiros e apoio, inclusive financeiro, pra realizar essa campanha da forma que atinja realmente seu objetivo, seu público alvo.

Por fim, com relação à 6ª Delegacia de Polícia, vou fazer um breve comentário. Algumas críticas foram feitas. Eu não posso corroborar todas essas críticas, porque, como eu disse, a gente está só desde abril nessa luta. Mas, realmente, é muito fácil observar que falta estrutura, recursos humanos, recursos... estrutura física mesmo. A própria cela da 6ª Delegacia de Polícia, onde ficam apreendidos adolescentes provisoriamente por até 5 dias — no máximo 5 dias,



porque a gente sabe que se extrapola —, antes de eles serem encaminhados às entidades adequadas, parece uma masmorra, da Era Medieval. Inclusive a Defensoria Pública está tentando tomar as providências cabíveis, já entrou com uma ação civil pública a respeito disso.

E parece-me que há três outras salas construídas, até em virtude de um inquérito civil do Ministério Público, e faltaria apenas a inauguração. Então, por uma questão de formalidade ainda não se efetivam os direitos dos adolescentes que lá estão. Neste final de semana, por exemplo, havia oito adolescentes em uma cela cuja parede está toda queimada, sem luz, sem local para fazerem suas necessidades. Não há um banheiro, há um fosso que entope toda vez que chove. Eu sei que não é essa a questão, que a gente está tratando de violência e exploração sexual e que esse não é o objeto, mas só quero fazer esse registro para mostrar que o Estado, que é quem deveria proteger, muitas vezes é o maior violador, seja omissiva, seja comissivamente. (*Palmas.*)

Então, é esse o registro que eu gostaria de fazer. Eu agradeço e coloco a Defensoria Pública à disposição para tudo o que for necessário.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, isso foi na 6^o Delegacia. A 6^a Delegacia é que não tem um lugar adequado. Mas agora eles estão providenciando?

A SRA. FERNANDA MAMBRINI RUDOLFO - Estão providenciando já há quase 1 ano.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

A SRA. FERNANDA MAMBRINI RUDOLFO - Imagine.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu penso que nós poderíamos ver a possibilidade de ir à delegacia para ver, a CPI. Nós podemos ver a possibilidade de fazê-lo amanhã. Eu vou passar a palavra para a Dra. Carmem Delziovo, que é Coordenadora das Áreas Programáticas Estratégicas da Gerência de Atenção Básica, e, em seguida, para Eri Aparecida Camargo. Depois há três pessoas inscritas: Jackie, Sandra Mara e Ana Cristina. E há o Sr. Gasparino Martinho Rodrigues.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só um minuto, por favor.



Durante a fala da Carmem Delziovo, eu vou colher as inscrições e vou encerrar. Quem quiser se inscrever pode fazê-lo enquanto a Carmem Delziovo estiver usando a palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Uma questão de ordem, Presidente. Para a gente não se perder, vou fazer uma... para ver quem pode responder depois, porque a doutora fez ali uma denúncia. Ela falou que existem casas famosas aqui que trazem adolescentes do interior para serem exploradas sexualmente. A gente sabe que é exploração porque essas casas pagam, às vezes, 30% ou 40%. Eu quero saber por que essas casas ainda estão abertas e não foi cassado o alvará, conforme diz a lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há algum representante ou alguma representante da Prefeitura, do Prefeito aqui?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Para responder isso? Da Fiscalização? Da Administração?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra, então, ao representante, para que ele possa responder, depois das falas das pessoas que foram convidadas, o representante do Governo, da Secretaria de Segurança, Coronel Fernando. Se há essa constatação que foi feita aqui pela Defensoria, tem-se que tomar alguma atitude.

Então, vou passar para a Sra. Carmem Delziovo, depois para Erli Aparecida Camargo, representando o Fórum Catarinense pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em seguida, eu abro para as pessoas que se inscreverem. E as pessoas podem se inscrever até o término da sua fala, para o tempo de 3 minutos apenas.

A Jackie Anacleto, a Sandra Mara, a Ana Cristina e o Gasparino Martinho já estão inscritos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode abrir para perguntas também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora tem um prazo de até 8 minutos.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Muito obrigada, em primeiro lugar, pelo convite.



Quero dizer que é uma preocupação de toda a Secretaria. Aqui nós temos a representação da Saúde da Mulher, que engloba a atenção à adolescente; temos a coordenadora do grupo que discute violência, que é intersetorial, interdisciplinar da nossa Secretaria; temos a Vigilância Epidemiológica, que faz a questão da notificação, e temos uma convidada especial que trouxemos, que é do Município de Blumenau, que é uma das Redes de Atenção à Violência, que está funcionando muito bem no Estado de Santa Catarina. Como também já foi falado da Rede de Atenção de Florianópolis, nós temos também em Chapecó e temos também em Lages.

Desde 2008, a Saúde tem trabalhado com os maiores Municípios na construção e discussão de Redes de Atenção à Violência. E a violência sexual é a que chama mais a atenção na construção dessas Redes, e é por onde elas têm começado.

A Saúde entende que atenção à violência é intersetorial. E a Saúde está numa posição, por um lado, estratégica, para identificar situações de violência, considerando a questão da Saúde da Família.

Aqui no Estado nós temos uma cobertura de em torno de 75% da população. Ela é coberta por equipes de Saúde da Família, que atua diretamente no território. E, nesse território, está próxima ao domicílio e poderia identificar situações de violência, principalmente com crianças, como é aqui o caso.

Nós estamos muito preocupadas com essa questão de sensibilização dessas equipes, para que elas percebam que elas também têm a ver com a violência, porque, historicamente, a discussão da violência parte da questão policial e judicial. E até a porta de entrada da saúde não é tão reconhecida como porta de entrada para a violência. Mas as equipes podem reconhecer os sinais de violência e podem identificar e fazer notificação, para tornar essa violência mais visível.

Nisso nós temos a atuação, então, no Estado, nas notificações de violência. Nós aumentamos as nossas unidades notificadoras das violências, em 2009, de 156 unidades para, em 2012, 558 unidades de saúde notificadoras de violência.

Sabemos que há muita subnotificação. Existe o medo dos profissionais de que essa notificação se torne uma questão policial. Como eles estão diretamente



ligados aos domicílios e famílias, existe uma preocupação com isso, e essa desmistificação precisa ser feita.

Nós tivemos, em 2012, falando em número de casos notificados na saúde, 8.500 casos de violência em geral notificados por profissionais de saúde — suspeitos ou confirmados. Desses, 808 eram violência sexual. Contra menores de 10 anos, 259; e contra 10 a 19 anos, 370 casos notificados. Então, comparando os dados, a gente vê que cada setor tem dados diferentes. Essa é uma discussão, de que a gente talvez precisasse integrar.

Com essa aprovação, desde o ano de 2012, nós convidamos alguns Municípios que já têm experiência de atuar com Rede de Atenção à Violência e também alguns setores — Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Casa da Mulher Catarina. Convidamos também outras instituições da Secretaria e a Secretaria de Assistência Social do Estado. No último evento que a gente teve, de reunião, veio a Secretaria de Segurança Pública, porque nós entendemos que a atuação da saúde não pode ser desvinculada da atuação de todos os setores que envolvem a atenção a pessoas em situação de violência.

Então, as ações: além desse grupo de discussão que acontece regularmente, nós também, no mês de outubro, temos um serviço, no Estado, de educação à distância, que é o Telessaúde, que é um instrumento que tem sido bastante importante para provocar discussões nas equipes de saúde da Família.

Outubro foi o mês da temática da violência. Para nossa surpresa, a temática da violência, numa das webconferências que a enfermeira Stela, que está aqui e que é de Blumenau, fez, teve 404 pessoas assistindo *on-line* naquele momento. E muitas pessoas tentaram acessar, não conseguindo mais vagas, de tanta a demanda.

Então, a preocupação está presente no setor saúde, não só na área da gestão como também na área técnica. A dificuldade maior que a gente percebe é o preparo mesmo, o que fazer. O reconhecimento da violência como problema de saúde é o primeiro passo. O segundo passo é o reconhecimento dos setores, para atuar intersetorialmente.

Então, estamos preparando, junto com a Universidade Federal daqui de Santa Catarina, um material que vai ser um curso *on-line* disponibilizado depois, porque é uma parceria com o Ministério da Saúde, para capacitar — primeiro



sensibilizar e depois capacitar no mesmo curso — os profissionais de Saúde da Família para atenção a pessoas em situação de violência. Então, essa é outra ação que está sendo feita aqui em Santa Catarina.

Quanto à questão dos números de atendimento, de cobertura de Saúde da Família (NASF e CAPS), apesar de nós termos no Estado 85 CAPS — nós somos o Estado como melhor cobertura de CAPS no Brasil —, é uma situação que o nosso Coordenador da Rede Psicossocial sempre diz: *“Como nós estamos mal, não é?”*, porque, se nós temos a maior cobertura com 85, então o Brasil como um todo tem que melhorar bastante.

Com relação aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, nós temos 115 Núcleos no Estado, e desses... Desculpe, nós temos 184, e 115 desses são financiados com recurso estadual. Então, o Estado de Santa Catarina, preocupado, quando o Ministério não tinha a possibilidade de Núcleo de Apoio à Saúde da Família nos pequenos Municípios, reconhecendo que, na nossa realidade, a maior parte é de Municípios pequenos, criou essa modalidade. Agora o Ministério já abriu a possibilidade de migração, e existe o trabalho todo da Gerência de Atenção Básica para migrar essas equipes então para o NASF Federal, até para esse recurso do Estado poder ser utilizado em outras ações.

O Estado de Santa Catarina também cofinancia a Atenção Básica, que é um diferencial que nós temos. Além da Atenção Básica, nós temos também a rede hospitalar. Nós temos 85 serviços no Estado que têm disponibilizado a medicação antirretroviral.

E a saúde tem avançado muito na legislação. A lei da nossa Presidente que agora determina que todo serviço de saúde tem que ser porta aberta para atenção a vítimas de violência sexual vai nos ajudar muito, porque nós temos no Estado uma rede já que atende. Nós temos o Estado dividido em 16 regiões de saúde. Dentro da Rede Cegonha — agora o Estado também aprovou a portaria de 100% dos Municípios na Rede —, nós já incluímos a violência sexual. No nosso termo de compromisso dos hospitais de referência, já havia a inclusão da violência, de ser porta aberta para a violência sexual, porque o nosso entendimento é o de que isso faz parte da atenção à mulher, à adolescente e também à criança.



Nós temos essa preocupação de ter essa Rede e discutir as nossas metas. No Estado nós temos três hospitais que são porta aberta para o aborto previsto em lei: Hospital Universitário, de Florianópolis; Hospital Santo Antônio, de Blumenau, no qual a Stela é responsável por essa negociação, e a Maternidade Darcy Vargas, de Joinville.

A nossa intenção é ampliar. Nós recebemos uma oferta do Ministério de capacitação com a CEMICAMP e solicitamos capacitação para sete hospitais do nosso Estado que estão na Rede Cegonha, para que sejam porta aberta para TODA a linha de atenção, dentro da norma técnica de violência, que inclui o aborto previsto em lei.

Então, nós estamos tentando fazer alguma coisa. A Atenção é municipal, mas o Estado não pode se furtar à parte que é de sua responsabilidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Carmem, vocês têm alguma capacitação para os agentes comunitários acerca da violência?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - O melhor material para criança e adolescente é esse manual do Ministério. Ele foi construído com a FIOCRUZ. Ele é de 2010.

Nós fizemos dois cursos no Estado e queremos continuar ampliando. Inclusive, A gente fez uma divulgação para os Municípios, que recebemos material agora há pouco do Ministério e temos esse material para fazer capacitação. Florianópolis tem já a Rede toda capacitada. Foi em 2011 isso, não é?, e é a melhor metodologia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Rede. E agentes comunitários de saúde?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Na verdade, ela é aberta... Essa metodologia, não precisa de nível superior para fazer capacitação, é aberta para qualquer membro da equipe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Eu quero saber o seguinte...

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Se o Estado tem uma capacitação específica para agente comunitário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É.



A SRA. CARMEM DELZIOVO - Não. Específico para a violência, não. Nós temos capacitação para agentes. Inclusive o material...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na sua fala, você abordava uma coisa que é muito interessante...

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Da Saúde da Família.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é a Rede de Saúde da Família...

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela possibilitar...

A SRA. CARMEM DELZIOVO - A identificação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A identificação dos casos, como existem nas escolas.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu não sei se aqui há a capacitação dos educadores.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Não. Nós os atingimos nas nossas webconferências. Nessa, por exemplo, que a Stela fez, a maior parte dos participantes eram agentes comunitários. Então, nessa metodologia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não há específico para os agentes.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Regularmente, específico, não. A proposta mesmo, nossa, enquanto Saúde, é que o melhor material para fazer sensibilização para a equipe de Saúde da Família é este aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. A gente conhece o material, e o material é realmente muito bom nesse aspecto. Mas o que a gente precisa é que haja... Eu concordo com você. Eu estou concordando com o que você falou sobre a importância do agente comunitário de saúde para detectar violação de direitos, seja de qualquer... violência das mulheres, os setores mais vulneráveis — crianças, adolescentes e mulheres.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Sim. Isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está certo. Eu vou então...

O SR. MARCELO WEGNER - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode, é claro.

O SR. MARCELO WEGNER - Só uma pergunta: você sabe quantos leitos psiquiátricos estão disponíveis para criança aqui no Estado?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - A pergunta que tu me fizeste, não é? Na verdade, está em ampliação. Eu sei que... Na verdade, é assim: nós temos a ampliação da Rede de Atenção Psicossocial no Estado de Santa Catarina, e essa é uma das discussões que o Dr. Alan, que é nosso psiquiatra e coordenador faz. Há necessidade de ampliar leitos tanto em hospital geral quanto leitos pediátricos. Eu sei que hoje existem alguns leitos no Hospital Infantil e existe uma ampliação prevista. Até hoje eu vi o Secretário preocupado, perguntando sobre isso.

O SR. MARCELO WEGNER - Eu só vou lhe comunicar assim: o Hospital Infantil aqui estava em reforma e não estava atendendo.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - É.

O SR. MARCELO WEGNER - E Joinville tem quatro leitos...

A SRA. CARMEM DELZIOVO - É.

O SR. MARCELO WEGNER - Para o Estado todo.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - É, a gente sabe.

O SR. MARCELO WEGNER - A situação no Estado está complicada.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Não, nós sabemos disso. E não só na parte infantil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quanto aos CAPS, CAPSi?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Eu não sei. Eu já te respondo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - CAPSi e CAPS ADI, CAPSi III, e CAPS ADI?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Eu posso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para adolescentes.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Eu posso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, claro.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Porque eu pego e já te passo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou passar para a Deputada Carmen, que vai contribuir com a resposta.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu queria parabenizar a Dra. Carmem e, em sua pessoa, toda a equipe de saúde e dizer que a gente reconhece os avanços que há na Saúde, em especial durante a história. São vários atores que participam disso.

Agora, a gente também reconhece a dificuldade. Eu participei da Secretaria de Estado da Saúde por um bom tempo, e a dificuldade que gente tem de implantar leitos específicos de psiquiatria infantil, mesmo com a orientação e, em alguns momentos, até a determinação do Ministério Público...

O que poderá acontecer é que a Secretaria (*ininteligível*) trabalhe, porque é da minha cidade... A Emergência do Hospital Infantil Seara do Bem, em Lages, mudou de espaço, e o Estado cofinanciou ou financiou toda a obra e os equipamentos, com o acordo de que naquele espaço onde estava fossem implantados leitos para atendimentos de crianças na Psiquiatria, que é uma demanda importante, específica e complexa de se conseguir implantar. Não que isso...

Acredito que continuará na pauta da Secretaria de Estado, mas ela é complexa mesmo, pela especificidade que tem e pelo pequeno número ainda que nós temos de psiquiatras especializados em psiquiatria infantil.

Mas o senhor está coberto de razão: a gente ainda tem uma demanda importante para suprir.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não tem nem psiquiatra, que falar de psiquiatra infantil, não é? Não tem. Não tem pediatra, que falar psiquiatra infantil, não é?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não, não, não, é que ele pediu leitos de internamento...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está faltando pediatras no Brasil.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não, até que pediatras a gente ainda tem na rede de hospitais especializados, não é? Os pediatras.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Psiquiatra infantil.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Mas o psiquiatra...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas eu estou falando do Brasil todo. Está difícil demais isso, muito difícil.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Distrito Federal há uma unidade de saúde que é para criança e adolescente, é apenas para criança e adolescente, chamada COMP. Ela é o Centro de Orientação Médico Psicopedagógico do Distrito Federal. Então, é um atendimento muito bom. Há uma demanda reprimida grande, mas ele é muito bom porque é multidisciplinar e atende às crianças com transtornos. Não atende dependência, síndrome de dependência, mas atende com transtorno, inclusive em situações de vulnerabilidade e de transtornos provocados por violação de direitos. E há, dentro da unidade, um CAPS. Mas não atende à demanda, não é?

Mas veja, vou passar a palavra para a Erli Aparecida Camargo e vou ler aqui as pessoas que se inscreveram.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, só espere um momento que eu lhe passo a palavra.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Só o número, a senhora quer que eu diga?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu lhe passo. Fique aí, que eu lhe passo. Vou apenas ler que estão inscritos a Jackie Anacleto, a Sandra Mara Pereira, a Ana Cristina e o Gasparino Martinho Rodrigues. Então, essas pessoas estão inscritas, por um prazo de 3 minutos cada uma, tão logo a gente escute primeiro a Dra. Carmem e, em seguida, a Erli Aparecida Camargo. Pode falar.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Só para responder: o número de CAPSi são 7 no Estado; e CAPS Álcool e Drogas, 11.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, Álcool e Droga I.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Álcool e Droga... Não, veja, são 7 CAPSi.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Infantil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Infantil.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nenhum CAPS ADI?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - ADi não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E 11 CAPS AD



A SRA. CARMEM DELZIOVO - Onze AD.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...AD.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nenhum ADI?

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, desses CAPSi , qual é CAPS III? CAPSi III? Não há.

A SRA. CARMEM DELZIOVO - Vou perguntar, então. (*Riso.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá. (*Riso.*) Bom, enfim...

Vamos então passar a palavra para a Presidenta do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, Sra. Erli Aparecida Camargo. A senhora tem até 8 minutos.

A SRA. LIANA CORDEIRO - Não, não vou me alongar tanto. Em primeiro lugar, eu não sou a Erli nem clone dela. Eu sou a Liana Cordeiro, sou Diretora de Comunicação do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora tem razão. Eu vou repetir, então, de forma correta. É a Diretora de Comunicação, Liana Cordeiro, que aqui está representando a Presidenta do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil, que é a Erli Aparecida Camargo. Então, portanto, desculpem-me, houve um equívoco. Realmente nós lemos de forma equivocada.

Eu passo a palavra, então, à Sra. Liana Cordeiro, por um prazo de até 8 minutos.

A SRA. LIANA CORDEIRO - Boa noite a todos. Pelo adiantado da hora é boa noite, não é? Começamos aqui às 2 horas e estamos até agora porque persistimos em ficar. Como disseram no início, somos poucos no Estado que ainda militam e agitam a bandeira dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Quero dizer que aqui, na Grande Florianópolis, temos três pontos de exploração sexual infantojuvenil. Então, posso dizer os Municípios. Essa informação está sob sigilo na Polícia Rodoviária Federal, que já fez uma das abordagens, que eu aplaudi em frente à televisão, vibrei, porque, como catarinense, não quero essa mancha no meu Estado.



O Fórum Catarinense, há mais de uma década, trabalha, vamos dizer, com a força de vontade de alguns funcionários públicos, pessoas de todos os níveis da sociedade, que não querem essa mancha para o nosso Estado. É muito difícil. Eu sou funcionária pública, e eu tenho que ir até as minhas chefias negociar essas saídas às audiências, aos encontros, aos seminários. E eu escuto, das minhas chefias, a vergonhosa palavra: *“No Estado de Santa Catarina não existe isso”*. E eu digo sempre: *“Existe, sim, e abram o olho porque está se tornando cada vez pior e mais vexaminoso para o nosso País”*. Pelo amor de Deus, nós temos que fazer algo!

Enquanto de cidadã, durante 18 anos fui professora e, cada vez mais, deparava-me com essa situação em sala de aula. Então, eu me afastei da sala de aula e resolvi militar pelo direito das nossas crianças.

O nosso Fórum trabalha com muita dificuldade financeira, porque recebemos ajuda financeira apenas de uma empresa catarinense. Até o ano passado, eram 15 mil reais para nós trabalharmos no Estado todo. Nós fazemos oficinas em quase todos os Municípios catarinenses com nossa... A Erli, militante dos direitos humanos, deveria estar aqui relatando a vocês, mas ela, este mês, foi a Brasília, foi a Concórdia, foi a Joaçaba e, como nós brincamos, é uma pessoa só.

O Fórum trabalha em todos os Municípios. Em alguns Municípios ele está mais fraquinho. Nós brincamos que nós saímos igual a tartaruga manca, com a perninha quebrada, mas cada um dá o melhor de si, porque nós temos a nossa vida particular e temos a nossa vida profissional e ainda temos que nos dedicar ao trabalho de buscar pessoas que nos deem a mão e nos ajudem nos trabalhos contra a violação dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Nós temos, assim, parceiros maravilhosos, como o Dr. Alexandre Takashima, que sai daqui e vai a Lages para fazer palestras, vai a outros Municípios trabalhar conosco. Temos o CEDICA, que também agora é nosso parceiro.

Também gostaria de relatar que o Hospital Regional de São José tem uma estrutura organizada para receber as pessoas que são vítimas de violência — qualquer tipo de violência, qualquer ser humano que receba esse tipo de agressão — e que as delegacias e os Conselhos Tutelares não têm essa informação. Nós estamos há 2 meses com um projeto, e estamos indo assim, igual canequinha, às Secretarias, para tentar conseguir verba para fazer uma capacitação com os



conselheiros da Grande Florianópolis. Quer dizer, nós não temos verbas para fazer isso. É muito difícil trabalhar dentro de um Estado onde não há uma verba para se trabalhar contra essa violência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas cadê o fundo... Não tem o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente? Não tem?

A SRA. LIANA CORDEIRO - O Fundo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O FIA.

A SRA. LIANA CORDEIRO - Nós vamos ter...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode falar.

A SRA. LIANA CORDEIRO - Eu vou ter...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O dinheiro não aparece? Não tem...

A SRA. LIANA CORDEIRO - Não, o FIA está destinado à capacitação dos conselheiros de direitos do FIA neste ano.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Cada um vai fazendo um fórum. Aí não...

A SRA. LIANA CORDEIRO - Era uma capacitação que estava sendo pedida há uns 3 anos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vocês não apresentam projeto para aprovarem?

A SRA. LIANA CORDEIRO - Aí eu tenho que levar para a minha Secretaria essa ideia, mas acho...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bom.

A SRA. LIANA CORDEIRO - Eu também quero dizer que o Fórum Catarinense, em 2008, escreveu o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual. Pasmem os senhores que, de 2008 a 2012, ele ficou engavetado, dentro da gaveta do Secretário da Assistência Social. No ano passado, depois de várias — três — reuniões e muita choradeira, eles nos devolveram o Plano. Este ano ele entrou na pauta. Depois de 3 anos indo lá ao CEDICA mendigar, a gente conseguiu que entrasse na pauta, que o CEDICA começasse a rever o Plano, porque, com a aprovação da nova lei do SUBAS, ele precisa ser revisto.



O problema, assim, é que lá quando é feito um plano estadual, ele precisa de destinação financeira. E quando precisam de destinação financeira, os senhores sabem que os planos ficam engavetados, infelizmente.

E queria dizer às pessoas que aqui colocaram que querem fazer trabalho de divulgação que o Fórum gostaria de ser parceiro da juíza e do pessoal ali da Prefeitura, que nós somos muito unidos e, quando precisam, nós nos mobilizamos e trabalhamos para ajudar na divulgação de materiais, de oficinas. E, como eu dizia lá em casa, eu sou multiuso. Ajudo em tudo que é área. Falou de direitos humanos, eu estou dentro ajudando, participando. Está bom?

Desculpe se eu não tenho muito mais para contribuir. Gostaria de poder dizer que nós fizemos muito mais do que nós estamos fazendo, mas, humanamente, é isso o que está sendo possível. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Obrigada.

Então, nós vamos passar para as pessoas que se inscreveram, e nós vamos conceder um prazo de 3 minutos para cada uma delas.

Eu vou passar para a Jackie Anacleto, que era a advogada de algumas vítimas do caso que envolve o ex-Deputado Estadual.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o nome dela?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Jackie Anacleto.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Bom, eu vou ser bastante breve, até porque o tempo é curto, e eu não quero, em momento nenhum, desrespeitar o sigilo da investigação, mas acontece que a denúncia é de 2009 e, de 2009 até 2013, eu não obtive resposta do Poder Judiciário. Houve órgãos, sim, que quiseram ouvir as testemunhas e angariar provas e tentar protegê-las — a Polícia Federal, o CRAS, o CREAS. Mas o Conselho Tutelar e o Poder Judiciário foram omissos, certo?

Eu só obtive uma resposta do Poder Judiciário depois que eu gritei por ajuda para essas crianças. Foi à mídia o caso no dia 1º de maio de 2013. No dia 3 de maio de 2013, eu obtive uma sentença de busca e apreensão, tirando sete crianças do Lar do Duduco.

Adoro, admiro o trabalho da Dra. Ana Cristina — eu sou advogada, já militei na Vara da Infância de São José —, admiro, mas, doutora... A doutora está



equivocada. A decisão saiu no dia 3 de maio, duas crianças foram para um abrigo no dia 4 de maio, num sábado pela manhã. E as outras cinco crianças foram para o abrigo no dia 7 de maio. E a mídia não só noticiou, a mídia mostrou o Duduco levando essas crianças, no dia 7 de maio, para o Fórum Desembargador Eduardo Luz.

As vagas, essas cinco vagas só surgiram depois que a mídia explorou que existia uma decisão judicial — inclusive, eles souberam dessa decisão judicial antes de mim — pela manhã. Aí o Sr. Renato Eugênio, que é Coordenador dos Conselhos disse: *“Não, eu vou também atrás de uma vaga para essas crianças”*. Ele conseguiu três vagas no abrigo de Coqueiros para as meninas e duas vagas num outro abrigo, que é um abrigo muito bom, que eu adorei conhecer, que é um abrigo que fica ali no Bairro Santa Mônica.

Então, isso só existiu depois que foi à mídia. Então, se alguém me der uma resposta de que, se eu parar de gritar na mídia, o agressor vai ficar longe das testemunhas, eu paro. Só que eu não estou tendo essa resposta.

Então, eu adorei que a CPI veio para cá agora de novo, porque eu quero que o processo ande. E, assim, o agressor, ele está próximo das minhas testemunhas. Eu tenho a guarda. Eu não, eu me ponho no lugar porque eu já deixei de ser advogada faz tempo. Eu sou uma tia, eu sou uma irmã. Tem gente que diz que eu estou parecendo mãe deles. Eu não sei, porque o amor que eu conheço é da minha mãe para mim, e esse amor eu ainda não tenho com eles.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São quantas crianças?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - São sete crianças.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sete crianças.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Então, assim,, esse amor de mãe, da minha mãe por mim, eu não tenho por eles; mas um amor de tia, um amor de irmã eu já tenho. Já tenho mesmo, porque, se tiver que botar dentro da minha casa de novo, eu vou botar, como eu já coloquei. Se tiver que botar dentro do meu carro e sair com medo, tremendo, porque o Duduco está seguindo a gente, eu coloco de novo.

Eu só quero uma resposta do Poder Judiciário. Por isso que eu vim procurar a mídia e vou continuar procurando. Ah, o sigilo tem que ser respeitado? Tem. Só que



tem que ser respeitada também a dignidade dessas pessoas. Tem meninos lá que eu não posso fazer nada judicialmente, que são maiores de idade, que não têm nem RG e CPF, e nunca vão ter. Ele não tem nem o dente da frente. É um menino de 18 anos... Eu gravei ele falando isso... Chega lá, na frente do juiz, ele fala o contrário. Ele diz que é bom, que ele não passa fome, que ele nunca foi estuprado, mas quando ele foi gravado, sem saber, pela irmã, ele disse: *“É, eu já fui violentado. O meu irmão de 17 agora estava morando com o tio, dormindo na mesma cama, viajando e ganhando tênis e ganhando bonezinho.”* Como se aquilo ali, tipo se o irmão dele fosse culpado por aquilo ali. Mas quando o menino chegou lá, no lar do tio Duduco, ele tinha 2 anos.

Então, o que é que eu faço? Eu não vou à mídia? Então, o Poder Judiciário me dê uma guarida.

E outra coisa. Eu disse: Eu apoio a Polícia Federal, que buscou, tentou ajudar as vítimas; o CRAS também. Até hoje eles me ajudam, eles estão me dando acompanhamento psicológico, porque eu fiquei mal. Eu já fiquei uma semana sem sair de casa, perdendo audiência, porque o testemunho deles é pesado, é triste. A minha primeira denúncia foi em 12 de outubro de 2009. Eu amo comemorar. O meu aniversário foi 1º de outubro de 2009 e eu não fiz nada, porque eu não conseguia sair de casa.

Então, o CRAS me ouve e me dá acompanhamento psicológico. O CREAS também está ouvindo minhas crianças. Eu falei na CPI: eu não quero que eles sejam ouvidos por Deputados. Eu tenho um laudo psicológico para apresentar para vocês. Eu não quero que eles sejam vitimizados, mas eu quero o agressor longe.

Terça-feira, Doutora, o Duduco falou com as crianças na frente do Fórum Desembargador Eduardo Luz, convidou elas para irem ao Rio de Janeiro. A menina de 14 anos olhou para mim e disse assim: *“Tá, ele não tem que ficar longe de mim?”* A assistente social viu. Eu falo o que para ela? Eu não sei. Eu disse: advogada eu já deixei de ser faz tempo nesse caso. Eu sou alguém da família que está pedindo justiça.

Então, peço desculpas, mas é um desabafo. (*Palmas.*)

E outra coisa que se eu não falar vai me incomodar, sabe? O Conselho Tutelar... Adorei hoje o seu discurso ao dizer que a infraestrutura é pequena. Mas o



conselheiro que nos atendeu deixou a desejar e eu fiquei muito triste depois, porque uma das testemunhas que foi ouvida pelo Ministério Público, até achei que essa pessoa sequer ia querer ser ouvida. Ele disse assim: *“Olha, tem um moço assim, assim, assado, no Conselho Tutelar. Depois da tua briga com o Duduco dentro do conselho tutelar...”* — porque eu briguei com o Duduco dentro do Conselho Tutelar quando ele pegou a guarda dessas crianças de volta. A minha cliente tinha guarda de fato, ele tinha a guarda de direito; eu estava há 1 ano já lutando pela guarda. Ele pegou essas crianças naquele dia... Eu briguei, eu quase bati no Duduco dentro do Conselho Tutelar. Eu afirmo isso. Eu afirmo, eu quebro o segredo de justiça e eu afirmo que já bati boca com ele porque eu não queria que ele saísse de lá com as crianças. Eu saí de lá chorando, desesperada. Depois, essa pessoa veio me procurar dizendo assim: *“Eu estava do lado do Duduco, Jackie, eu fazia tudo que o ele queria que eu fizesse, mas eu vi o teu desespero, eu fiquei com pena de ti, e pior, quando eu cheguei lá na casa do tio Duduco eu vi o conselheiro tal, com a descrição tal, dentro do quarto dele.”*

Então, eu não vou à mídia? Eu não vou gritar? Eu vou gritar sim. E agradeço a oportunidade da Câmara dos Deputados, que são os representantes do povo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, essa casa está interditada? Está fechada essa creche? Ela foi interditada, está fechada?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Então, eu vou dizer a situação que eu sei. Não é uma creche. É uma pessoa; não era um lar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Uma casa, que ele bota numa casa dele.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Ele vai botando na casa dele deliberadamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E como é que ele conseguiu adotar essas crianças todas?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - É outra coisa que eu não sei responder, porque todas as testemunhas... Eu sou casada com um dos moradores. Ele disse assim: *“Olha, eu cheguei lá com 5 anos, nunca nenhuma assistente social me ouviu, eu nunca passei na frente de um juiz”*. E todas as testemunhas que vêm me procurar dizem a mesmíssima coisa, que eles nunca passaram na frente de um



assistente social, que eles nunca passaram por um juiz. O primeiro adotado foi adotado formalmente. Não, a maioria ele tem a guarda. Adotados formalmente foram três. Um dos adotados formalmente tem a minha idade, 28 anos. Ele chegou lá com 2 anos de idade.

Por um acaso, muitas vezes eu me culpei de ter procurado a mídia, porque eu também fui muito julgada. Tem gente que me julga: *“Por que tu queres ajudar?”* Eu digo: por que eu não vou ajudar? Para mim eles são seres humanos ainda, porque eu já sofri preconceito na pele, por ser nova — eu comecei a advogar com 22 anos —, por ser negra e por ser mulher. Mas eu sofri preconceito. Eles são invisíveis. Dentro do fórum, dentro do Ministério Público teve uma assistente social que falou assim para mim: *“Ah, aquele menino fulano de tal, tu estás representando?”* Eu disse: Olha, esse eu nem conheço. *“Ah, não, ele denunciou o Duduco um tempo atrás, ele teve que fugir para o oeste do Estado. Tu não conheces ele?”* Eu disse: Não, ele eu não conheço. Aí eu perguntei para o meu marido. *“Ah, claro, ele morou lá, realmente.”* O menino foi denunciar sozinho, de cara limpa e teve que fugir. A minha cliente, depois que denunciou... A matéria foi ao ar no dia 1º de maio, meio-dia. Às 12h45min ela apanhou dentro da casa onde ela morava. E ela só não apanhou mais porque os veículos de comunicação me deram o telefone de um Coronel da PM e disseram assim: *“Qualquer coisa, se acontecer...”*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem bateu nela?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Foram os moradores da casa do Duduco, que ele tinha a guarda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles foram autuados formalmente?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, tá.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Então, eles disseram assim: *“Se acontecer qualquer coisa com vocês, vocês liguem para o Coronel.”* E daí eu liguei para o Coronel, e eles chegaram lá em 5 minutos. Até a vizinhança falou: *“Mas como que o Coronel subiu aqui, porque aqui no morro ninguém sobe?”*

Outra coisa que eu vou falar, e amanhã eu não sei nem se vou estar viva, porque ele não contou só com a ajuda do Poder Judiciário. É uma área extremamente perigosa. Então, contou com outras ajudas também. Quando a PM



chegou lá para buscá-la, todo mundo disse: *“Como é que tu conseguiu?”* Eu disse: Por Deus, porque eu realmente luto com a cara e com a coragem e com fé em Deus. Realmente, caiu o telefone daquele Coronel na minha mão, uma pessoa que quis nos ajudar e foi lá salvar a vítima.

Então, não estou brincando. Muita gente diz que eu quero aparecer. Não quero aparecer, mas eu acho um absurdo uma pessoa ficar 30 anos posando de bom moço, porque ele posou de bom moço, as crianças passando fome... Uma vez eu peguei uma criança pela mão e fui parcelar um tênis no cartão de crédito. Ele estava com um tênis dois números menor do que o pé. E sabe onde estava o Duduco? Viajando na Europa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas isso que eu falei... Não teve fiscalização esse tempo todo? Se era creche, ele recebia dinheiro? Ele recebia dinheiro, ele pagava...

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - A creche é uma coisa. Ele tinha a creche e o Instituto Duduco de Obras Sociais. Esses lugares, eu acredito que eram fiscalizados. Até então...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele recebia...

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - ... eu não sei se acontecia algum problema lá, mas na casa dele não era fiscalizado, e ele teve a guarda, segundo dados dele, informação dele, ...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele ficava com os meninos na casa dele, né?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - ...de 72 pessoas. Tem até uma frase que um dos adotados dele usa. Diz assim: *“Durante o dia, todo mundo via, mas, à noite, só a gente sabe o que a gente passava por lá.”* Então, eu quero ajuda, eu quero proteção. Hoje... Eu achei outra coisa que... Eu tenho que rir de desespero.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Você está pedindo proteção à CPI?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Eu estou pedindo proteção a vocês que são representantes do povo. *(Pausa.)* Outra coisa que eu fiquei cismada. Disseram assim... Essa minha cliente está com a guarda de fato dos irmãos desde o ano passado, e formal desde o dia 7 de maio. Daí ela falou... Aí começaram assim:



“É, desde abril as crianças estão faltando ao colégio.” Eu disse: É claro. E vão continuar faltando. A gente não tem ajuda do Estado. Ela não tem nem dinheiro para o passe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse ex-Deputado ainda tem a guarda dessas...?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Olha, vou ser bem sincera. Até então eu afirmava: Não, ele não tem mais a guarda. E falava de boca cheia: Foi uma vitória nossa. Agora, eu não sei lhe dar essa resposta. Duas crianças ele não tem a guarda, que são as duas crianças que eu tenho contato. As outras cinco, eu não sei. Porque eu deixei eles na frente do Fórum Desembargador Eduardo Luz, na terça-feira. Estava chovendo, e eu fui estacionar o carro. E daí, eu disse: Vocês desçam, que a gente já está atrasado. Vão indo lá conversar com a assistente social enquanto eu estaciono. E quando eu estacionei, fui para a sala de espera da assistente social, a menina estava com a assistente social e o menino estava ali fora, com o olho arregalado, desse tamanho, olhando para o teto. Eu disse: O que foi? “Ah, o tio Duduco estava aqui na frente com os outros cinco — falou o nome dos outros cinco —, disse que eles vão tudo para o Rio de Janeiro viajar, perguntou se eu queria ir junto.” Então, eu não sei o que... Até então eu conhecia uma medida judicial que teriam que manter ele longe de todas essas sete crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma medida protetiva.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Uma busca e apreensão, e tem essa medida protetiva. Tinha. Agora eu não sei, porque se tinha essa medida protetiva, o que que ele estava fazendo próximo das outras cinco crianças? E o que que ele conversou com os outros dois?

Então, eu não sei dizer agora qual é a atual situação do processo, porque este corre em segredo, em segredo de justiça mesmo, e eu não tenho acesso. Tentei ter acesso e disseram que eu não podia, não é? Então, eu não sei se ele recuperou a guarda das outras cinco crianças. Não sei responder para você.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, disse que o inquérito foi para delegacia, depois foi para o Ministério Público e depois o Ministério Público remeteu novamente para delegacia, para pegar mais provas...



A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Outra coisa que eu também não sei explicar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso a gente vai... Sobre o inquérito e sobre o processo a gente vai tratar em outra ocasião. A nossa preocupação é apenas assegurar que as crianças não sofram mais danos, e nesse sentido assegurar que eles, até que se investigue ou que se faça o processo, que elas estejam protegidas. E se você quiser proteção, a gente pode colher seu nome completo e a gente pode providenciar isso...

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Eu quero.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... através da CPI.

Nós também estamos com o representante da Secretaria de Segurança, que pode assegurar proteção para você, assegurar proteção do Estado. Porque nós podemos... Nós temos algumas testemunhas de processos que são muito graves, denúncias muito cruéis, muito duras, que estão em programas de proteção — eu não acho, não sei se é o caso —, programa de proteção, que são PPCAAM, PROVITA, e tal, enfim.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Hum, hum!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agora, no seu caso pode ter uma proteção policial, eu não sei. Eu vou solicitar de pronto ao representante da Secretaria de Segurança que possa fazer essa providência. Se você quiser que nós possamos, que a gente possa lhe incluir nos programas de proteção, a gente também faz sem muita dificuldade essas proteções para as testemunhas de um Município do Amazonas. Nós conseguimos através da Ministra, mas não tem... Enfim, você é quem sabe.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Não, eu acho que isso é uma... Acredito que uma proteção judicial e acredito também que, a partir do momento que eu fui à mídia, já ficou mais difícil fazer qualquer coisa contra a gente. Porque antes, realmente, a gente andava escondidinha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós podemos fazer o seguinte. Nós podemos solicitar, estamos solicitando de pronto a proteção para a Secretaria de Segurança. Nós podemos solicitar também à Polícia Federal.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Hum, hum!



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou a própria Secretaria de Segurança pode fazer essa articulação.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES - Olha, eu presido o Programa de Proteção à Testemunha em Santa Catarina, o PROVITA. Sou Presidente do Conselho Deliberativo do PROVITA. Ele está em plena atuação. Temos diversos casos. Essa proteção pode se dar no Estado de Santa Catarina, ou uma proteção por permuta com outro Estado da Federação. Nós estamos lá à sua disposição, hoje ou amanhã de manhã. Às 8h30min eu estou na Secretaria para lhe ouvir, e inclusive trazer os demais conselheiros. E colocamos todo o sistema de proteção à sua disposição.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Está certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas coisas diferentes, penso eu. Tem o programa de proteção, que é um programa de proteção, enfim, que tem uma série de especificidades. E tem a proteção policial, que seria o acompanhamento da polícia. Que a gente também consegue a proteção que seria a cargo da Secretaria de Segurança. A proteção: colocar policiais à disposição para proteger, e tal. Esse esquema, que é outra coisa. Porque o programa de proteção envolve uma série de medidas que podem restringir a sua atuação no caso. Mas eu vou acatar o seu encaminhamento, o encaminhamento do representante do Secretário para que você possa sentar e ver.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Hum, hum!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Penso que seria importante a continuidade da sua atuação no caso.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E isso ensejaria uma proteção policial, não a proteção de um programa, que envolve uma série de limitações na atuação. Está certo? Aí eu vou sugerir que vocês conversem. Nós estamos à disposição. Se você sentir necessidade de outro tipo de proteção ou de acionar a Polícia Federal, pode ser feito por aqui também. Mas nós estamos à disposição. A gente lhe passa os telefones da CPI, os nossos cartões, para que você possa nos acionar se achar necessário. Mas, de qualquer forma, estamos à disposição. Penso que é possível resolver com a Secretaria de Segurança essa



proteção, a polícia lhe acompanhando, lhe protegendo, sem a necessidade de entrar em um programa. Mas eu me sinto confortável, ao entender que você será recebida pela Secretaria de Segurança e ali se verá a melhor forma para que você possa manter a sua atuação. Nós não vamos entrar em uma audiência pública, no processo, mas, digo, a nossa preocupação é apenas a proteção das crianças; a sua proteção, obviamente, e a proteção das crianças. E isso significa que é importante que nós possamos assegurar que não haja esse nível de... Se há uma medida protetiva que está em curso, pelo que você falava, e essa medida não está sendo cumprida, tem que se tomar uma providência, não é? Penso eu... E aí eu falo com a representante do Poder Judiciário que é o caso. Eu digo: Se há uma medida protetiva em curso, e ela está sendo violada, isso exige...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - É preciso uma denúncia de que está sendo violada. Senão, não tem como...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, era importante fazer a denúncia. Nós estamos...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - (*Ininteligível*) ...a medida protetiva contra a mulher, como é que o juiz vai saber...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Depois, como a senhora vai falar, a senhora pode falar sobre isso. Mas, assim, é importante que se formalize a denúncia de que a medida protetiva está sendo violada, porque isso enseja outras medidas, inclusive a restrição de liberdade.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - É, eu peticionei no processo, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela disse que peticionou no processo, que precisa ser visto. Mas, enfim, você quer falar mais alguma coisa?

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Não, já falei demais. Realmente era só uma resposta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, está ótimo. E a gente fica à disposição. O Francisco, que é o Secretário da CPI, vai pegar seu nome completo e vai lhe passar nossos contatos. Nós não vamos acionar, porque vai ter essa reunião, mas se você sentir necessidade, você acione a CPI, que nós estamos à disposição. A gente sabe que o nosso trabalho envolve inclusive a proteção. E, por



isso, algumas pessoas que depuseram nesta CPI estão em proteção, algumas inclusive fora do próprio Estado.

A SRA. JACKIE FRANCIELLE ANACLETO - Agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada. E eu passo então a palavra à Sandra Mara Pereira, em seguida, para a Ana Cristina e, por fim, para o Gasparino Martinho. Eu queria só, perdoe-me, Dra. Sandra, porque a representante do Fórum já foi, mas ela falou em três pontos e falou em Polícia Rodoviária Federal, são três pontos de rodovias, portanto.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Foi o que eu entendi.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi, eu escrevi aqui: três pontos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque se é Polícia Rodoviária Federal são pontos em rodovia. É porque a Polícia Rodoviária Federal tem um mapa dos pontos vulneráveis, que são pontos não necessariamente onde há exploração sexual, mas onde há uma vulnerabilidade que possibilita a exploração sexual, mas apenas em rodovias.

Mas, enfim, depois nós vemos se colhemos essa informação e se há pontos em estabelecimentos comerciais, se há pontos em rodovias, por que não se impede que esses pontos continuem existindo? É a pergunta que fica para a senhora, inclusive, que é delegada, não é?

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sandra Mara Pereira, a senhora dispõe de um prazo até 3 minutos. E, em seguida, a gente passa para a Juíza Ana Cristina.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Bom, meu nome é Sandra Mara Pereira, eu sou Delegada de Polícia. Só uma pequena apresentação para a Mesa, há 18 anos eu labuto na área do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, mulheres e idosos. Esse foi o tema da dissertação da minha especialização. E me preocupou muito — e, por isso, eu pedi para fazer o contraponto, eu pedi autorização ao Delegado-Geral —, porque eu penso, como o Pe. Antônio Vieira diz, que as palavras dão muita volta da boca até o ouvido.

Muitas coisas foram faladas aqui sem conhecimento de causa, ou por ouvir dizer, e aquela fala passa a ser uma verdade absoluta para quem está ouvindo,



quando na realidade não o é. A última fala — é uma pena que a Liana não esteja aqui, a do Fórum —, mas, veja bem, ao Hospital Regional de São José a delegacia atende, sim. A delegacia vai lá desde...

A Delegacia da Mulher de São José foi inaugurada em 2010 e, desde então, o protocolo de atenção à vítima de violência é respeitado. Os policiais vão até lá quando a mulher está internada. Levam o BO para aquela mulher, para aquela criança, para aquele adolescente que está lá. Isso eu sei porque eu acompanho *pari passu*.

Eu sou uma pessoa muito exigente nisso. Quem trabalhou comigo sabe disso. Eu não perdo. Eu entendo que a vítima é prioridade para nós. Por isso eu faço questão que a rede tenha esse entrosamento com as delegacias especializadas. Para quê? Para que a questão da revitimização não se replique dentro da unidade policial. O Delegado Geral falou, e ele tem dado um grande apoio para as delegacias. Tanto é que foi o Delegado Geral e o Secretário de Segurança que mais inauguraram delegacias especializadas neste Estado. Temos, sim, a metodologia do depoimento especial.

Num encontro em Lajes que eu participei, divulguei o meu trabalho de escuta especial para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. As 26 delegacias atendem e fazem esse depoimento. Até 12 anos incompletos, a criança é ouvida pelo psicólogo policial. Não é o delegado que conversa com ela. Dos 12 anos aos 18 anos, quem ouve é a escrivã ou o escrivão de polícia e a psicóloga policial. Acho importante deixar isso claro. A Polícia Civil de Santa Catarina foi inovadora na carreira de psicólogo policial, e, desde 1986, tem psicólogos na sua carreira.

Em 2008, eu mesma fiz uma exposição de motivos para o Delegado Geral da época e fizemos um concurso, acho que na época do Dr. Gruber. Acho que 63 psicólogos policiais assumiram as delegacias especializadas e estão adotando a metodologia do depoimento especial. Inclusive na reunião de Lajes foi pedido que se desse a terminologia de escuta especial.

Por que temos diferença de números? A doutrina diz que 95% dos agressores são conhecidos da vítima e 5% não são. Então temos diferença. Outra coisa que temos que observar é que muitas notícias de estupro, no decorrer da investigação da oitiva da criança ou do adolescente, é alienação parental. Aí, os números, claro,



vão ser diferentes. Claro que vão ser diferentes. Mas o atendimento especializado, o atendimento diferenciado está sendo dado.

Ontem nós tivemos uma reunião em que 20 delegados participaram entre a gente para padronizar, no Estado de Santa Catarina, o atendimento de mulheres, crianças, adolescentes e idosos na unidade policial. E o que foi decidido ali? É prioridade absoluta, o estatuto prevê e nós não vamos rasgar o estatuto. Nós somos operados do direito. Crianças e adolescentes têm prioridade sim, seja como adolescente em conflito com a lei, seja como vítima. Isso ficou muito claro ontem para os colegas.

No âmbito da Polícia Civil também, posso falar que ontem mesmo, em reunião com o nosso diretor na ACADEPOL, um curso de sensibilização, um seminário, onde serão ouvidos promotores, juízes, psicólogos, numa forma de nós sensibilizarmos para essa questão, não minimizá-la, como é de costume, mas, sim, tratá-la de uma forma respeitosa e consciente de que nós somos os primeiros contatos muitas vezes do conselheiro tutelar que vai à delegacia de mãos dadas com aquela criança que mal anda, como já aconteceu comigo. Eu chegando às 7 horas da manhã na delegacia, para não pegar a fila da ponte. Cheguei lá, a conselheira — vou citar o seu nome, porque eu a admiro —, a Sheila, com aquela criancinha, aquele menininho de 4 anos, que mal sentava. Aquele menino tinha acabo de ser estuprado. O que eu fiz? Prisão na hora! A psicóloga ouviu a criança e dali eu já saí, fui lá e prendi aquele avô.

Então é essa sensibilização que está sendo feita junto aos nossos colegas. E dentro de cada unidade policial nós estamos montado uma brinquedoteca, onde a criança, quando chega com a mãe, com o conselheiro, ou a que nós vamos buscar na escola, ou no hospital... Essa criança não é ouvida ali. Ela fica na brinquedoteca. E o conselheiro... Aqui em Florianópolis, e em São José, nós adotamos que não é a pessoa física que registra o BO, é o Conselho Tutelar. Quem trabalhou comigo sabe que eu sempre fiz assim e difundo isso no Estado, para não individualizar o conselheiro, porque, no caso, vocês costumam, às vezes, trocar o sistema de plantão, não é? Então, isso foi uma coisa construída.

Eu rendo as minhas homenagens a vocês porque não é fácil tratar com quem a gente trata. A gente vê aquelas crianças e muitas vezes a gente está de mão



atada, e o que é pior, Deputadas, aquela criança que hoje é vítima, amanhã, é autor. E o Estado não a reconhece enquanto vítima, mas quando é autor, quer reduzir a idade penal, quer descer o cacete nela. (*Palmas na plateia.*)

Bom, desculpem-me se eu me emociono, mas é que eu venho de família pobre e sei onde é que dói. Mas enfim, foi apresentado também em 2009, e o Secretário Gruber está sensível e já determinou que fizesse, o banco de DNA de parentes diretos de crianças e adolescentes desaparecidos, que vai ser instalado agora junto à DEIC, a delegacia de desaparecidos. Este é um projeto meu e da policial Marilene, que tem um nome antigo na polícia, na defesa de direitos das crianças e de adolescentes. E inclusive foi apresentado em 2009 lá no CEDCA, e também o banco dos criminosos condenados por crimes violentos praticados contra criança e adolescente. Por quê?

Esses criminosos, Deputadas, migram. E aqui, no Sul, é fácil. O que é que nós vamos fazer nesse banco de dados? Esse banco de dados vai ser disponibilizado para todas as delegacias que trabalham com crianças e adolescentes envolvendo a região Sul, que é da REDESAP, não é? Nós estamos nessa rede. E esse banco vai conter a situação prisional dele: se está em regime aberto, regime fechado, qual é o *modus operandi* dele, se ele gosta de menina, se ele gosta de menino, se ele gosta de loirinha, como é a forma de abordagem dele. Infelizmente, nós temos que tratar de perfil, sim.

Trabalhei em 2009, Deputada, num caso de pedofilia que repercutiu aqui no Estado, onde dois policiais... Eu tive tanto nojo daquilo, de ver aqueles 3 HDs, mais de 10 mil mensagens daquelas crianças e eu tive que ouvir aquelas pessoas, e três, três daqueles homens, eu reconheci claramente como vítima. Eu não estou querendo, aqui, minimizar o problema deles, mas também nós temos que ver que eles, em um momento, foram vítimas e não foram reconhecidos pelo Estado e também não foram tratados. E eles são pais, eles são irmãos, eles são filhos, não é?

Então, essa questão me preocupa muito. E nas falas que eu tive com a Maria da Penha, ela é incisiva em dizer: "*O homem precisa de tratamento, e nós não estamos dando tratamento para esse homem.*" E esse homem vai sair daquele relacionamento, vai entrar em outro, e ele vai cumprir, vai continuar aquele modelo de violência em que ele foi criado. E tem mais: Eu atendi um caso que já era a



segunda vítima dele. Ele fez a vítima se ajoelhar e atirou. Só que nós ouvimos o estampido — era numa casa próxima —, nós fomos lá e prendemos ele.

Aquele caso dentro do *shopping*, que repercutiu, que ele matou a mulher e depois se matou, dentro do salão de beleza, era um caso meu. Pergunte-me se eu durmo tranquila. Ele estava na mesa. Ele tinha sido distribuído. Aquele caso começou como violência doméstica. As psicólogas policiais apuraram a violência sexual da adolescente. O caso veio para mim; fizemos o trabalho rápido; mandamos; mas, infelizmente, a gente não fez uma leitura do perfil dele. E é por isso que a gente adota aquela escala de risco das vítimas, fazendo aquelas perguntas.

Então, quero dizer também que já que vocês vão conhecer a 6ª Delegacia, que foi tão mal falada aqui, conheçam a DPCAMI de São José, que é uma delegacia que é referência no Estado, é referência no Município. Quem conhece lá viu a dedicação dos policiais. Os policiais são voluntários, os policiais foram convidados. E tudo isso faz a diferença. E perfil tem que ser traçado, sim, seja para quem vai ser o operador, seja para quem está ali cometendo o ato, não é?

Deputada Lilian, eu vou lhe dizer por que os números aumentaram em Santa Catarina. Porque em cada oportunidade que nós prendemos um pedófilo, nós anunciamos, mas não dizemos quem é; nós dizemos que foi preso. Este ano, São José prendeu 29 este ano! Em São José, a cada semana, de 3 a 4 casos de violência sexual são noticiados, por semana! Nos 3 anos que eu estive na 6ª DP, eu atendi quase 3 mil crianças. Eu tenho dados, eu tenho isso levantado, entende? Então, o nosso Estado, então, as... Porque a gente divulga, não é?

Prende um caso Maria da Penha, a gente vai lá e divulga. Então, a comunidade passa a ter confiança nas instituições. Porque quando havia um estuprador em Florianópolis que ninguém dava muita bola, eu fui lá e mostrei um retrato falado. Oito vítimas apareceram, oito. Era um *serial* que tinha ali. Eu tracei o perfil dele, a área de conforto onde ele foi... E nós prendemos ele em uma semana, entende? Acho que nós temos delegados comprometidos. A Polícia Civil é comprometida. Eu fiquei um pouco chateada com a Deputada Ana Paula, porque eu fui toda contente dizer a ela que nós íamos inaugurar a 28ª Delegacia... “*Mas não tem estrutura*”. Disse: “*Deputada, vamos inaugurar a estrutura, vamos criar, vamos*



cobrar". E agora nós estamos numa luta, eu e a Dra. Ana, pelos NAIs, que é o Núcleo de Atendimento Integral. O Secretário abraçou a causa, o Coronel Fernando e o nosso Secretário Grubba... Eu sou uma grande defensora, e dentro da Polícia Civil... Agora o Dr. Aldo me autorizou a fazer o levantamento de coordenadorias estaduais de políticas para a mulher dentro da Polícia Civil, e nós vamos, se Deus quiser, ainda este ano, ter essa coordenadoria para que as políticas públicas de atendimentos nas delegacias especializadas sejam, no Estado, as mesmas. Que aquela mulher aqui de Florianópolis tenha o mesmo atendimento que aquela colona, que eu respeito, porque fiz muita palestra para mulheres agricultoras e urbanas lá de Caçador, lá de Chapecó, lá de São Miguel. Que tenham o mesmo atendimento. Desculpe se eu passei... Eu me emociono porque sou apaixonada pelo assunto. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Sandra Mara. Existe delegacia de proteção e delegacia para adolescente infrator?

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - É tudo junto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não pode.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - O nosso Estado, Deputada, é um Estado que tem dimensões pequenas, a população não é muito grande. Qual foi a política adotada pela Polícia Civil? Atendimento a grupo vulnerável. Nós temos demanda, mas não temos estrutura para ter uma delegacia da mulher, uma delegacia de criança e adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu não perguntei isso.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Não, é tudo dentro de uma unidade policial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu quero saber se o adolescente infrator é atendido na mesma delegacia da criança e do adolescente vítimas.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Sim, no momento é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não há uma delegacia que..., porque em quase todos os Estados que nós fomos, acho que todos, até



agora, não quer dizer que seja... É o primeiro lugar onde não temos uma delegacia de proteção, porque a lógica é diferente.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - A lógica é diferente, concordo com a senhora. O que está acontecendo? Está sendo construída, junto da Secretaria de Segurança, a 6ª Delegacia. Ela já está sendo separada nisso. O atendimento às vítimas vai ficar de um lado — acho que os conselheiros que estão indo lá estão vendo obras já —, e o do adolescente em conflito com a lei vai ficar em outro setor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vai ter uma... Porque é a lógica do ECA. A delegacia de proteção é sempre muito diferente, porque ela tem um olhar diferente, um perfil dos agentes diferentes. Em todo lugar que nós fomos tem essa delegacia de proteção e tem a delegacia que se chama de criança e adolescente com o adolescente infrator.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês estão trabalhando nessa perspectiva?

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Sim, nós agora estamos... A Dra. Ana... Ontem, na reunião com os 20 delegados, nós vimos o projeto do NAI, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e nós temos já conversa com o Coronel Fernando de um terreno em São José, o terreno de Florianópolis para a construção do NAI... Mas eu também entendo, Deputada, que nós não estamos muito erradas. A doutrina de proteção integral prevê que o adolescente também é vítima da sua própria condição, da sua própria ação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas...

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - E vou dizer para a senhora uma coisa. A Dra. Ana me contou uma coisa que eu não sabia, mas só para dizer para a senhora como o policial que trabalha na DPCAMI tem outro olhar para o adolescente em conflito com a lei. A Dra. Ana hoje me contou uma situação que eu me emocionei. Esse policial foi lá fazer um mandado de condução de adolescente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, veja, toda delegacia...

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Só queria explicar para a senhora, se a senhora me permitir, por que entendo que ainda podemos atender o autor ali na DPCAMI. Esse adolescente..., o policial chegou e foi conversar com ele sobre o



mandado de condução dele, sentou com ele e disse: “*Olha, você é um rapaz tão bonito*”, e tal. Ele foi procurar a Dra. Ana para perguntar quem era aquele policial que fez a diferença na vida dele. O que eu quero dizer para a senhora é que às vezes nós separamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu entendi.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Então, está bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu entendi. O que eu quero dizer para a senhora também é o seguinte: independente de você ter uma delegacia apartada de proteção ou não, todas têm que estar com a lógica do Estatuto, que é a lógica de proteção integral, seja a que lida com adolescente infrator ou não. Não é o fato de se colocar todos juntos que possibilita que se tenha o olhar de proteção integral. O olhar de proteção integral tem que estar sempre presente no atendimento ao adolescente em qualquer política e essencialmente na política de segurança. Mas era só para entender se era uma delegacia.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - O Estado adotou essa política, enquanto não temos os NAIs, porque nós entendemos, no âmbito da Polícia Civil, que um atendimento diferenciado para o adolescente em conflito com a lei seria adequado até pela própria condição de treinamento dos policiais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Aqui também não existe o NAI, não é?

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Não, senhora. Em nenhum Município nós temos. Ele está sendo construído...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui há quantos adolescentes em cumprimento de medida? A senhora sabe?

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Não sei, porque isso é da Secretaria da Justiça, e não da Secretaria de Segurança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Obrigada, Dra. Sandra Mara. Parabéns pelo comprometimento!

Agora, a Dra. Ana Cristina pode responder, porque é da área de militância dela. Eu vou pedir à senhora para falar ao microfone.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Eu tenho prazer de trabalhar com a Delegada Sandra. Todo trabalho que nós fizemos na área da infância, seja na



área cível, seja na área criminal, tem que ser feito em parceria com todos os atores da rede.

Comungo do entendimento de que falamos sempre que o adolescente em conflito com a lei demanda uma proteção maior ainda, porque tudo já deu tão errado que ele está inserido na criminalidade. Eu digo que a minha bandeira de luta aqui é a socioeducação. Na nossa coordenadoria, eu faço parte do Núcleo de Socioeducação.

Nós temos 392 adolescentes cumprindo medidas de internação no Estado de Santa Catarina em estabelecimentos inadequados. Isso é público, notório e de conhecimento do CNJ e da Secretaria de Direitos Humanos. É a nossa grande luta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Ana Cristina, se me permite, eu queria perguntar quantas unidades de internação existem.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Na verdade, existem 2 unidades de internação definitiva e 20 de internação provisória. O que acontece? Acontece uma inadequação do cumprimento das medidas, ou seja, medidas de internação definitiva estão sendo cumpridas em centros de internação provisória, que não têm estrutura adequada nem projeto político pedagógico para isso.

Eu vim aqui, na verdade, falar sobre várias coisas, mas acabei sendo tomada para... Acho que a Cristina falou com o Francisco que, por uma questão ética, não era para eu falar do processo, mas eu vou fazer uma defesa da minha colega daqui que se chama Brigitte, todo mundo sabe. Eu não sei o que chegou até ali, porque eu não conheço o processo, eu só auxiliei nessa medida emergencial.

Uma outra questão — daí vai surgir a minha proposição legislativa — é que esse inquérito policial não vai correr na Vara da Infância. A Vara da Infância só apura atos infracionais ou crimes cometidos por adolescentes. Ele vai correr numa vara criminal específica.

Qual é a nossa luta? Nós não temos, aqui em Florianópolis e em nenhuma outra comarca do Estado, uma vara específica para apuração de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Parece-me que São Paulo tem, e há um movimento do CNJ para criação dessas varas pelo menos em algumas áreas metropolitanas e regionais. Eu não sei se Brasília tem. Eu só tinha conhecimento de que São Paulo tem essa vara.



Então, qual é a minha proposta de alteração do Código Penal? Que um juiz de vara criminal que receba alguma denúncia de que seja vítima uma criança ou adolescente de qualquer tipo de violência — física, psicológica ou sexual — encaminhe imediatamente a denúncia a um juiz com competência na infância. O que a gente percebe? Um juiz que já passou por uma vara da infância e vai para uma vara criminal... Eu tenho um colega ali que, como ele já passou, ele me comunica isso. Às vezes, existem várias situações de processos crimes, mas essa notícia sequer chegou à vara da infância, para serem tomadas as medidas protetivas adequadas.

Na vara da infância, todas as questões são encaminhadas para a Promotoria Criminal para apuração devida, mas isso se dá por praxe. Não existe nenhuma determinação para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora está propondo que qualquer criança que seja vítima de violência...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, que qualquer...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Violação de direitos...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES -... juiz com competência criminal que receba qualquer denúncia de que seja vítima criança ou adolescente de qualquer tipo de violência que comunique ao juiz com competência na infância.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para que haja...?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Para que haja uma interação, porque, às vezes, existem situações das quais crianças foram vítimas, mas não foram tomadas as medidas protetivas adequadas. Há um processo crime correndo, e ela continua naquela situação de vulnerabilidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas isso acontece também com as delegacias. As delegacias também não passam para a delegacia da infância esses crimes, e isso é uma dificuldade, porque, quando ela dá entrada na delegacia normal, a delegacia da infância não pode pegar o processo, não pode retornar o processo. Aí fica difícil...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Mas quem apura, quando a vítima é criança, é a delegacia da infância, quando é criança, mulher e idoso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não mandam.



A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, não, mas há apuração.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Apuração depois, mas na hora... Corre lá, fica correndo lá. Só vai pra lá se ela pedir. E, de novo, eu tenho sempre esse conflito, porque tem várias pessoas que foram à delegacia normal, entraram com... *"Ah, fui abusada sexualmente."* Aí eu ligo pra delegacia da infância, já está registrado lá, tem que ficar lá.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Só um momento...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu não sei se acontece aqui. No meu Estado é assim.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Mas a delegacia especializada é que apura esse tipo de crime.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Lá no meu Estado, não. Eu tenho essa dificuldade lá.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, aqui as especializadas apuram os crimes cometidos contra criança e adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, veja. O que acontece, via de regra... O que a Deputada Liliam está se referindo, penso eu, é que você tem apenas um número muito diminuto de delegacias de proteção. E elas não conseguem absorver toda a demanda. Em Brasília, por exemplo, você tem uma delegacia de proteção e duas delegacias para adolescente infrator. E a delegacia de proteção — é uma realidade que a gente tem visto em todos os Estados — funciona em período de expediente, via de regra. O Rio de Janeiro tem uma coisa muito diferente, porque funciona no período de expediente, mas, à noite, no final de semana, o serviço é transferido para uma outra delegacia. Mas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - *(Ininteligível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não aqui... Então, é o seguinte... Não, é porque aqui é diferente. Aqui é diferente, porque não tem uma delegacia... Dra. Sandra Mara, aqui é diferente, porque não tem uma delegacia de proteção. Então, pode ser que absorva tudo.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Eu, de novo, vou levantar a nossa bandeira de que proteção é...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A seção...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, sei.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - A nossa coordenadoria criou dois núcleos de socioeducação e de proteção. Eu fui voto vencido ali.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Teria que ser..., tem que ser proteção.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Tudo é proteção. Essa é a nossa bandeira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A proteção tem que trabalhar com o adolescente em conflito com a lei e com a criança, com o vitimizador e o vitimizado, porque um vai virar outro se nada for feito.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim, sim, com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos os adolescentes vitimizadores são vítimas.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, isso... Há vários estudos, não é? Isso vem em efeito dominó. Se ele não for tratado, ele vai repetir a violência sofrida, até porque foi essa forma de se relacionar que ele aprendeu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, enquanto ele está sendo vitimizado, ele é invisibilizado. E, na condição de vitimizador, ele passa a ser visível até a sentença. Depois da sentença, ele se torna invisível de novo.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, enfim, com exceção das mães. As mães nunca invisibilizam, nem nunca desistem. Mas o que eu quero dizer é que aqui todas as situações em que há adolescentes vítimas de violência ficam na delegacia de proteção, na delegacia especializada.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Especializada.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - E nós temos, por exemplo,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A delegacia funciona em sistema de plantão?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, funciona.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - A delegacia funciona em sistema de plantão, mas as prisões acontecem na central de polícia. Então, o que acontece? A



delegacia dá o atendimento, faz o BO, o autor é encaminhado para autuação na central de polícia.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Por isso, a nossa luta. Por quê? Porque na delegacia não existe cela, porque o único local destinado para cela é completamente insalubre. E a Sandra..., e nós concordamos com isso, essa delegacia não vai ter cela. Quer dizer, foi uma incongruência de novo. Por isso que a gente tem lutado para a construção do NAI, porque todas essas situações seriam resolvidas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ele possibilita o pernoite e o atendimento integral?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O atendimento multidisciplinar. Nós tivemos... Agora que a gente tem o NAI em Brasília, há pouco tempo, muito pouco tempo. Ele é muito bom, porque ele impede o pernoite em unidades de internação que são muito inadequadas, via de regra, e possibilita o atendimento da Defensoria, do Ministério Público, do Poder Judiciário.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - De saúde, educação, assistência social e tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Saúde... Então, ele possibilita um atendimento muito imediato que faz com que o adolescente possa, via de regra, nem ter pernoite.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Até, se vocês quiserem, nós já visitamos várias vezes uma experiência no CIA, de Belo Horizonte. O funcionamento dele é fantástico, a integração que eles já conseguiram. É um modelo que a gente quer trazer pra cá. Inclusive, ele já tem estatísticas do índice da diminuição de reincidência de quase 70% por conta desse atendimento que é dado, setorizado, esse encaminhamento imediato. Não fica com a demanda reprimida.

Falando em demanda reprimida, vou noticiar uma história muito triste do Município de que eu venho, que é São José. Nós temos demanda reprimida na Secretaria de Assistência Social. O ano de 2008, agora que está iniciando o atendimento. Ou seja, nós temos 5 anos de demanda reprimida, e isso, dentre elas,



aquelas vítimas de violência sexual que demandariam atendimento... Houve um abandono por completo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por parte do SUAS?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Do Município, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas na área de assistência, do SUAS?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim, do SUAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - CREAS e tal.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Essa gestão agora, sim, a gente já notou bastante diferença. Mas, tem uma demanda muito grande para ser atendida. Está muito feia essa situação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São José é um Município?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - É o continente, atravessando a ponte. Na verdade, faz parte da Grande Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu. É uma cidade... A Grande Florianópolis, o continente da Grande Florianópolis... São áreas de grande vulnerabilidade social, muita violência infantojuvenil, muita, muitas denúncias de todos os tipos de violência, violações. A gente tem... E eu falo a Sandra, todo mundo, a gente tem tentado de todas as formas formar parcerias, sejam com o Município, com o Governo do Estado, com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público. A gente tem uma luta incessante para melhorar essa situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a questão das boates, Dra., que ela falou da... Delegada, aquela...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ...das boates que têm adolescentes. Você falou que é aqui, na Capital.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim. A gente tem notícias, a própria Sandra já deu batidas...,

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deu batidas lá, não foi dar batida?

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES -... mas não encontra. Mas a gente tem essas notícias que correm na rádio "corredor", mas nas batidas nunca...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não encontram, não é?



A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES -... foram encontradas. Mas é...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O representante da Polícia Federal, que esteve aqui, falou uma coisa que a gente constata também, que é assim: a exploração tem muito diálogo com outros tipos de crimes. As redes... Elas dialogam muito com as redes de tráfico de pessoas, com as redes de tráfico de armas, tráfico de droga. E no caso que a gente colheu depoimento no dia de ontem as meninas eram submetidas a situações de exploração sexual, as meninas e os meninos, a situações de exploração sexual, mas elas eram subjugadas através de um processo de oferta de drogas, que você cria uma síndrome de dependência e possibilita um domínio absoluto. Elas eram completamente dominadas, e um dos mecanismos para tanto é estabelecer ou criar a síndrome de drogadição. Mas, enfim, são os desafios.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Então, eu colocaria essa proposta, até porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A sua proposta é a obrigatoriedade de comunicar...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, a obrigação do...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, a obrigatoriedade de comunicar ao Juiz da Infância, da Comarca o...

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Não, a comunicação pelo Juiz Criminal...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, seria a obrigatoriedade de comunicar ao Juiz da Infância qualquer caso de vítima de crianças e adolescentes, vítimas de violência.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - De denúncias. Na verdade, a obrigatoriedade de o Juiz Criminal comunicar ao Juiz da Infância as denúncias recebidas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Imediatamente.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES -... em que sejam vítimas de qualquer tipo de violência crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se a senhora puder formular...



A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...formular e encaminhar para nós. Nós temos duas sugestões boas. Essa é uma boa sugestão. E tem outra sugestão feita aqui pelo promotor, que é mudar o art. 312, que é... 312, prisão preventiva, 312.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, 312.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O art. 312, que estabelece a prisão de todas as pessoas que colocarem em risco a criança e adolescente. Art. 312.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - E só uma última referência que eu ia fazer, até foi na fala da Deputada Ana Paula, existe no Estatuto da Criança e do Adolescente um artigo específico para que se afaste da residência o agressor, porque a gente acaba penalizando essa vítima duas vezes quando acolhe. Por melhor que seja a instituição acolhedora, nunca é o lugar ideal. Mas o que, geralmente... Esse afastamento só se dá quando a mãe não é conivente com a violência, porque, na grande maioria dos casos, a gente encontra uma mãe que é conivente, e afastar só o agressor... O que acontece na prática? Ela possibilita a aproximação desse agressor. A gente tem várias experiências; por isso, cada vez menos se utiliza. A grande maioria, pelo menos, das nossas crianças acolhidas, o grande...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E também a grande maioria dos que denunciam são... Grande parte das denúncias vem das mães, também.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Mas elas se arrependem, porque elas fazem... (*inaudível*).

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aí, depois... É.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES - Isso eu só estou falando na prática. Por que se utiliza tão pouco, na verdade...,

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A medida de proteção.

A SRA. ANA CRISTINA BORBA ALVES -... essa medida de proteção prevista no Estatuto. Porque nós, infelizmente, não temos como fiscalizar e dar essa proteção, garantir que esse agressor não se aproxime da vítima novamente. E nós temos várias histórias bem tristes de volta de uma agressão.



E eu digo ainda que, da grande maioria das crianças que estão acolhidas, as mães são coniventes. A grande dor dessas crianças é justamente a convivência da mãe. A gente ouve muito que elas preferem o companheiro, o padrasto, aos filhos. Isso é bem comum, mais comum do que vocês imaginam.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso é verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É verdade, com certeza. Obrigada, Dr. Ana Cristina.

Eu vou passar para o nosso último inscrito, que é o Sr. Gasparino Martinho...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito boa. Foi bacana. Muito boa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Gasparino Martinho Rodrigues, que é do Conselho de Saúde de Florianópolis e é fundador e Presidente da Fundação Amigos da Saúde. É do Conselho de Saúde de Florianópolis. É isso?

O SR. GASPARINO MARTINHO RODRIGUES - Bom. Boa tarde, Presidente da Mesa; boa tarde, autoridades presentes; boa tarde, pessoal presente aqui. Eu estava passando o dia aqui de bobeira e percebi isso aqui e entrei pra ver o que estava se passando, porque eu gosto de estar informado.

Então, é o seguinte: meu nome é Gasparino Martinho Rodrigues. Meu telefone é 9104-2369. Moro aqui no centro. Sou de Tubarão e moro aqui há 51 anos. Trabalho na Secretaria da Saúde há 35 anos. Faço parte do Conselho Local de Saúde daqui do centro, onde se atendem 35 mil pessoas residentes, mais 35 mil que circulam. Sou Conselheiro lá. Sou fundador e Presidente da Associação Amigos da Saúde, que, por si só, quer dizer tudo.

Estou perseguido e ameaçado de morte por fazer o trabalho que eu faço. Sou voluntário, homenageado pela Câmara de Florianópolis e pela ONU. Completei tempo e idade pra me aposentar. O Secretário de Saúde trancou a minha aposentadoria com o Governo do Estado. Estou processando o Secretário de Saúde e o Governador do Estado pra me aposentar, por eu fazer o trabalho voluntário, que é um trabalho que quem tinha que fazer era o Governo, e eu faço. A prova disso é que o Ministério Público processou o Secretário de Saúde e o Governador do Estado, para fazerem o que eu faço. Não sou eu que tenho que fazer, é o Governo. A multa é de 5 mil reais por dia. O processo está andando, não sei como é que está.



Não sei se o Secretário que saiu pagou os dias de multa e não sei se a Secretária que assumiu sabe que está sendo multada em 5 mil reais por dia por não fazer o que eu faço.

Gente, o ECA... A raiz dos problemas disso tudo, da pedofilia, está na criança, no adolescente e no jovem. O ECA é dez vezes pior do que o *crack*. Ele protege a criança, ele defende o infrator, o criminoso. Em São Paulo, um menor matou duas moças, porque ele precisava do dinheiro pra fazer a festa de 18 anos. Ele ia fazer 18 anos naquele dia. Ele foi considerado menor infrator, porque a certidão de nascimento dizia que ele nasceu às 23h30min, e ele cometeu os crimes, matou as duas moças, às 23 horas, então ele era menor. Faltava meia hora pra completar 18 anos. Ele sofreu apenas medidas protetivas do Juizado de Menor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Gasparino, eu vou lhe pedir que o senhor se atenha ao tema, que é exploração sexual.

O SR. GASPARINO MARTINHO RODRIGUES - Ao tema. Pois, é. Exatamente. Eu estou falando do *crack*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o senhor está falando...

O SR. GASPARINO MARTINHO RODRIGUES - Do abandono, da culpa, da raiz do problema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós estamos falando de exploração sexual de criança e adolescentes.

O SR. GASPARINO MARTINHO RODRIGUES - Engravidar-se uma adolescente por minuto no Brasil. Eu li a estatística. E nós temos que ter cuidado com a eleição ano que vem para ver quem é que nós vamos eleger para Deputado Federal e Senador, porque lá, no Senado, há uma lei para ser discutida, para aprovar a maioria para 10 anos, sexual. Se aprovar, se essa lei passar para a maioria.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São 12.

O SR. GASPARINO MARTINHO RODRIGUES - São 10. Doze anos? Para 12 anos, ao invés de se engravidar um adolescente por minuto, vai se engravidar mil por minuto. Gente, a Lei Maria da Penha, que defende a criança, a mulher, a estuprada, a criança violentada, está longe da sua aplicação correta. Bom, deram 3 minutos. Três minutos não vai dar para nada. Acho que já deu 3 minutos, não é?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já deu. O senhor já (*ininteligível*).

O SR. GASPARINO MARTINHO RODRIGUES - Eu queria agradecer e dizer que nós temos que ter cuidado. Os três males piores do Brasil são: nós não entrarmos na política, nós não reclamarmos e votarmos errado. O brasileiro é analfabeto político, não entende nada de política e muito menos de voto. É lamentável. Muito obrigado e desculpe. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada. Obrigada, Sr. Gasparino, que era o nosso último inscrito.

Eu vou, agora, passar para as Deputadas para que possam, se quiserem, fazer as suas considerações. Eu vou encaminhar aqui as perguntas que foram feitas anteriormente para o representante do Governo para que possa responder para esta CPI. Eu vou encaminhar. O Francisco pediu para encaminhar para o representante do Governo.

Eu vou passar para a Deputada Carmen Zanotto; em seguida, para a Deputada Liliam Sá. Eu vou passar para a Deputada Ana Paula, nossa anfitriã, que nos acolheu com tanto carinho.

A SRA. ANA PAULA LIMA - Obrigada. Obrigada, Deputada Erika Kokay, obrigada Deputada Carmen Zanotto, Deputada Liliam Sá, as parceiras aqui, sempre parceiras, a Dra. Ana e a Dra. Sandra, de muito tempo. Temos algumas divergências, Dra. Ana e Dra. Sandra, mas isso não é pessoal, é de encaminhamento, inclusive para fortalecer o trabalho de nós todos, porque eu sei da paixão e do compromisso de todas. Por isso, estão todas aqui até essa hora e por isso que, quando eu cheguei, eu falei que são poucos ainda que enfrentam esse tema. Mas, eu acredito que esta CPI foi importante para a gente desvendar algumas questões que ainda estão aqui no nosso Estado. Que a gente possa se fortalecer para fazer os nossos trabalhos.

Quanto às questões do abrigo, Dra. Ana, a gente sabe que há casos e casos. Eu estava aqui conversando com a Deputada Liliam. Há casos em que a gente sabe que o agressor fez a vítima, uma criança, a gente sabe que a criança passou pelo Instituto Médico Legal. Se a gente sabe que a criança apontou o agressor, por que o agressor continua? Apesar de a senhora falar que algumas mães são coniventes,



mas a criança está abrigada. Elas estão nos abrigos, elas não estão nas casas..., essas crianças. Então, elas são vítimas duas vezes, não é? Elas são vítimas duas vezes. A gente tem alguns casos que acontecem no nosso Estado ainda em que o agressor está solto, vitimando outras crianças. Mas, independente disso, a gente está aí também para apoiar e levar a sua sugestão dessa cartilha ao Presidente da Assembleia para que a gente possa ser parceiro. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Ana Paula Lima.

Passo para a Relatora, Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bem, eu só tenho a agradecer. Eu me senti muito honrada de estar aqui neste Estado maravilhoso. Quero agradecer às duas Deputadas, à Deputada Ana Paula, à minha companheira, Carmen Zanotto, que está fazendo um excelente trabalho na Câmara dos Deputados. Nós somos 46 Deputadas só. Em 81 anos de voto feminino, só passaram pelo Congresso 176 mulheres até hoje, e nós temos o privilégio de ser uma delas. Quero agradecer à Erika Kokay, que tem também sido uma companheira, uma parceira incansável, lutadora nessa questão da criança e do adolescente, dos direitos humanos.

Eu quero falar para vocês aqui nesta noite que nós tivemos aqui tantos debates, tantas pessoas, tantas contribuições importantes, não é? Ficou até um clima meio estranho. Eu peço até perdão à juíza, nesse sentido, porque ela não entendeu a minha fala. Eu queria falar da impunidade, como aconteceu aqui, aconteceu em Coari, como está acontecendo lá em Varginha, da impunidade, da morosidade dos processos, da falta dessa integração, de vocês interagirem. A senhora mesma deu a sugestão da Vara Criminal. O juiz, quando recebeu uma notificação que faz parte da questão da criança e do adolescente, deve passar imediatamente para o juiz da Vara da Infância para poder acompanhar o caso. Então, foi essa a minha fala. Eu peço desculpas, se eu fui mal interpretada, mas esse era o meu sentimento em relação a esse caso. Eu fiquei estarrecida, porque são 30 anos. Ali, a gente não está acusando ninguém, mas a gente sabe que ali houve a inércia dos poderes. Eles poderiam estar ali fiscalizando mais, olhando mais para aquelas crianças para saber o que estava acontecendo. Aí, ele está, há 30



anos, fazendo isso. A senhora nem era nascida ainda. Então, não precisa ficar preocupada com isso. *(Risos.)* E nem nós aqui, tá.

A gente pode fazer estas recomendações ao Governador João Raimundo Colombo — esse foi o nosso sentimento aqui —: um orçamento para as promotorias. Está faltando orçamento. Precisamos ver como vai ser feito; uma vara especializada na área da infância e da adolescência. Isso é necessário. Nós sabemos desse comprometimento; aparelhar melhor as delegacias especializadas para a criança. Seria a sexta. No caso, vocês falaram que ela é que está trabalhando com isso. Aparelhar melhor os conselheiros tutelares; capacitar os policiais militares, ter mais policiais psicólogos. Essa foi uma das sugestões também que nós recebemos aqui; separar as delegacias para ter a delegacia da criança vítima, a delegacia do adolescente infrator, mais CAPS ADI, porque, não há, CAPS III, não é isso? Essa proposta de mudar o Código Penal, de que a nossa Presidenta falou. *(Pausa.)* O Código de Processo Penal. Eu quero dizer que foi muito bom bloquear as verbas da União para quem colocar em risco a integridade física de crianças e adolescentes. Essa é uma boa proposta que saiu daqui.

Nós temos muitas coisas para avançar. Sei que a Deputada Federal e a Deputada Estadual têm muita coisa para fazer. Santa Catarina tem que avançar muito na questão da proteção da criança e adolescente. Há muita coisa para ser feita, e nós vimos até aqui para ajudar na construção de uma linha de raciocínio e no que for preciso.

Então, nós podemos fazer esse encaminhamento, pela CPI, para o Governo do Estado, para a Prefeitura, das coisas que forem da alçada do Governo do Estado, da Prefeitura e de muitas coisas que foram faladas aqui. Nós podemos fazer esse encaminhamento.

Eu fiquei preocupada com a questão da segurança da advogada da Jack. Ela falou que está sofrendo ameaças. Isso é muito importante, não é? Eu quero deixar registrado na CPI o nosso pedido formal. Eu vou falar com o Francisco para fazer um pedido formal da CPI para a proteção da advogada, nesse caso, não é? E vamos acompanhar.

De resto, devo dizer a delegada parabéns pelo seu trabalho! Eu sei como é difícil quando há mulheres à frente de um trabalho como este, como o de vocês, a



juíza também, a promotora, que aqui está, as conselheiras, as assessoras. Nós sabemos a dificuldade. Sei da sua dificuldade nessa questão da Delegacia da Mulher, da proteção da mulher, da proteção da criança e do adolescente. Eu só tenho a dizer que, saindo daqui, eu espero que a gente tenha feito uma agenda proativa. Que saiam daqui bastantes ideias e outras ações para que a gente possa melhorar a qualidade de vida das crianças de Santa Catarina. Eu tenho só que agradecer. Muito obrigada. Muito obrigada, Deputadas. Eu não tenho mais nada a acrescentar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Eu vou passar para a Deputada Carmen Zanotto, que foi proponente desta diligência.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu quero agradecer à Deputada Ana Paula e, em nome dela, a todos os Deputados desta Casa, aos servidores, mais uma vez pela acolhida, pela receptividade e pela organização deste espaço para que a gente pudesse trabalhar à tarde toda praticamente e parte do início da noite.

Eu quero agradecer à Deputada Érika e à Deputada Liliam. A Deputada Érika é nossa Presidente da Comissão, e a Deputada Liliam é a Relatora desta CPI. Eu quero dizer que estou convicta de que acertei. Com certeza, quando a gente ouve pessoas extremamente comprometidas como o seu dia a dia, a gente faz a diferença no trabalho. Mesmo quando as estruturas não são aquelas ideais, que nós imaginamos, quando os recursos humanos não são em número suficiente, como nós gostaríamos, mas os profissionais, os atores, quer seja do poder público municipal, dos conselhos tutelares, quer seja do governo do Estado, têm esse nível de comprometimento, das organizações sociais, eu tenho certeza, Deputadas Érika, Liliam e Ana Paula, de que a nossa CPI vai produzir belos frutos, inclusive propostas legislativas, como as que foram apresentadas aqui, para que a gente avance, para que a gente consiga ter esse olhar para o aumento de número de casos, efetivamente, porque nós estamos conseguindo admitir, enfrentar e falar. Pior do que a gente não admitir, é a gente tentar dizer que isso não existe em nenhum dos nossos Municípios brasileiros e que não existe aqui no nosso Estado.



Esse é um tipo de situação, de enfrentamento, que a gente precisa fazer de frente, com homens e mulheres, como as senhoras e os senhores, que passaram à tarde toda conosco. Nós encerraremos as nossas atividades amanhã, no meio da noite, aqui, no Estado, mas vocês continuarão aqui buscando a melhoria das estruturas para que não tenhamos no nosso Estado nenhuma criança vítima, em especial que a gente consiga até saber as redes que possam existir e que não sejam do conhecimento do poder público estadual, das nossas autoridades, porque elas ainda estão muito fechadas. Que esta tarde e que este início de noite sirvam, para isso, para que a gente, também em Santa Catarina, a exemplo do Brasil, possa estar reduzindo cada vez mais a violência e a exploração, em especial evitando que essas pessoas sejam vitimizadas, duas vezes, como aqui foi colocado, na infância e, depois, como criminosos.

Então, esse é o papel do Estado, esse é o papel do Parlamento.

Por isso, eu tenho certeza de que a vinda, Deputadas Érika e Liliam, também a Santa Catarina, é importante, porque significa que estamos abertos para ouvir, para propor e para implementar. Eu tenho certeza de que o Governador Raimundo Colombo, do nosso Estado, assim como acolheu as sugestões para a implementação das políticas de violência contra a mulher, vai acolher todas as sugestões da nossa Comissão, porque ele entende que este é o caminho para que a gente tenha uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Então, muito obrigada a todas as senhoras e os senhores. Que a gente, cada dia, continue fazendo a diferença.

Doutora, quando a senhora ficar preocupada, à noite, porque um caso não foi resolvido da forma como queríamos, tenho certeza, e a senhora pode levar isso como uma certeza minha em relação a sua pessoa, de que a senhora fez tudo o que podia e tudo o que estava visível naquele momento para que casos como os que a senhora relatou do *shopping* não venham mais a acontecer. A gente é ser humano. O nosso serviço é muito ingrato, muitas vezes. Quando a gente trabalha com pessoas, o limite pode ser de segundos. A clareza absoluta do seu comprometimento... Eu acho que todas as arestas que a gente teve, no início da tarde, Deputada Érika, no início dos trabalhos, foi porque todos nós tínhamos um único objetivo, a saber: melhorar, cada vez mais, as políticas públicas no Estado de



Santa Catarina para o enfrentamento da exploração e a violência contra as nossas crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Carmen.

Nós vamos ainda ver a possibilidade de sermos recebidas pelo Governo do Estado, até para que possamos estar formalmente efetivando as seguintes sugestões: a criação da vara, a estrutura do SUAS, cujo atendimento está bastante precário. O SUAS, obviamente, é fundamental, é importante, é historicamente mais recente. Acho que é de 2005 o SUAS, mas ele tem um problema, penso eu, que nós estamos detectando, que ele perde a.. Ele cria o CREAS. O CREAS é o atendimento das pessoas em estado ou em situação de violação de direitos, mas ele perde a especialização que nós tínhamos, no atendimento da assistência, de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. Então, você cria o CREAS. O CREAS atende todas as pessoas vítimas de violência, e você perde essa especialização, o que nós estamos detectando um pouco, mas não há ainda uma opinião formada acerca disso. Acho que o projeto Sentinela, que existia anteriormente, tinha uma atuação mais aprofundada na questão específica da exploração sexual de crianças e adolescentes. O SUAS é fundamental. É importante que nós tenhamos o diálogo entre as instâncias todas, mas é importante que nós possamos agregar esse nível de atendimento à questão da criança e do adolescente, que tem que envolver, necessariamente, uma discussão e uma abordagem com a própria família, porque nós estamos lidando com uma situação em que há um envolvimento muito intrínseco da própria família, seja na questão de exploração... Nós estamos vendo, no caso desse Município do Amazonas, a denúncia de que a Prefeitura comprava serviços de familiares, com um preço exorbitante, para estabelecer e capturar as crianças e os adolescentes para a situação de exploração sexual, mas seria importante que a gente pudesse falar com o Governador acerca dessa questão da estrutura do atendimento do SUAS, que me pareceu insuficiente, pela fala que nós escutamos aqui hoje, que provoca uma demanda reprimida. Nós temos a noção exata de que não adianta só denunciar. É preciso romper a impunidade, que a gente está vendo em vários locais do País, e, ao mesmo tempo, possibilitar o atendimento, para resignificar as vidas e interromper as trajetórias.



Nós também obtivemos aqui algumas ideias de proposições legislativas que nós achamos que são muito válidas. Nós vamos trabalhar para que elas possam se transformar em realidade. Como sugestão da própria CPI, a questão da mudança do art. 312, a questão da obrigatoriedade do juiz criminal comunicar ao juiz da infância os casos de crianças e adolescentes vítimas de violência, a questão do bloqueio das verbas, que a gente tem que ver como é que constrói isso — não é fácil, não é tão linear como as outras duas proposições, tão redondo como as outras duas proposições —, como é que se constrói essa questão do bloqueio das verbas para os Municípios que não tenham o atendimento às vítimas de violência, tanto no SUS quanto no SUAS. Portanto, é preciso trabalhar isso, ver direito como é que se constrói, para que você não vá precarizar ainda mais as políticas públicas de um Município que tem as suas dificuldades de atendimento, mas nós vamos estudar como é possível construir.

Nós temos uma clareza grande de que a gente tem uma defasagem com relação às novas formas de aliciamento e de estruturas e o novo *modus operandi* das redes de exploração. Nós temos, em grande medida, as adolescentes e as crianças fora da rua, mas dentro das redes, ofertadas como se coisas fossem. Nós temos ainda dificuldade, nas polícias técnicas, de estar fazendo frente a esse novo avanço que as redes conseguiram incorporar antes do próprio Estado. Nós também sabemos que, muitas vezes, você desbarata um local, há um remanejamento e vai para outra estrutura. Nós temos dificuldade de fazer esse acompanhamento, particularmente esse envolvimento tecnológico. É uma preocupação nossa. Nós vamos estar discutindo isso, os crimes cibernéticos, e não apenas os crimes cibernéticos por si só, mas a utilização dos instrumentos, dos computadores, da informática, da tecnologia de informação para o funcionamento de redes, que são redes de exploração sexual, na forma como se estabeleceu e é reconhecido aqui no País, para além dos crimes cibernéticos, que nós já fizemos algumas audiências acerca disso, e que a gente vai ter que também trabalhar na construção de uma nova legislação, porque nós só podemos... O Estado brasileiro só pode intervir nos casos que dizem respeito à geração, ou seja, nos casos de crimes cibernéticos que tenham a sua geração no próprio País. Isso não representa nem 2% ou só por volta



de 2% de todos os crimes, pornografia cibernética, que nós temos hoje atingindo nossas crianças e adolescentes.

Eu queria muito agradecer, primeiro, à Deputada Carmen, que nos possibilitou estar aqui para fazer essa discussão. Quero dizer que nós sempre trabalhamos com a construção de diagnósticos, por mais doídos que eles possam ser, na perspectiva de superação, na perspectiva de termos os elementos necessários para sugerir, para problematizar os casos que nos chegam e, a partir daí, buscar a superação através das políticas públicas. Uma das recomendações que faremos ao Governador diz respeito à construção do plano, que é absolutamente fundamental, porque é ele que dá a concretude da intersetorialidade. Nós não vamos enfrentar qualquer violação ao direito, nenhuma violação ao direito, em nenhum campo, se nós não trabalharmos de forma articulada. As políticas públicas são incompletas e precisam se articular e ser inter-relacionadas para que elas sejam efetivas. Nós não temos como assegurar direitos, que são indivisíveis e inter-relacionados, através de políticas públicas, se elas não forem também inter-relacionadas. O plano possibilita isso. O plano possibilita a intersetorialidade, possibilita o desenvolvimento do protagonismo infantojuvenil, que é fundamental.

Por isso, de todas as políticas, tem uma que é muito basilar, que é a política de educação, não apenas porque os educadores, via de regra, são os grandes parceiros, porque muitas vezes a escola identifica a violação de direitos antes da família. A escola identifica, porque ali está com o menino inteiro, por muito tempo e tem muito diálogo. Toda escola tem diálogo, de forma muito intensa. Talvez seja a política que mais dialogue com a comunidade, com a família, tenha a maior permanência e lide com a pessoa inteira. Nós não lidamos com o braço quebrado ou com a garganta inflamada.

A saúde tem adquirido muito essa noção mais holística, mais integral. Ela tem adquirido uma transversalidade e tem abarcado um nível de abordagem humana extremamente importante, partindo do pressuposto de que ela não é o contraponto da doença, mas qualidade de vida, que significa felicidade.

Portanto, a saúde tem avançado nisso, mas a educação é por si só assim, por si só. É diálogo de pessoa inteira com pessoa inteira. Isso possibilita que nós tenhamos que ter... Nós não tínhamos representante da educação aqui, mas



gostaríamos, depois, também de falar com a Secretaria de Educação, de nos comunicar, para encaminhar quais são os programas que nós temos em curso para capacitação de profissionais e, ao mesmo tempo, protagonismo. Acho que o melhor universo, o melhor chão para a construção de protagonismo é a escola, e o maior chão de construção da democracia também é a escola. Então, nós vamos também estar sugerindo isso.

Então, a gente fica no aguardo da possibilidade de estar sendo recebido por alguém do Governo, da Casa Civil, ou Vice-Governador, ou Governadora, não sei, ou o próprio Governador, para que nós possamos fazer essas sugestões.

Quero dizer que penso que há algumas compreensões que nós vimos aqui que são fundamentais. Uma delas diz respeito à questão dos agentes comunitários, do Saúde da Família, dessa potencialidade que a saúde está carregando. A saúde está lidando com muita coisa hoje, e eu acho muito bom isso, muito bom que ela esteja, inclusive, fazendo, através de programas, o próprio diálogo com a educação.

Então, enfim, é com essas decisões e, depois, aguardando os dados, porque nós vamos precisar desses dados para montar um relatório, os dados acerca dos CAPS ADI, CAPS III, enfim, os dados solicitados, do número de denúncias... O número de inquéritos corresponde ao número de denúncias que aqui foi dito, e, ao mesmo tempo, o que se transformou, em nível de denúncia no Ministério Público e em processo judicial, quais são as conclusões, para a gente medir o nível de impunidade ou não, de resolutividade, que é fundamental para que você acione a cadeia cidadã.

Anuncio ainda que amanhã nós vamos ter, às 10h30min, uma audiência no Ministério Público com o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina. A juíza e a delegada estão convidadas para compor conosco esta reunião. Às 14h30min, audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargador Cláudio Barreto Dutra. Nós vamos sugerir a construção, a criação da vara, para que nós possamos trabalhar nisso, e a mudança de procedimento. Eu sei que o depoimento sem danos é polêmico com relação aos Conselhos de Psicologia, mas há várias formas de construir os depoimentos sem danos. O Ministério Público, muitas vezes, em alguns locais, ele constrói um depoimento sem danos, ou seja, um depoimento especial, respeitando a criança e



tal, sem ser necessariamente depoimento sem danos, que, segundo os Conselhos de Psicologia, isso representa uma instrumentalização do próprio psicólogo e uma extrapolação da sua função específica, mas existem várias varas que têm um setor psicossocial, no próprio Ministério, que conseguem trabalhar e movimentar os dados para dar essa intersectorialidade. Então, nós vamos estar às 14h30min. Às 17h30min, nós vamos estar na Superintendência da Polícia Federal, tomando alguns depoimentos em caráter reservado. Obviamente, nós não podemos divulgar o nome dos depoentes. Então, com essa programação, nós queremos contar com a presença da Deputada Ana Paula, que, para nós, é fundamental que esteja conosco.

Anunciando essa programação e convidando para as audiências os representantes aqui, tanto no Ministério Público quanto no Tribunal de Justiça, eu declaro encerrada esta audiência, agradecendo muito pela participação de todas e de todos e a acolhida, mais uma vez, desta Assembleia Legislativa, em particular, da nossa Deputada da Criança e do Adolescente. Quando a gente fala em criança e adolescente, a gente vai falar, necessariamente, nos direitos da pessoa humana, porque é impossível pensar em direitos da pessoa humana sem pensar em criança e adolescente e é impossível pensar em direitos de criança e adolescente sem... É companheira do meu partido. Temos aqui também a Deputada Luci Choinacki, que também é minha companheira de partido, mas a gente acha que há uma discussão que supera as questões partidárias, que diz respeito à luta em defesa dos direitos humanos e, em particular, dos direitos de crianças e adolescentes. Mais uma vez, com esses agradecimentos, agradecendo aos companheiros também da Câmara Federal que estão aqui conosco, viajando pra tudo quanto é canto e cumprindo uma função fundamental, declaro encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)